



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TESSA LARISSA DOS SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA CARTOGRAFIA NA  
CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE  
LONDRINA

---

Londrina  
2012

TESSA LARISSA DOS SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA CARTOGRAFIA NA  
CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE  
LONDRINA

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Bacharelado em Geografia, apresentado ao  
Departamento de Geociências da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirian Vizintim  
Fernandes Barros

Londrina  
2012

TESSA LARISSA DOS SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA CARTOGRAFIA NA CARACTERIZAÇÃO DO  
PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Bacharelado em Geografia, apresentado ao  
Departamento de Geociências da  
Universidade Estadual de Londrina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr<sup>a</sup>. Mirian Vizintim Fernandes Barros  
Prof<sup>a</sup>. Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina

---

Denise Maria Fank de Almeida  
Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

---

Cláudio Roberto Bragueto  
Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 14 de dezembro de 2012.

Dedico este trabalho aos meus  
familiares e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Deixo expresso minhas sinceras gratificações:

A Deus, por estar presente em cada dia da minha vida, abençoando-me, protegendo-me e iluminando meus caminhos, até nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais Leonilce e Antonio Carlos que estiveram presentes nesta tarefa, incentivando-me com tanto carinho.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mirian Vizintim Fernandes Barros, por mostrar-me os caminhos, abrir-me os horizontes, colocar-me desafios e, principalmente, por acreditar na minha capacidade de superá-los.

Aos Professores do Curso, em especial ao Prof<sup>o</sup>. Omar Neto Fernandes Barros e Prof<sup>o</sup>. Cláudio Bragueto pelas valiosas contribuições.

Aos meus amigos e em especial aos companheiros de curso, Ana Camila Moreira, Flávia Navarro, Franciele Siena, Glauco Marighela, Priscila Cardoso e Valter Vinícius pela grande contribuição na minha pesquisa.

Aos colegas de Trabalho, Sâmia Machado Mustafá, Clarice Junges e Edgar Escatambulo pelo apoio, confiança e motivação.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o Mundo”

Albert Einstein

SANTOS, Tessa Larissa dos. **A Contribuição da Cartografia na Caracterização do Perfil Socioassistencial de Londrina**. 2012. 102 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo destacar a contribuição da Geografia nos estudos socioassistenciais através da Cartografia na caracterização do perfil socioassistencial da área urbana de Londrina, pois ela nos permite identificar espacialmente os problemas e ao mesmo tempo destacar as possíveis áreas de vulnerabilidade. Para isso realizamos um levantamento bibliográfico sobre os principais aspectos que envolvem a questão socioassistencial, no âmbito do Território, e tomamos como exemplo alguns trabalhos que buscaram retratar as áreas de vulnerabilidade em outros municípios. Além disso, elaboramos dois bancos de dados sendo o primeiro com dados coletados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tendo como base as variáveis de renda, escolaridade, idade, cor ou raça e outro com os dados extraídos do IRSAS (Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social) com dados de número de pessoas e famílias referenciadas nos CRAS (Centro Regional de Assistência Social), nível de escolaridade do público atendido, cor ou raça, idade e distribuição dos benefícios, que num segundo momento nos permitiu a representação cartográfica dos dados através da utilização do ArcMap e Philcarto. Desta maneira, foi possível a caracterização do perfil Socioassistencial de Londrina, bem como a elaboração de um mapa síntese que reúne diversas variáveis e proporciona a identificação dos níveis de vulnerabilidade da cidade.

**Palavras-chave:** Londrina. Cartografia. Perfil Socioassistencial. Vulnerabilidade. Geografia.

SANTOS, Tessa of Larissa. The Contribution of Cartography profile on social assistance Characterization of Londrina. 2012,102 leaves. Working End of Course (BS Geography) - University of Londrina, Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

This paper aims to highlight the contribution of studies in Geography Cartography socioassistenciais through social assistance in characterizing the profile of the urban area of Londrina, because it allows us to spatially identify the problems and at the same time highlight potential areas of vulnerability. For this we conducted a literature review on the main aspects that involve social assistance issue, within the Territory, and take for example some studies that sought to portray the areas of vulnerability in other municipalities. In addition, we developed two databases being the first with data collected by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) based on the variables of income, education, age, color or race and another with data extracted from IRSAS (Computerisation of network of Social Services) with data from many people and families referenced in CRAS (Regional Centre for Social Welfare), educational level of the public attended, color or race, age and distribution of the benefits that a second phase allowed us to cartographic representation of data through the use of ArcMap and Philcarto. Thus, it was possible to characterize the profile of Londrina social assistance, as well as the preparation of a map that combines synthesis and provides several variables to identify the levels of vulnerability of the city.

Keywords: Londrina. Cartography. Profile social assistance. Vulnerability. Geography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Taxa de Homicídios, segundo Local de Residência das Vítimas Município de São Paulo – 1998/2000 .....	35
<b>Figura 2</b> – Taxa de Homicídios, segundo Local de Residência das Vítimas e Setores muito Vulneráveis distrito da Cidade Ademar – 1998/2001.....	36
<b>Figura 3</b> – Relação entre Homicídios e Vulnerabilidade Socioeconômica no Município de Belo Horizonte/MG.....	37
<b>Figura 4</b> – Município de Londrina e sua área Urbana.....	39
<b>Figura 5</b> – Bairros de Londrina em 2010 .....	51
<b>Figura 6</b> – Gráfico de Percentual de Domicílios e População por Regiões em Londrina .....	52
<b>Figura 7</b> – População na cidade de Londrina em 2010 .....	53
<b>Figura 8</b> – Densidade Demográfica de Londrina em 2010 .....	54
<b>Figura 9</b> – Percentual de Domicílios particulares Permanentes com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per Capita.....	56
<b>Figura 10</b> – Percentual de Domicílios particulares Permanentes sem Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per Capita .....	56
<b>Figura 11</b> –Percentual de População de Cor ou raça Indígena em Londrina .....	57
<b>Figura 12</b> – Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Amarelas.....	58
<b>Figura 13</b> – Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Branca .....	58
<b>Figura 14</b> – Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Parda .....	58
<b>Figura 15</b> – Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Preta .....	58
<b>Figura 16</b> – Pessoas Alfabetizadas e Não-Alfabetizadas em Londrina .....	59
<b>Figura 17</b> – Percentual do Nível de Escolaridade em Londrina em 2000.....	60
<b>Figura 18</b> – Percentual de Pessoas com Ensino Fundamental completo em Londrina .....	61
<b>Figura 19</b> – Percentual de Pessoas com Ensino Médio completo em Londrina.....	61
<b>Figura 20</b> – Percentual de Pessoas com Ensino Superior completo em Londrina ..	61
<b>Figura 21</b> – Percentual de Pessoas com Mestrado e Doutorado em Londrina.....	61
<b>Figura 22</b> – Percentual de Pessoas sem nenhum Curso.....	62
<b>Figura 23</b> – Distribuição da população por idade .....	63
<b>Figura 24</b> – Percentual de Crianças em Londrina .....	64

<b>Figura 25</b> – Percentual de Adolescentes em Londrina Título da figura .....	64
<b>Figura 26</b> – Percentual de Adultos em Londrina Título da figura.....	64
<b>Figura 27</b> – Percentual de Idosos em Londrina.....	64
<b>Figura 28</b> – Domicílios Alugados e Próprios em Londrina .....	65
<b>Figura 29</b> – Número de Domicílios sem Banheiro ou Sanitário .....	66
<b>Figura 30</b> – Número de Domicílios sem Energia .....	67
<b>Figura 31</b> – Índice de Vulnerabilidade Social em Londrina por Bairros .....	69
<b>Figura 32</b> – Divisão Territorial dos CRAS em Londrina .....	71
<b>Figura 33</b> – Micro Territórios CRAS em Londrina.....	72
<b>Figura 34</b> – Distribuição dos Benefícios por CRAS em Londrina no mês de Agosto de 2012 .....	75
<b>Figura 35</b> – Percentual de Distribuição de Benefícios por CRAS em Londrina .....	76
<b>Figura 36</b> – Nível de Escolaridade do Público da Assistência Social de Londrina ...	77
<b>Figura 37</b> – Percentual de Pessoas Referenciadas no IRSAS segundo declaração de Cor ou Raça .....	78
<b>Figura 38</b> – Rendimento das Pessoas referenciadas no Irsas em Londrina em 2012 .....	79
<b>Figura 39</b> – Rede de Serviços Socioassistenciais de Londrina em 2012 .....	84
<b>Figura 40</b> – Percentual de Rendimento per capita de até 1/8 de salário mínimo até 1 salário mínimo em Londrina.....	102
<b>Figura 41</b> – Percentual de Rendimento per capita de mais de 1 salário mínimo até 10 salários mínimos em Londrina.....	103

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Atividades desenvolvidas pelo Serviço de Proteção social Básica e Especial .....	49
<b>Tabela 2</b> – Dados Populacionais da Cidade de Londrina por Regiões .....	50
<b>Tabela 3</b> – Distribuição dos dados populacionais e domiciliares por regiões em Londrina .....	52
<b>Tabela 4</b> – Nível de Vulnerabilidade em Londrina .....	68
<b>Tabela 5</b> – Pessoas referenciadas no IRSAS em Londrina .....	74
<b>Tabela 6</b> – Famílias referenciadas no IRSAS em Londrina .....	74
<b>Tabela 7</b> – Percentual de Idade Distribuidos nos CRas em Londrina.....	76
<b>Tabela 8</b> – Percentual de Pessoas Referenciadas no IRSAS segundo a declaração de Cor ou Raça. ....	78
<b>Tabela 9</b> – Percentual de Rendimento das Pessoas Referenciadas no IRSAS em Londrina 2012 .....	80
<b>Tabela 10</b> – População e número de Domincílios por Bairros em Londrina .....	80

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC - Benefício de Prestação Continuada  
CEM - Centro de Estudos da Metrópole  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina  
IRSAS – Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social)  
IVS - Índice de Vulnerabilidade à Saúde  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS/SAGI – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social  
ODM – Objetivos do Milênio  
PLAS - Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo  
SIG - Sistema de Informação Geográfica  
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
TSJP - Topografia Social de João Pessoa

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ESTUDO</b> .....	17
1.1 DESIGUALDADES DO TERRITÓRIO.....	21
1.2 DESIGUALDADES SÓCIOECONÔMICAS.....	24
1.2.1 Questão Socioassistencial.....	26
<b>2 A CARTOGRAFIA NO ESTUDO DO ESPAÇO URBANO</b> .....	29
2.1 O SIG COMO FERRAMENTA NO ESTUDO DE ÍNDICES.....	31
2.2 USO DO SIG NO ESTUDO SOCIOASSISTENCIAL.....	33
<b>3 A CIDADE DE LONDRINA</b> .....	39
3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	39
3.2 MATERIAL E MÉTODO UTILIZADO.....	40
<b>4 PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA</b> .....	45
4.1 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA.....	46
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CIDADE DE LONDRINA.....	50
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA.....	70
<b>5 ÁREAS DE POBREZA X ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
<b>ANEXOS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com grande contraste social, sobretudo destaca-se a má distribuição de renda, em que uma pequena parcela da população detém a maior parte da riqueza enquanto uma grande parcela da sociedade vive em condições de pobreza e miséria. Além disso, também nos deparamos com outros problemas das mais variadas ordens, como o desemprego, violência, criminalidade, déficits na área da saúde, educação e habitação que acabam por comprometer a seguridade social. Desta maneira, a Política de Assistência Social deve oferecer estratégias para lidar com essas situações, mas para isso é necessário primeiramente compreender de que modo as relações socioeconômicas ocorrem no território.

Muito embora tenha ocorrido uma melhora na distribuição de renda em função dos programas sociais, ainda há muito que se fazer. De acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) em todo o território nacional o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias, mas mesmo assim o país possui 16, 27 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, ou seja, que recebem até 70 reais por mês. (IPEA, 2012).

A Constituição Federal de 1988 reconhece a necessidade da seguridade social como direito do cidadão. E, a partir desta surgem outras referências como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) para subsidiar a proteção social no enfrentamento das desigualdades.

Coerentes com a realidade desigual presenciada nos dias atuais, buscamos compreender no âmbito da Política Socioassistencial da área urbana do município de Londrina de que modo a mesma tem trabalhado para cumprir com a seguridade social estabelecida em lei, abordando a questão do território no que diz respeito as relações estabelecidas nele, bem como na representação dos territórios dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Neste sentido, a pesquisa procurou valorizar a importância da informação socioterritorial, a necessidade de informações fidedignas e coerentes, a especialidade da sistematização de indicadores e a relevância da cartografia na

representação dos mesmos. Assim, nos deparamos com diversos elementos da Geografia que podem nos auxiliar com toda a propriedade no cumprimento dos objetivos propostos. Pois entendemos que a Geografia possui os mais variados recursos para o entendimento das relações sociais e além disso tem muito a contribuir no âmbito do planejamento territorial.

Ao se referir ao planejamento nos deparamos muitas vezes com a escassez de recursos humanos e financeiros e a invariável deficiência de infraestrutura para atender toda a demanda por serviços públicos. Mas isso não descarta a importância do mesmo, muito pelo contrário ressalta ainda mais a necessidade de um planejamento prévio, que possibilite ações mais precisas e eficientes, o que minimiza os custos e otimiza os trabalhos.

Para realizar este planejamento o poder público necessita de dados confiáveis, com maior nível de organização possível, que possam ser facilmente consultados, analisados, atualizados e apresentados em diferentes formas como relatórios, tabelas, gráficos, mapas, etc.

E, é nesta perspectiva que surge este estudo, a partir da necessidade de sistematização dos dados, pois muitos estão dispersos, desatualizados ou mesmo não conferem com a realidade. Além destes problemas os mesmos são coletados em escalas diferentes dificultando ou até mesmo não permitindo o cruzamento de informações. Portanto, evidencia-se a importância das Secretarias Municipais trabalharem de modo integrado, a fim de oferecer dados que possam auxiliar as pesquisas e posteriormente proporcionar a identificação de problemas e a solução dos mesmos.

Neste sentido, temos como objetivo destacar a contribuição da Geografia nos estudos socioassistenciais através da Cartografia na caracterização do perfil socioassistencial da área urbana de Londrina, pois ela nos permite identificar espacialmente os problemas e ao mesmo tempo destacar as possíveis áreas de vulnerabilidade. A partir da definição das áreas de vulnerabilidades é possível aos órgãos competentes estabelecer políticas direcionadas a demanda por programas sociais, verificar a localização dos beneficiários, se as entidades estão localizadas de forma estratégica para uma maior cobertura, ampliar o atendimento em áreas mais carentes, dentre outros.

Para o cumprimento dos objetivos propostos iniciamos nosso trabalho com uma discussão do Território como categoria de estudo a fim de delinear as diversas definições do mesmo nas mais diversas áreas. O interesse em conceituar território surgiu desde a antiguidade sob o âmbito das ciências naturais e sociais, sobretudo pela Geografia. Portanto, a conceituação de território depende da abordagem que o pesquisador utiliza, desta maneira buscamos entender o conceito no âmbito da Geografia e o modo com que ele é aplicado na Política de Assistência Social.

No segundo capítulo intitulado “A cartografia no estudo do espaço urbano” procuramos destacar a importância da Cartografia nos estudos socioassistenciais, bem como a utilidade dos SIG’s (Sistema de Informação Geográfica) na organização, tratamento e representação de dados.

Dentre os sistemas de informação que se dedicam à tarefa de gerenciar os mais diversos tipos de dados, estão os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Estes sistemas inseridos no universo do geoprocessamento são baseados em computador, e permitem ao usuário coletar, manusear e analisar dados georeferenciados. O que os distingue de outros sistemas de informação é o tratamento dos dados espacializados, ou seja, trabalham com entidades gráficas (dados cartográficos), que representam objetos do mundo real, e seus atributos (dados alfanuméricos) em bancos de dados relacionais georeferenciados (ABRANTES, 1998).

Neste contexto, buscamos em um terceiro momento apresentar nossa área de estudo no capítulo denominado: “A cidade de Londrina” no qual destacamos a atual situação da cidade, bem como o material e método utilizado para o cumprimento dos objetivos propostos.

No quarto capítulo “Perfil Socioassistencial de Londrina” apresentamos a Política da Secretaria Municipal de Assistência Social, através das Leis, princípios e serviços oferecidos. A política também busca a identificação das áreas de vulnerabilidade da cidade para sua melhor atuação e, nesta perspectiva levantou-se dados do censo 2010 do IBGE e do IRSAS (Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social) a fim de identificar os possíveis indicadores de vulnerabilidade.

Os dados analisados foram os indicadores de rendimento, idade,

escolaridade, cor ou raça, nível de instrução, características do domicílios, distribuição dos benefícios, no intuito de caracterizar o público atendido pela Assistência.

Desta maneira, foram elaborados e analisados diversos mapas que representam tais indicadores, e posteriormente foi realizado um mapa síntese que classifica os níveis de vulnerabilidades na área urbana de Londrina.

E no último capítulo procuramos evidenciar a questão da Pobreza X Assistência Social, enfocando as fragilidade e potencialidades dos territórios e ao mesmo tempo buscamos destacar a importância da gestão pública como mediador no processo de combate a exclusão.

## 1 TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ESTUDO

O interesse em conceituar território surgiu desde a antiguidade sob o âmbito das ciências naturais e sociais, sobretudo pela Geografia. Portanto a conceituação de território depende da abordagem que o pesquisador utiliza, por isso Morelli e Suertegaray (2009) afirmam que de modo geral, o território deve ser sempre analisado a partir de um contexto histórico. É nesta perspectiva, que a disciplina geográfica levanta várias possibilidades conceituais e analíticas de concepção de território que serão discutidas no decorrer deste capítulo.

De acordo com Haesbaert (2002; 2004a; 2004b) a concepção de território se dá através de quatro vertentes: Território econômico, território político, território cultural ou simbólico-cultural e território natural. A primeira é ajustada na dimensão espacial das relações econômicas no qual o território é visto como fonte de recursos da relação capital-trabalho. Já o território político é um espaço delimitado e controlado em que se pratica determinado domínio por meio das relações de poder que exerce controle sobre os indivíduos, sobre os processos sociais e sobre o próprio espaço material. O território cultural é caracterizado pela significação simbólica e subjetiva que configura a identidade do mesmo, ou seja, o território é aceito especialmente como o fruto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. E, por fim o território natural pautado nas relações entre a sociedade/natureza e o comportamento do homem com seu ambiente físico.

Segundo Terra (2009), no momento histórico em que vivemos a dificuldade é ainda maior em tentar enquadrar um determinado território em apenas uma destas dimensões elencadas por Rogério Haesbaert devido ao “hibridismo” em que nos encontramos. Compartilhando a mesma idéia Saquet (2003, p.24) salienta que “(...) um território não é construído e (...), não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de identidade regional e cultural/política”, pois ao mesmo tempo também é produzido por relações econômicas, nas quais as representações de poder possuem grande influência, exercendo dominação, submissão e controle num jogo contínuo sobre o espaço econômico, político e cultural. A partir disso, “O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização.” (SAQUET, 2003, p.24)

Segundo Oliveira, Moreira e Rego (2009) essas concepções não são fechadas, pois a formação e a apropriação territorial é um processo complexo que permite a identificação de várias vertentes e ao mesmo tempo a interconexão das mesmas. Salientando a importância da interligação entre as diversas vertentes, resgatamos o pensamento de Saquet (2003):

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/ temporalidades/ territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28)

Neste sentido, é importante que o conceito de território não seja confundido com o de espaço e lugar, pelo fato de estar muito ligado a ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. O território está associado à ideia de controle e poder quando se refere ao poder público, estatal e até mesmo ao poder das grandes empresas, e não necessariamente as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995)

Para Fraga (2011, p.05) “espaço é qualquer porção de terra com seus elementos geográficos”. De acordo com Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes. O espaço é anterior ao território, pois o território se configura a partir do espaço e é consequência de uma ação dirigida por um ator sintagmático. Desta forma, à medida que o ator se apropria de um espaço acaba por territorializá-lo, sempre de modo conflitante e incerto.

Terra (2009) também concorda que o território é produzido a partir do espaço, por uma série de relações mantidas pelos indivíduos com a natureza, no qual emerge um jogo de poderes sobre o território. Raffestin (1993) afirma que o território é um enquadramento do poder em um determinado recorte espacial. Por se tratar de vários agentes as relações de poder se dão em diferentes escalas territoriais, ou seja, “a escala do território determina a escala dos poderes. Existem poderes que interferem em diferentes escalas territoriais, como é o caso do Estado. Contudo, há poderes que estão limitados a determinadas escalas territoriais” (RAFFESTIN *apud* TERRA 2009, p. 27).

Estas afirmações evidenciam que as relações de poder estão distribuídas em diferentes escalas, podendo ser local, regional, nacional, supranacional, dentre outras, que podem produzir uma multiplicidade de territórios, cada um com uma dimensão própria, apropriada, apreendida e vivenciada por diversos atores sociais que configurarão diferentes territorialidades. (TERRA, 2009)

Para Raffestin (1993) o espaço só se transforma em território depois de um vasto jogo de forças que se intra-articulam gerando um processo de apropriação e reprodução do próprio espaço. Desta forma, nota-se que o espaço antecede o território e ao conceituar território Souza (2007) levanta outra questão que “(...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, seguindo esta mesma linha Haesbaert afirma que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas, em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólica” sobre o espaço onde vivem (sendo também, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1995, p. 42)

Desta forma, a noção de território estará sempre atrelada à relação que um grupo estabelece com uma determinada porção do espaço e, por conseguinte suas ações geram a delimitação. Para Andrade (1995) as territorialidades estão amplamente associadas às relações sociais, bem como ao sentimento de pertencimento e de apropriação de um determinado território, o que leva a territorialização.

Por se tratar de uma relação de poder associado a um contexto social a territorialidade é vista por Sacks (1986) como a primeira expressão geográfica de poder social.

Ao analisar o conceito de território de Raffestin, Haesbaert afirma que o autor avalia o trabalho como energia informada que inicialmente pertence ao indivíduo e depois é apropriado pela sociedade capitalista, ou seja, exime o indivíduo de sua capacidade original de transformação, transferindo- as para as organizações.

[...] Contudo, os homens podem desejar a retomada do controle de seu poder original [...], o que significa entrar num universo conflitual, cuja natureza é puramente política. [...] Assim, a possibilidade do poder, e não o poder se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu. (RAFFESTIN, 1993, p. 57-58)

O autor acredita que à medida que as organizações alienam o trabalhador acaba por legitimar através das relações simbólicas uma ação intencional na busca do poder absoluto, podendo existir diversas representações territoriais de acordo com os interesses e objetivos dos diferentes atores.

As relações de poder na dimensão do real e do simbólico quando mediada por esses atores e por suas representações delinea um sistema de malhas, redes e nós que se formam no território. E somente à medida que se decifra essas relações de poder na conjuntura histórica, social, temporal e espacial, observando a apropriação abstrata e concreta do espaço pode se entender as territorialidades de determinado espaço a partir da caracterização de uma dada sociedade (RAFFESTIN, 1993).

As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e decifrando-as que se chega a estrutura mais profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território [...]. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos atores sintagmáticos que produzem territórios. Esta produção de território se inscreve perfeitamente no campo de poder de nossa problemática relacional. Todos nos combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nos elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153)

Portanto, as relações de poder são frutos de conflitos concretos estabelecidos no terreno simbólico e no campo econômico, sendo que é no espaço simbólico que se articulam as interpretações nas quais os sujeitos e as identidades se constituem. Deste modo, analisar o território como categoria cultural denota verificar o poder múltiplo e compartilhado com as concepções de redes de relações sociais bem como de seus significados e complexidades internas (BARBERO, 2003).

Outro aspecto pelo qual devemos analisar o território segundo Oliveira (2007) é o da des-re-territorialização que está engendrado no redimensionamento do desenho territorial da nossa sociedade globalizada.

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2007, p. 74-75).

Neste sentido, reflete-se sobre o processo de constituição de um território, no qual passa dialeticamente por um movimento de des-territorialização e re-territorialização tendo como agente central o indivíduo. Neste processo o indivíduo pode deixar seu território de origem (des-territorializa-se) e se deslocar para outro território (re-territorializa-se). A partir disso, surge outro conceito de suma importância o de Multiterritorialidade, caracterizado por Haesbaert (*apud*, ROCHA, 2006) como a capacidade de um grupo ou até mesmo um indivíduo de conectar ou acessar vários territórios, podendo manter relação com uma diversidade muito maior de territórios/territorialidades no sentido de ligar diversas territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, ou com o deslocamento. Desta forma, o indivíduo ou grupo social passa a estabelecer uma forma particular de experimentação e reconstrução do território.

De acordo com Saquet (2003) a relação tempo e espaço é imprescindível na análise do território uma vez que cada espaço vive seu tempo e, por conseguinte, cada tempo vive o seu espaço. Assim, é preciso conhecer a história dos lugares e suas mudanças ao longo do tempo vivenciadas em cada espaço. Para Terra (2009, p.26) o processo de construção, desconstrução do território “é permeado por relações sociais de domínio, de demarcação e de posse”, que ao longo da história permitem sua caracterização.

Para compreender como as relações se dão no território é imprescindível entender esses conceitos bem como as desigualdades se dão no mesmo. Desta maneira, no item a seguir será realizada uma breve análise sobre a construção da identidade do indivíduo a partir da perspectiva de construção e reconstrução do território através da multiterritorialidade.

## 1.1 DESIGUALDADES DO TERRITÓRIO

O debate acerca da conceituação de território tem sido muito discutido no que diz respeito aos processos de globalização do capital e do trabalho, no intuito de estabelecer uma articulação entre o Estado e a produção do espaço social em si, ou melhor, entender de que forma o espaço socialmente construído recebe a contribuição da natureza ideológica e política.

Nesta perspectiva, “a expansão da acumulação capitalista intensifica a hierarquização social através do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho e da concentração dos meios de produção” (CASSAB; RIBEIRO; SCHETTINO, 2005 p.02). A partir disso, verifica-se a importância da produção e consumo na organização espacial, que acaba por definir a acumulação capitalista como principal fator na diferenciação hierárquica entre os centros de distribuição. Desta forma, a conceituação de rede de localidades centrais torna-se imprescindível, para Cassab, Ribeiro e Schettino (2005, p.02) esta desempenha duas importantes funções: como “meio para o processo de acumulação e também de reprodução das classes sociais”. Portanto, conclui-se que o processo de reprodução das classes sociais se faz em sua maioria por parte do consumo diferenciado de bens e serviços.

Ainda para o autor, a materialização do espaço social ocorre no território a partir da distribuição de diferentes espécies de bens e serviços no espaço físico, que geralmente está atrelada a distribuição espacial dos indivíduos, sendo que neste movimento define-se o valor dos diferentes lugares do espaço social. No entanto, o espaço social não reflete no espaço físico apenas pela divisão espacial dos indivíduos, mas sim pela distribuição dos bens e serviços tanto públicos como privados. Desta maneira, a localização dos sujeitos será determinada pelo lugar e a posição que o sujeito ocupa em relação a outros indivíduos e, por conseguinte a capacidade de dominar o espaço estará ligada àqueles que detêm do capital “que permite manter à distância pessoas e coisas a ele indesejáveis e aproximar o que lhe é desejável” (CASSAB; RIBEIRO; SCHETTINO, 2005 p.02).

A localização de determinados bens desejáveis no espaço físico e social tende a favorecer o maior acesso, ao mesmo tempo em que propicia a reprodução da esfera econômica e simbólica dos meios de comunicação e circulação na cidade.

Para Koga (2003) a cidade pode ser vista como palco de relações sociais e de diversidade de comportamentos, que configuram uma gama de lugares heterogêneos, que devem ser tratados de formas diferentes. Assim, a cidade pode ser considerada como “um território múltiplo, como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva” (KOGA, 2003, p.33).

Desta forma, é no território social que se constroem as várias desigualdades e devido sua dinamicidade suas partes possuem um desenvolvimento próprio que evidenciam e configuram os conflitos contidos nos lugares bem como seus reflexos em toda a cidade. E, por conseguinte à medida que o território é tratado sobre a ótica social ele passa a destacar as diferenças “existentes entre os indivíduos pobres e os não pobres que moram em lugares pobres e em lugares não pobres, respectivamente” (FELIX, 2010).

Compartilhando a mesma idéia Santos (1994) destaca o fato de que a população se multiplica e empobrece nas cidades deliberando suas condições de existência, e a partir desse processo Cassab; Ribeiro; Schettino (p, 02. 2005) ao parafrasear Santos (1994) afirmam que “Nesse processo a cidade estabelece-se como relação social que em sua materialidade é produtora de pobreza, pois faz dos habitantes dos territórios de pobreza, pessoas ainda mais pobres”.

De acordo com Felix (2010) a partir da década de 1980, o ritmo de crescimento populacional das cidades brasileiras começou a apresentar médias decrescentes. Contudo, ao associar essas médias separadamente pelas cidades ou até mesmo pelas esferas que a compõe, constatou-se que não há homogeneidade entre os setores. Para melhor ilustrar Córdia (1998) utiliza o exemplo da cidade de São Paulo na qual a desigual distribuição é contrastada pela concentração de elevadas taxas nas regiões mais pobres, o que permitiu uma modificação drástica no perfil e classificação dos grupos etários no município. Neste sentido, percebe-se que a desigual distribuição de recursos tende a determinar a existência de zonas de risco social intenso fazendo com que os moradores estejam mais susceptíveis a esse tipo de risco, esse processo é chamado por Torres (2004) como “externalidades negativas”.

Refere-se aos bairros com alta concentração de pobres, onde a escola é pior, as possibilidades de acesso ao emprego formal é menor, pois é menor o número de empregados, diminuindo as redes de relações das pessoas e onde os moradores estão muito mais expostos a riscos provenientes da falta de infraestrutura urbana, da

instabilidade da propriedade da terra e da violência e violação de direitos. (FELIX, p.03, 2010).

Deste modo, verifica-se a importância do entendimento do espaço social, no que diz respeito à coleta de dados e exploração dos mesmos para uma melhoria na política de desenvolvimento das políticas sociais. Assim, a dinâmica interna do espaço social poderá levantar vários elementos que podem vir a contribuir na redistribuição de investimentos públicos e, por conseguinte na transformação destes em indicadores sociais extremamente válidos no combate a exclusão. Para Felix (2010) essa multiplicidade acontece à medida que diversas culturas se ligam num mesmo espaço, culturas estas advindas da grande mobilidade das áreas mais vulneráveis.

Segundo Cassab; Ribeiro; Schettino (2005) a concepção de espaço socialmente produzido e a noção de território podem ser caracterizadas como uma via fértil de conhecimento da singularidade das práticas sociais, pelo fato de incluir as relações de produção, reprodução, circulação e o exercício efetivo do poder no cotidiano. De modo geral o território é configurado pela intervenção humana nos espaços físicos e simbólicos através das suas vivências coletivas e da execução do poder. Neste sentido, essa relação se dá por meio de um jogo de poderes que se entrelaçam e configuram o território. Ainda para os autores a articulação do território em sua desigualdade e também como expressão e vetor da reprodução da desigualdade acontecem de forma fragmentada e assim, torna-se determinação e reflexo, ou melhor, unidade de reprodução da vida.

Portanto, para uma melhor compreensão das desigualdades territoriais é necessário que se construa um “olhar espacializado” das políticas a fim de entender de que modo ocorre a distribuição das ocorrências, analisando sua concentração espacial ao mesmo tempo em que as relaciona com outros indicadores sociais.

## 1.2 DESIGUALDADES SÓCIOECONÔMICAS

Ao se discutir as desigualdades do território torna-se imprescindível o entendimento de sua gênese, principalmente no que diz respeito à configuração da identidade cultural dos indivíduos, pois é a partir dela que o território começa a

ganhar vida, ou melhor através das relações que o sujeito estabelece com o meio e com os outros indivíduos.

Segundo Oliveira, Moreira e Rego (2009) são essas relações estabelecidas entre os indivíduos que tendem a marcar as singularidades enquanto sujeitos pertencentes a um mesmo grupo, mesmo território e sociedade dentro plano do vivido, sentido, percebido e concebido. Já os que não possuem essas características deste grupo são vistos por eles como pertencentes a um espaço estranho, e, por conseguinte compartilha outras vivências com outros indivíduos e formam outro território diferente do primeiro. Neste sentido, o autor destaca que existe uma “flutuação, mutação, expansão-contração não ocorre somente com as identidades, mas também com seus delimitadores espaciais: as sociedades e seus valores, assim como o território” (OLIVEIRA; MOREIRA; REGO, 2009 p.06) que têm fronteiras móveis e está sujeito a dinâmica global.

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção (SOUZA; PEDON, 2007 p.132).

A construção da identidade sócio territorial tem como principais agentes o tempo e o meio, pois somente através deles se percebe a complexidade das influências da sociedade e do território sobre nós a partir do seu tempo histórico. Neste contexto, atualmente com as fronteiras flutuantes existentes é mais fácil notar uma diversidade de valores impostos sob a égide da era informacional, configurando uma identidade metamorfoseada, em que o indivíduo opta em absorver determinadas informações ou apenas rejeitá-las, e, por conseguinte faz com que ele assumas identidades diferentes em tempos diferentes, atreladas ao que ele considera coerente para si. (HALL, 2006)

Uma característica do território na (pós) modernidade por conta das várias identidades costuma gerar alguns embates, devido às múltiplas tensões entre os grupos habitantes. Um exemplo ocorre quando as populações tradicionais residentes em áreas de pressões econômicas são afastadas da sua localidade de origem e são destinadas a outro local de costumes diferentes por conta de interesses privados ou estatais. De acordo com Oliveira, Moreira e Rego (2009) isso

acontece muito no Brasil com a população em áreas de litígio militar e principalmente com os moradores da periferia pobre em contraste com a elite local e, também em espaços de segregação econômico-social (como nos espaços especializados em que o pobre não frequenta, tipo o shopping Center, e o rico não vai aos lugares populares aos quais os pobres costumam ir, devido aos padrões de consumo serem opostos).

Existem grandes conflitos nesse processo de (re) construção da identidade sócio territorial do sujeito na pós modernidade, principalmente pelo fato de ser algo incessante de um indivíduo em processo de transição, marcado pela crise paradigmática e crise de identidade num determinado período da história. Compartilhando a mesma idéia Castells (2008, p. 23) afirma que “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e relações de cunho religioso”.

Todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antiguidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas: todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens finalmente são levados a enfrentar [...] as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos. (BERMAN, 1986, p. 20).

Assim sendo, o processo de adaptação do ser humano e a construção da identidade sócio-territorial, esta totalmente ligada ao ambiente que ele ocupa, bem como as intervenções que realiza nele. Desta forma, a conceituação de Território que adotaremos nesta pesquisa levará em consideração que o território vai muito além dos limites físicos, território só é território a partir do momento que o homem intervém nele e lhe dá significado através de um grande jogo de poderes, valores, crenças e costumes.

### 1.2.1 Questão Socioassistencial

A conceituação de Território no âmbito da Política de Assistência Social possui fundamental importância, pois através dele pode-se estabelecer as áreas que necessitam de maior investimento, bem como proporcionar uma nova perspectiva às políticas sociais.

De acordo com Koga (2002) ao se falar em políticas públicas, torna-se importante fazer as diferenciações entre as localidades, principalmente no que diz respeito aos contextos de altas desigualdades sociais.

Ainda para a autora o território tem sido um elemento muito utilizado nas mais diversas experiências, sob o ponto de vista do Estado e da sociedade. Por isso tem proporcionado vários debates sobre inclusão social, democratização de informações, cidadania, bem como a participação dos cidadãos na vida da cidade. Neste sentido, o território vai além das características físicas, e passa a abranger as relações que os homens estabelecem nele (KOGA, 2002).

Segundo Milton Santos (2000) o território não é só um conceito, e para a análise social ele só se torna um conceito utilizável à medida que é pensado em conjunto com os atores que se utilizam dele. Neste sentido, incluir a vertente territorial na política pública pode gerar grandes alterações na gestão pelo fato de trazer novos elementos como o enfrentamento da exclusão social por meio do debate da ética e cidadania.

Além disso, Koga (2002) também destaca o entendimento da dimensão cultural das populações, onde vivem, suas necessidades e anseios que devem ser considerados pela gestão.

A simples presença de uma política pode não revelar sua capacidade de interferência nas situações de exclusão social, visando colocar os sujeitos na condição de protagonistas a caminho da inclusão social. Faz-se fundamental o modo pelo qual a política pública opera, levando em conta a cultura, a geografia da própria população com a qual trabalha e a participação dos cidadãos. O peso da qualidade, neste caso, é tão forte quanto o da quantidade. (KOGA, 2002, p.25).

De acordo com Altès (*apud*, KOGA, 2002) as políticas territoriais são capazes de elaborar algumas fórmulas inéditas de gestão voltada à política social, e assim, o lugar realmente faz a diferença, e pode ser considerado como o motor da engrenagem das políticas. Nesta perspectiva à medida que ocorre a inter-relação entre a política e o território novas formas de gestão poderão ser efetivadas.

Um aspecto muito importante que Koga (2002) destaca é que nem sempre a territorialização das políticas tem sido utilizada de modo correto, e utiliza como exemplo uma avaliação crítica que Claudine Offredi (2001) faz sobre o processo de territorialização das políticas.

Pelo contrário, temos assistido a “categorização” territorial cada vez mais complexa e incoerente. Cada serviço, cada dispositivo desenha seu próprio território que evidentemente corresponde à sua própria lógica de gestão, suas próprias disponibilidades de pessoal etc. (OFFREDI, apud KOGA, 2002, p. 31).

Desta maneira, Koga (2002) afirma que o território não pode ser visto pelas políticas públicas como um acidente geográfico de percurso e de adequação as escalas administrativas, mas sim como uma questão política de luta.

Medidas territoriais são importantes no âmbito das políticas públicas para definir as áreas que necessitam de prioridades no que diz respeito aos programas e projetos e, além disso, para repensar as diretrizes e ações que eram estabelecidas nas áreas de intervenção. Pois, entende-se que à medida que é identificado no território às formas intra-urbanas, não só as carências são vistas mas as potencialidades do lugar também se destacam, permitindo ações estratégicas do poder público nos territórios (KOGA, 2002).

No território, os componentes urbanos estão em permanente relações e interações. As conexões e ligações entre esses componentes são tão determinantes do território que faz todo o sentido pensá-lo como uma rede de relações dinâmicas. (TSJP, 2009, p.111)

Portanto, entender o Território no âmbito da Assistência Social exige o entendimento das relações que o indivíduo estabelece com o meio, e a partir daí cabe as políticas públicas gerar ações intervencionistas que atendam as fragilidades e potencialidades do município.

## 2 A CARTOGRAFIA NO ESTUDO DO ESPAÇO URBANO

Ao longo da história da humanidade, o ser humano sentiu a necessidade de habitar e compartilhar espaços comuns então surgiu às cidades. Com o tempo outras necessidades vieram permear seu cotidiano, e a dinâmica social juntamente com a implantação do capitalismo fez com que as atividades comerciais, industriais e de serviços também aliadas ao processo de mecanização da agricultura favorecesse a aceleração do êxodo rural. Neste sentido, a concentração populacional nas cidades, sem um planejamento adequado fez com que surgissem outros tipos de problemas, como congestionamentos no trânsito, poluição hídrica, sonora, do ar, favelização, desemprego, habitação em áreas de risco ambientais, dentre outros, problemas estes que devem ser enfrentados pelos gestores urbanos.

Neste contexto, à medida que os problemas aumentam, espera-se que soluções sejam encontradas para minimizá-los ou até mesmo extingui-los. Cabe destacar que estas soluções devem passar por planejamento, e pelo fato deste utilizar uma grande quantidade de dados a automatização tem muito a contribuir.

Verifica-se também que a Cartografia pode oferecer um modelo de representação de dados no espaço geográfico e, por conseguinte auxiliar no entendimento do espaço geográfico. Mas, com o advento das novas tecnologias foi somado a Cartografia as técnicas matemáticas e computacionais fornecidas pelo Geoprocessamento e pelos SIG's (Sistema de Informação Geográfica) que permitem o tratamento de dados espaciais de modo mais rápido e ágil (D'ALGE, 2001).

De acordo com Nogueira (2010) o surgimento do mapeamento computadorizado permitiu a construção de sistemas computacionais mais avançados e complexos como o SIG, que através de suas ferramentas possibilita em um mesmo mapa a sobreposição de informações, bem como o cruzamento de diversos dados.

Um SIG pode ser definido como um sistema atrelado a um computador que permite o armazenamento, análise e visualização de um banco de dados geográficos. De modo com que os dados são incorporados ao sistema inicialmente de forma crua, e ao finalizar o processo é possível realizar análises e diagnósticos sobre a área de estudo (EASTMAN, *apud*, NOGUEIRA 2010).

Uma grande vantagem do SIG destacada por Harries (1999) é o fato de permitir a sobreposição espacial de dados que, por conseguinte, faz com que seja localizado e destacado com maior facilidade pontos que se interrelacionam, além da rapidez e agilidade ao se trabalhar com grande quantidade de dados e complexos.

Muitos trabalhos que envolviam dados espaciais eram realizados manualmente demandando muito tempo e trabalho, contudo, com a melhoria da plataforma do Sistema de Informação Geográfica a análise ganhou agilidade e maior precisão facilitando a vida dos gestores no julgamento das informações. Outro ponto muito favorável na utilização do SIG é o compartilhamento de dados.

Desta forma, Moura (*apud*, SALLES, 2010) destaca que:

Uma das principais contribuições metodológicas do geoprocessamento à pesquisa [...] é, certamente, a possibilidade de se implantar processos de análise que, quando trabalhados em termos conceituais, pareciam por demais complexos para serem adotados. Trata-se da possibilidade de adoção da abordagem e análise sistêmicas, conceitos que trouxeram para o estudo científico que lida com complexa gama de variáveis, em especial para as ciências espaciais, grande ganho na aproximação entre o modelo de estudo e a realidade. (Moura, *apud* SALLES, 2010)

Nesta perspectiva, a utilização das técnicas de geoprocessamento pode auxiliar na busca de soluções para estes problemas. Assim, Rocha (2002) afirma que o geoprocessamento pode ser visto como uma tecnologia transdisciplinar, que, por meio:

[...] da axiomática da localização e do processamento de dados geográficos, integra várias disciplinas, equipamentos, programas, processos, entidades, dados, metodologias e pessoas para coleta, tratamento, análise e apresentação de informações associadas a mapas digitais georreferenciados (ROCHA, 2002, p.210).

Desta maneira percebe-se que a busca de recursos tecnológicos e informações que complementem as pesquisas é de suma importância. Por isso, o geoprocessamento ganha relevante destaque dentro da ciência Geográfica, devido suas diferenciadas formas de representações, dentre elas textos, diagramas, fotografias e principalmente os mapas.

A utilização do SIG vem sendo cada vez mais utilizada como ferramenta na observação do espaço geográfico, principalmente nas áreas urbanas

em que a quantidade de dados é muito grande. Assim, verifica-se que sua “capacidade de capturar, armazenar, recuperar, transformar e representar espacialmente os dados do mundo real tem feito desta ferramenta, um instrumento versátil para auxiliar a solução de problemas de análise em planejamento urbano” (BARROS, 2001b, p. 211).

Compartilhando a mesma idéia Campos (2005) considera o SIG como ferramenta capaz de manipular diversas funções que representem os processos ambientais e espaciais em várias escalas, bem como em modalidades distintas de modo simples, eficiente e principalmente com um a grande economia de tempo.

Ainda segundo o autor o SIG pode ser considerado como uma ferramenta Multidisciplinar que permite agregar dados de diferentes fontes como imagens de satélites, fotos aéreas, mapas de solo, mapas topográficos, dentre outros nas mais diversas escalas “possibilitando uma visão macro e micro de um mesmo objeto de estudo” (CAMPOS, 2005, p.60) . Ao mesmo tempo em que pode ser utilizada por várias áreas na análise espacial e produção de diagnósticos que auxiliem na tomada de decisões.

Neste sentido, percebe-se a grande contribuição que o SIG pode trazer às diversas áreas do conhecimento, e também aos gestores no que diz respeito ao planejamento urbano e análise ambiental tendo em vista que a partir da inserção de dados em um sistema georreferenciado pode-se gerar imagens e mapas. Deste modo, permite uma melhor visualização do que esta sendo trabalhado e, por conseguinte, analisar e solucionar os possíveis problemas encontrados na pesquisa.

## 2.1 O SIG COMO FERRAMENTA NO ESTUDO DE ÍNDICES

Já destacada a importância da Cartografia e do SIG como ferramenta nos estudos geográficos, necessita-se evidenciar sua utilização através dos índices socioeconômicos. Neste contexto, é preciso ter claro quais indicadores serão utilizados, assim como a base territorial pela qual os dados serão sobrepostos.

Segundo Souza e Torres (2003) em um estudo realizado sobre a Região Metropolitana de São Paulo por pesquisadores da Fundação Seade e do

Cebrab afirmavam a necessidade de um tratamento adequado aos dados que perpassavam as unidades administrativas como os municípios e distritos, pois alguns acontecimentos só poderiam ser entendidos se atingisse a escala intradistrital. A crítica se dá pela ausência de informações neste nível o que dificulta a formulação de políticas voltadas a atender os problemas que acontecem nesta escala, já que o planejamento urbano geralmente atende o grande porte. Para os autores alguns distritos de São Paulo possuem até 400 mil habitantes, um porte que pode ser comparado a um grande município como São José dos Campos, o que dificulta a identificação das localidades com maior e menor nível de carência social e econômica.

Neste contexto, a maior dificuldade aparece em situações no qual é preciso identificar algum tipo de prioridade de investimento. Um exemplo utilizado por Souza e Torres (2003) referente a cobertura de uma dada política, como a oferta de água “atinge níveis próximos a 100%. Como distinguir os 60 mil domicílios sem água encanada, numa região com 5 milhões de domicílios?” (SOUZA; TORRES, 2003, p.36). A solução para este tipo de problema deve ser um melhor tratamento dos dados que leve em consideração dados microlocalizados que permitirão a identificação das principais manchas de ocorrência.

Desta forma, evidencia-se a importância do Sistema de Informação Geográfica no tratamento de dados e indicadores microlocalizados para as políticas públicas, pois a partir dele sabe-se por onde começar agir.

De acordo com Barros e Polidoro (2012) na realização de um tratamento cartográfico-estatístico algumas questões são colocadas de imediato. Dentre elas os autores afirmam que a escala é fator primordial em um estudo geográfico, pois segundo Corrêa (*apud*, BARROS E POLIDORO, 2012) ela é uma construção social com três significados: a de dimensão, a cartográfica e a conceitual.

[...] a de dimensão, a exemplo de economias internas ou externas de escala; a cartográfica, que se traduz na relação entre objeto sua representação em cartas e mapas; e a conceitual, associada à idéia de que objetos e ações são conceitualizados em uma dada escala na qual processos e configurações se tornam específicos e têm a sua própria escala de representação cartográfica. (CORRÊA, *apud* BARROS E POLIDORO, 2012, p. 07).

Nesta perspectiva, temos o SIG como grande aliado às políticas públicas e através do mesmo é possível evidenciar boa parte dos problemas socioeconômicos enfrentados pela população. Para Souza e Torres (2003) o perfil da população varia ao longo da dimensão espacial, tanto em estrutura etária e taxa de crescimento quanto em termos socioeconômicos.

Em outras palavras, em função da grande dinâmica demográfica intra-urbana podem existir escolas em locais sem crianças e crianças em locais sem escolas, mesmo se a taxa de cobertura para todo o município se aproxima de 100%. Isso indica que, até quando existentes equipamentos sociais têm de ser adaptados ao perfil da população local, suas características sociodemográficas; (SOUZA; TORRES, 2003, p.36).

Portanto, nota-se a relevância das técnicas de geoprocessamento nas mais variadas pesquisas, assim como a utilização dos índices socioeconômicos como fonte de dados que podem vir a ser muito úteis na caracterização de um perfil socioeconômico de uma determinada região e, por conseguinte através da análise do território levantar hipóteses para o enfrentamento dos problemas destacados.

## 2.2 USO DO SIG NO ESTUDO SOCIOASSISTENCIAL

Diversos trabalhos têm sido realizados utilizando as técnicas de geoprocessamento nos estudos sobre a cobertura da rede socioassistencial. D'Almeida (2011) em seu trabalho intitulado “A incorporação da Topografia Social no Processo de Gestão da Política Pública de Assistência Social: O Território e a Inserção do Conceito Operacional de Práticas Espaciais Aplicados à Dinâmica do Financiamento e da GI” aponta que as ações públicas da área da Assistência Social devem ser planejadas territorialmente a fim de possibilitar a superação da fragmentação, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, bem como o alcance da universalidade de cobertura, deve também promover a vigilância social das exclusões e estigmatizações que estão presentes nos territórios de maior vulnerabilidade e carência.

Ao identificar essas necessidades percebeu também que “o município pode ser considerado um território, com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam uma malha de diferentes arranjos e configurações socioterritoriais”

(D'ALMEIDA, 2011, p. 03). Considerando estas premissas se definir as questões correspondentes aos equipamentos, aos serviços socioassistenciais, além da definição das áreas de implantação dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) e, posteriormente georreferenciá-las.

A partir daí foram estabelecidos alguns indicadores sociais não apenas como mera tabulação de dados, mas no intuito de correlacionar vários dados e, por conseguinte agrupar diversas informações que posteriormente formariam o banco de dados para a elaboração dos mapas, os quais permitiriam uma melhor visualização da área de abrangência das atividades desenvolvidas pela Assistência Social.

Deste modo, o estudo elaborado por D'Almeida (2011) conseguiu realizar através do levantamento da pesquisa e do correlacionamento de indicadores sociais os locais em que as organizações estatais de assistência social se situam, bem como o mapeamento da rede pelos territórios. E, assim o processo de identificação das fragilidades e carências dos serviços da Assistência Social tornou se mais fácil.

Neste contexto nota-se a contribuição que os SIG's podem trazer para a realidade de vários municípios, principalmente no que diz respeito a caracterização de uma área, sua influência, as atividades desenvolvidas em um território, dentre vários outros aspectos. E, assim pode permitir a identificação de diversas fragilidades ou até mesmo potencialidades de um território gerando uma intervenção consciente na área em estudo.

Souza e Torres (2003) também realizaram um estudo utilizando as ferramentas do SIG na elaboração de mapas para identificar as áreas de maior violência no município de São Paulo (Figura 01). O trabalho desenvolvido que nos referimos chama-se "O Estudo da Metrópole e o Uso de Informações Georreferenciadas".

Os autores ainda afirma que os SIG's vão além da elaboração de cartografias ele possui em sua essência elementos que permitem a relação automática entre a representação espacial e o banco de dados. Desta maneira, oferece ao pesquisador maior liberdade no que diz respeito a escolha e o cruzamento das variáveis desde que essas possuam uma escala compatível. Pois,

esse conjunto de procedimentos só é possível se houver dados desagregados para a escala local e que sejam compatíveis as cartografias digitais, mas muitas vezes o que ocorre é a não compatibilidade das bases. O IBGE é uma das grandes fontes de informação, mas apresenta alguns problemas de ordem técnica que devem ser ajustados nas bases cartográficas (SOUZA; TORRES, 2003).

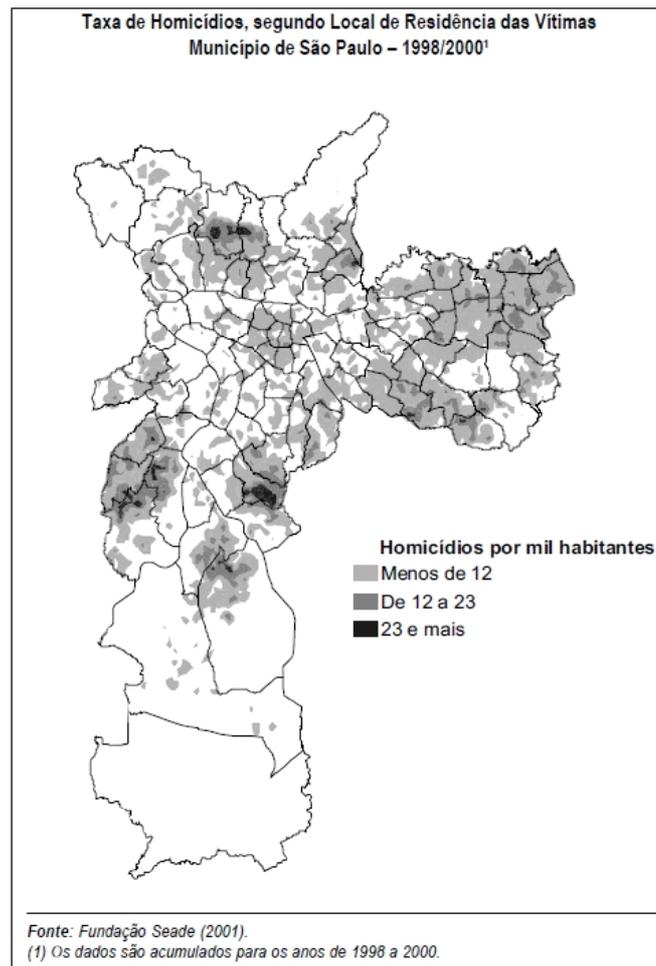


Figura 01: Taxa de Homicídios, segundo Local de Residência das Vítimas Município de São Paulo – 1998/2000.  
Fonte: Fundação Seade (*apud*, Souza e Torres 2003)

Na pesquisa de Souza e Torres (2003) o grande destaque acontece no que diz respeito ao auxílio para os gestores da área de segurança, pois permite uma ação localizada e pontual. A possibilidade de correlacionar dados espaciais proporcionou um grande salto qualitativo no uso de sobreposição de cartografias digitais, tendo como consequência a viabilidade do cruzamento de vários indicadores.

Contudo, ainda apontam algumas limitações da pesquisa em relação a coleta de dados e compatibilidade com as bases cartográficas e afirma que

o Seade no projeto CEM (Centro de Estudos da Metrópole) tiveram que tomar uma série de medidas para a utilização das bases do IBGE, como a vetorização da malha dos setores censitários da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) de 1996 e 2000 através de uma redigitalização das bases um trabalho longo e detalhado que permitirá um melhor estudo das escalas locais da RMSP.

Desta forma, foi elaborado para a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo pelo CEM uma série de indicadores, que permitiram a configuração do Índice de Vulnerabilidade. Assim, o gestor pode visualizar melhor os pontos de maior concentração de homicídios e promover as políticas assistenciais necessárias na localidade (Figura 02).

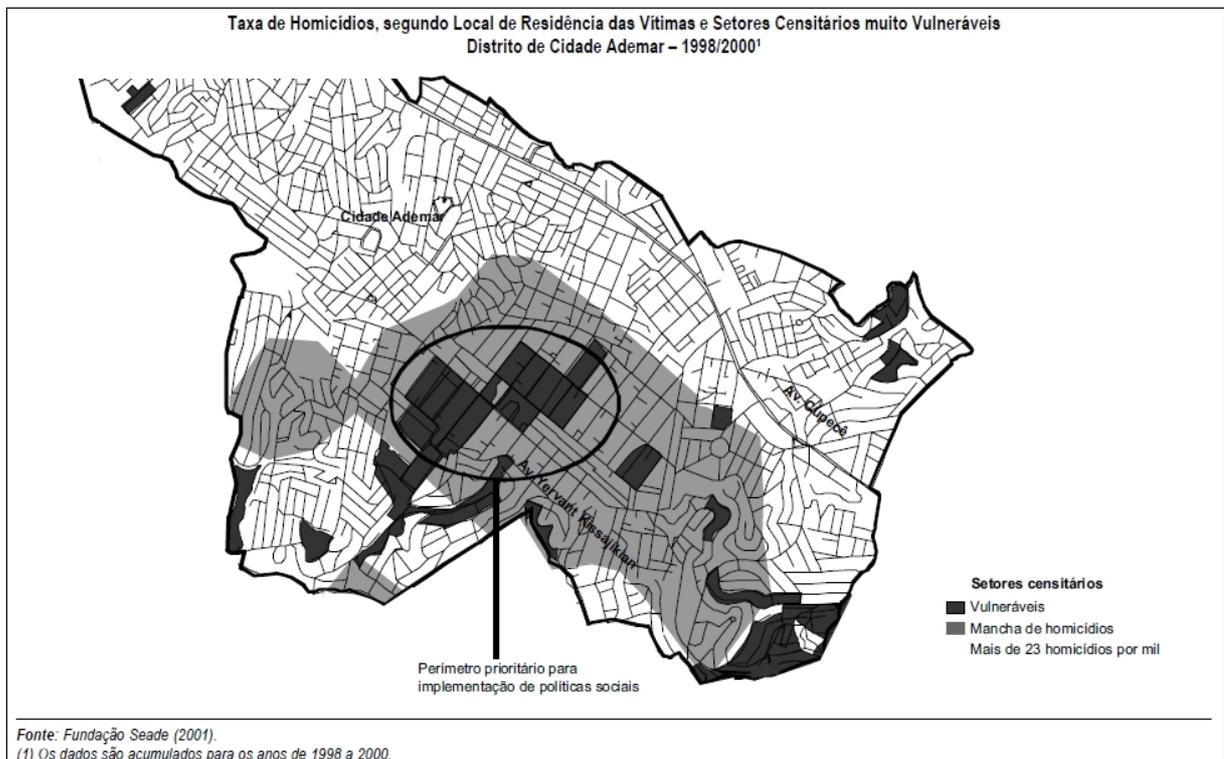


Figura 02: Taxa de Homicídios, segundo Local de Residência das Vítimas e Setores muito Vulneráveis distrito da Cidade Ademar – 1998/2001.

Fonte: Fundação Seade (*apud*, Souza e Torres 2003)

Assim, percebe-se a representação da taxa e homicídios segundo o local de residência das vítimas, observa-se que através da sobreposição de dados cartográficos consegue-se unir as áreas muito vulneráveis aos domicílios das

vítimas, e por conseguinte a representação pode servir como parâmetro as políticas públicas de intervenção.

Nogueira (2010) realizou um estudo no município de Belo Horizonte, utilizando as técnicas e ferramentas de geoprocessamento, a fim de avaliar a existência de relação espacial entre a ocorrência de homicídios e fatores socioeconômicos, concebidos pelo Índice de Vulnerabilidade à Saúde (IVS). É importante ressaltar que para geração do Índice da Saúde os parâmetros utilizados são praticamente os mesmos que sustentam a produção do Índice Social, tais como: Saneamento Básico, Renda, Educação, Habitação e Saúde. Os resultados obtidos estão representados na Figura 03.

Para a elaboração do mapa a autora lançou as áreas de vilas e favelas existentes no município sobre o mapa de relação entre IVS e homicídios na busca de verificar se as áreas com maior vulnerabilidade socioeconômicas correspondem as áreas mais críticas do mapa.

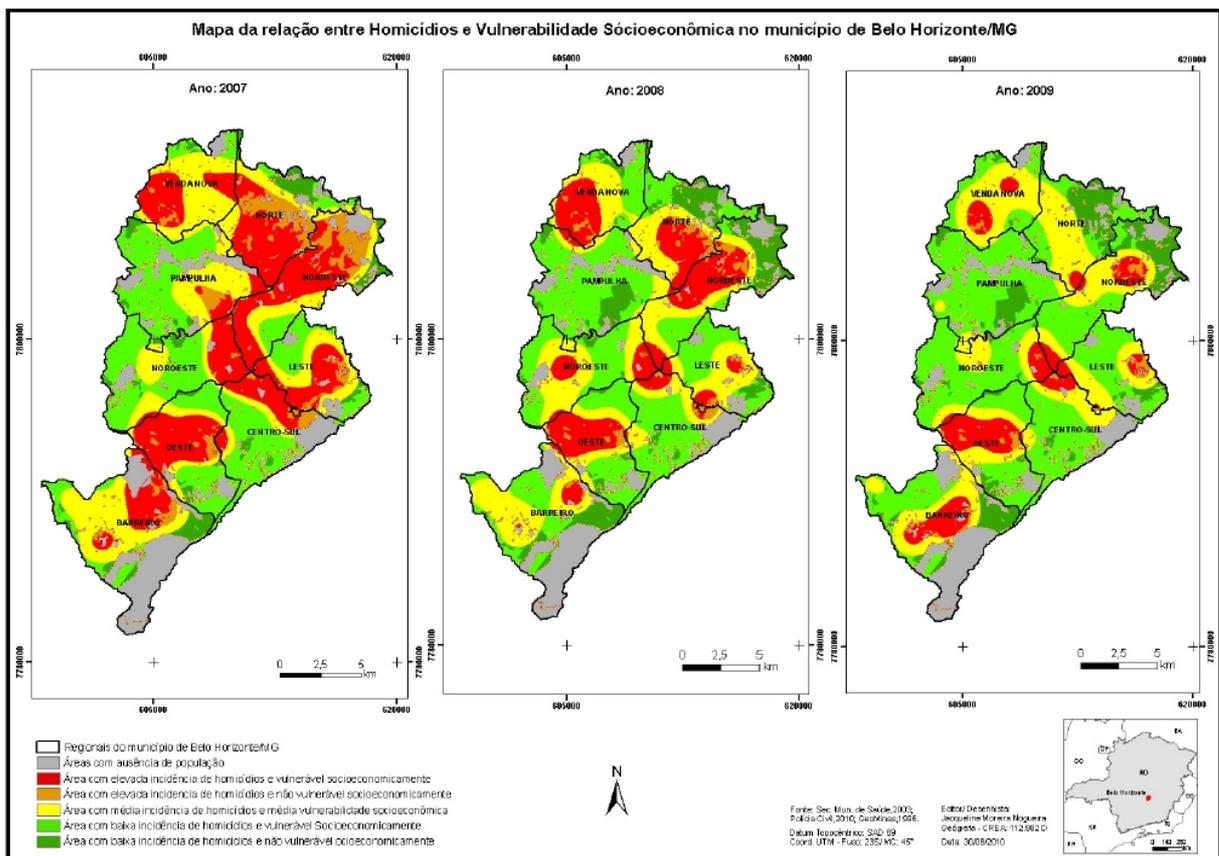


FIGURA 03: Relação entre Homicídios e Vulnerabilidade Socioeconômica no Município de Belo Horizonte/MG. Fonte: (NOGUEIRA, 2010, p.39).

A partir da análise dos mapas foi possível identificar que as áreas mais vulneráveis socioeconomicamente não são aquelas onde as taxas de homicídios estão mais elevadas, pois segundo alguns trabalhos realizados pela polícia, cerca de 90% das mortes estão relacionadas às ações dos chefes do tráfico, e estes tendem a não permitir mortes nas áreas de favelas, na tentativa de evitar chamar atenção dos agentes responsáveis pela segurança pública. (NOGUEIRA, 2010).

Portanto, percebe-se que muitos trabalhos estão sendo realizados na área socioassistencial, utilizando as ferramentas do geoprocessamento, tendo por base o uso de índices e indicadores de vulnerabilidade. Desta forma, os resultados obtidos na análise dos mapas têm contribuído muito na política de intervenção tanto nas obras públicas quanto privadas, pois através da visualização no mapa a ação torna-se mais direcionada e precisa.

### 3 A CIDADE DE LONDRINA

#### 3.1 ÁREA DE ESTUDO

Localizada na Macrorregião Sul do Brasil e na mesorregião Norte Central Paranaense, Londrina está em uma estratégica posição geoeconômica, no que diz respeito ao ponto de vista demográfico, fisiográfico e de rede de circulação pelas vias regionais, estaduais ou interestaduais. (POLIDORO, LOLO, BARROS, 2011).

Conta com 506.701 habitantes sendo 493.520 residentes na zona urbana e 13.181 na zona rural e uma área de unidade territorial de 1.653,263 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Atualmente, possui oito distritos rurais: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta.

A Figura 04 representa o limite do município de Londrina e a área considerada de expansão urbana. Além disso, uma das camadas sobrepostas desenha os limites dos bairros de acordo com a definição estabelecida pelo IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina) e IBGE.

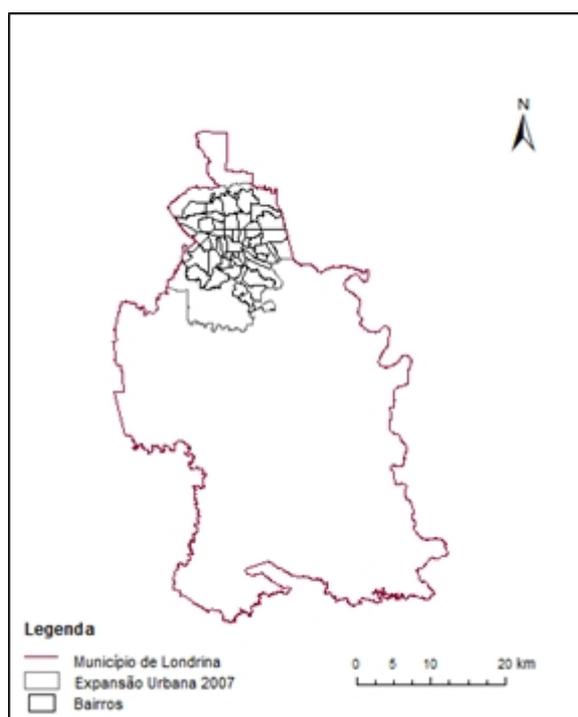


Figura 04: Município de Londrina e sua área Urbana  
Fonte: IPPUL  
Org: Autora

Assim, a área de estudo estabelecida no trabalho considera a divisão de Bairros, tendo em vista que esta permite a associação dos dados disponibilizados pelo IBGE do censo 2010 com a base cartográfica disponibilizada pelo IPPUL. No entanto, existe uma exceção referente os dados de Níveis de Escolaridade, pois estes não estavam disponíveis no censo 2010 e, por conseguinte, foi utilizado os dados do censo de 2000 e a base cartográfica da expansão urbana de 2007 que permitia a integração dos dados.

### 3.2 MATERIAL E MÉTODO UTILIZADO

A pesquisa desenvolvida teve cunho bibliográfico e de levantamento de dados na Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina referente aos CRAS's e no Censo do IBGE (2010) tendo em vista a importância do tema na gestão socioassistencial do município. Neste sentido, espera-se que o trabalho possa contribuir para a caracterização de áreas de vulnerabilidade através da análise dos mapas gerados e, por conseguinte destacar a importância das técnicas de geoprocessamento na delimitação das áreas de vulnerabilidade.

Tendo em vista que a busca de informações é essencial para se chegar ao conhecimento, parte-se do pressuposto que em uma pesquisa cabe ao pesquisador avaliar, organizar, selecionar, comparar as informações, ou seja, ler e transformar o que leu em conhecimento. Assim, a partir da busca de conhecimentos por meio de livros, artigos, periódicos, e materiais disponíveis na internet, dentre outros, e pressupondo que tais habilidades já citadas são capazes de serem desenvolvidas em uma pesquisa bibliográfica, esta tornou-se nosso método de investigação. Segundo Gil (2006):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que a que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2006, p.45).

Em termos de recursos metodológicos o trabalho agregou uma revisão bibliográfica do tema, realizando o registro de informações acerca dos principais conceitos a ele relacionados, como se seguem nos capítulos 1- Território como Categoria de Estudo, envolvendo as desigualdades do território e

socioeconômicas, bem como abordando a Questão Socioassistencial neste contexto; no capítulo 2- Cartografia no Estudo do Espaço Urbano, destacando a importância e as contribuições da cartografia nos estudos urbanos; no capítulo 3- a cidade de Londrina, no que diz respeito a sua localização e limites; já no capítulo 4- Perfil Socioassistencial de Londrina que expõe a maneira com que a Política de Assistência Social é organizada, seus princípios e, principais atividades; e por fim no capítulo 5- Áreas de Pobreza X Assistência Social, reúne a discussão das fragilidades e potencialidades dos Territórios da Assistência Social, bem como a importância da gestão pública como mediador no processo de combate a exclusão.

Já no segundo momento da pesquisa foi elaborado um banco de dados referente a dados coletados do IRSAS<sup>1</sup> e do IBGE (censo 2010), para a elaboração dos mapas, gráficos e tabelas.

O banco de dados com os dados do IBGE foi formado pelas seguintes variáveis:

- Dados Populacionais;
- Domiciliares;
- Rendimento;
- Cor ou Raça
- Nível de Instrução;
- Nível de Escolaridade e;
- Idade.

Estas variáveis foram coletadas pelo Sidra do censo 2010 do IBGE, no quesito Dados do Universo - Características da População e Domicílios e Dados Gerais da Amostra que fornecem os dados de acordo com temas e apresentam um conjunto de tabelas de acordo com cada um. Além disso, os dados estão disponíveis em vários níveis como “Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões Geográficas, Microrregiões Geográficas, Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento, Municípios, Distritos, Subdistritos e Bairros”. (SIDRA/IBGE, 2012, p.01)

---

<sup>1</sup> O IRSAS se constitui como sistema de prontuário e cadastro digital no qual serão inseridos os dados cadastrais de todos os beneficiários da política pública do município de Londrina, bem como todas as informações correspondentes e necessárias ao efetivo atendimento, seja ele relacionado à inserção em benefícios e/ou serviços. Viabiliza a integração dos dados relativos ao público da política de assistência social numa base de dados unificada, disponibilizando todas as informações de forma agregada para a rede de serviços, possibilitando a leitura territorializada dos dados relativos aos usuários inseridos nos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social.

O nível de coleta de dados escolhido foi o de Bairros, pelo fato de ser gratuito e possuir uma escala interessante de análise da cidade de Londrina. Bem como, pela possibilidade de integração com a base cartográfica de Bairros disponibilizada pelo IPPUL, o que permitiu e facilitou a realização dos mapas no programa Philcarto.

No entanto, a pesquisa também teve suas limitações, uma variável de suma importância para a caracterização do Perfil da população Londrinense é o Nível de Escolaridade, mas o Censo 2010 ainda não divulgou os dados alusivos a esta variável por isso utilizamos os dados referentes ao censo 2000 e a base cartográfica do município com a expansão Urbana de 2007, pois os dados não eram compatíveis com a nova base cartográfica de bairros. E assim, este mapa tem uma representação um pouco diferente dos demais, diferença esta que não compromete a análise dos resultados.

Outro fator importante na pesquisa foi a realização do mapa síntese que representa as áreas de vulnerabilidade da cidade, elaborado a partir dos dados do Censo IBGE 2010. Tendo como subsídio para a análise as classes estabelecidas pelo Philcarto em que quanto mais próxima do eixo principal menor a discrepância, e quanto maior para as extremidades maiores as desigualdades.

Os mapas com os dados do IBGE foram realizados no PhilCarto um programa de Cartomática, desenvolvido pelo geógrafo Philippe Waniez, é gratuito e tem como princípio de funcionamento o cruzamento de uma base de dados estatísticos com bases cartográficas que podem ser elaboradas pelos usuários. A ligação entre os dados e a base cartográfica é realizada pelo programa por meio de códigos oferecidos as unidades espaciais em ambas as bases. Assim, à medida que ocorre esta junção é possível elaborar diversos tipos de mapas e análises estatístico-espaciais (GIRARDI, 2007).

Além disso, é dividido em dois os módulos o *Basic* (Básico) e o *Pro* (Avançado). Sendo que o primeiro permite a elaboração de mapas de círculos proporcionais, isopléticos, coropléticos, de isolinhas e de ligações de acordo com a tabela estatística, como nos mapas elaborados com os dados do IBGE. Já o modo Pró permite a exploração das variáveis e da base cartográfica por meio de análises estatísticas e espaciais que realizam agrupamentos e cruzamento das variáveis, assim como o Mapa de Vulnerabilidade.

Os mapas realizados no Philcarto para nossa pesquisa foram os Coropléticos, pois oferecem um melhor trabalho com porcentagens e índices, bem como a relação entre duas ou mais variáveis. Além disso, a classificação utilizada na legenda foi a Q6 que permite separar os 5% das unidades espaciais que apresentam os menores valores e os 5% com os maiores valores, possibilitando a nossa pesquisa o evidenciamento das discrepâncias socioeconômicas da cidade de Londrina. As classes são estabelecidas com os limites: mínimo; 5º percentil; 1ºquartil; média; 3º quartil; 95º percentil e máximo (GIRARDI, 2007).

Quanto aos dados extraídos do IRSAS, buscamos as seguintes variáveis:

- Pessoas Referenciadas;
- Famílias Referenciadas;
- Gênero;
- Distribuição dos Benefícios;
- Idade;
- Nível de Escolaridade;
- Cor ou Raça e,
- Rendimento.

A escolha destas ocorreu devido a possibilidade de comparação com os dados do IBGE, bem como de sua importância na caracterização do público atendido pela Assistência Social. No entanto, devido a utilização de escalas diferentes entre o IRSAS e IBGE bem como da ausência de bases cartográficas que pudessem representar os dados não foi possível realizar a integração prevista. Por isso, optamos em trabalhar com gráficos e tabelas que nos ofereceu os recursos suficientes para as posteriores análises.

De acordo com a Topografia Social de João Pessoa (TSJP, 2009):

Ainda que a construção de Mapas de Vulnerabilidade Social (MVS) tenha se consolidado como uma ferramenta para a definição da territorialidade da Proteção Social Básica no SUAS, as experiências já desenvolvidas apresentam diferenças metodológicas que em geral nascem da necessidade de estabelecimento de estratégias analíticas que possam superar as limitações que ainda existem em termos da oferta de bases de dados georreferenciadas atualizadas seja do universo da população, como da cobertura de serviços, atendimentos e também dos beneficiários.(TSJP, p.88, 2009)

Neste sentido, a estratégia utilizada em nossa pesquisa foi a elaboração de gráficos e tabelas que também nos permitiu visualizar de que modo o público da Assistência está distribuído, assim como suas características e a distribuição dos benefícios. E a partir daí visualizar as potencialidades e fragilidades das entidades que necessitam ou não de maiores investimentos por parte da política pública.

Para realizar este trabalho foi utilizado o software ArcMap, na elaboração do Mapa da Divisão dos CRAS e Territórios CRAS. Este software é uma propriedade da Empresa Environmental Systems Research Institute e foi construído com o objetivo de ser utilizado para análises de SIG's, através dele podemos gerar mapas a partir da integração dos dados estatísticos com as bases cartográficas.

Quanto aos dados de entrada, banco de dados de beneficiários e bases cartográficas georeferenciadas (eixo das ruas, endereçamento, bairros, loteamentos, regiões) foram cedidos pela Prefeitura Municipal de Londrina, através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL).

## 4 PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA

### 4.1 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA

A cidade de Londrina é considerada uma das principais cidades da região do sul país, possui uma forte característica no setor de serviços, apresentando bons índices de desenvolvimento econômico, sendo o IDH do ano de 2000 correspondente a 0,824 (PNUD, 2000), deixando o município na 10ª posição entre os municípios brasileiros e com os maiores índices do Estado do Paraná. Contudo, há uma grande concentração de renda demonstrada por meio do número significativo de pessoas vivendo em situação de pobreza em assentamentos, favelas e ocupações localizadas nas áreas periféricas da cidade.

Segundo os dados do censo 2010 do IBGE a classe de renda per capita dos domicílios particulares permanentes que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo ou não possuem renda alguma correspondem a 24.316, ou seja, 14,74% do número total de domicílios.

Para o IPEA (2012) 16,27 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza no país, um número relativamente alto tendo em vista que equivale a aproximadamente 32 vezes a população de Londrina. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS/SAGI, 2012), são extremamente pobres as famílias cuja renda *per capita* é de até R\$ 70,00 (setenta reais), aproximadamente  $\frac{1}{8}$  do salário mínimo. Assim, analisando os níveis de pobreza a partir do Censo Demográfico de 2010 indicava que o município de Londrina contava com 8.600 pessoas na extrema pobreza, distribuídos em 7.590 na área urbana e 1.010 na área rural. Em termos proporcionais, do total da população 1,7% da população está na extrema pobreza. Na área rural muito menos populosa apresenta maior taxa de extrema pobreza, 7,7% enquanto que na área urbana é de 1,5%.

Os dados do Relatório Dinâmico de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, elaborado pelo Portal ODM através da parceria entre a FIEP, SESI, SENAI, IEL, UNICEF, IPEA e PNUD demonstram que em Londrina, de 1991 a 2010, houve uma redução de 38% das pessoas que estavam classificadas abaixo da linha da pobreza (pessoas com renda per capita de até meio salário mínimo) (PORTAL ODM, 2012, p. 2).

Ainda segundo este relatório a participação dos 20% mais pobres da população na renda municipal total decresceu de 3,3 em 1991, para 2,8% em 2000, porém não significa que houve uma diminuição da desigualdade já que os dados apontam que em 2000 a participação dos 20% mais ricos era 22 vezes superior à dos mais pobres, resultando num coeficiente de Gini<sup>2</sup> de 0,58.

Tais dados indicam que as famílias pobres do município se encontram em situação de vulnerabilidade social<sup>3</sup> considerada na sua forma multidimensional, ou seja, além da insuficiência de renda, as pessoas ou grupos nestas condições encontram-se em situação de fragilidades<sup>4</sup> pessoal e social. Considerando o não acesso a bens e serviços, a privação de capacidades: leitura escrita, qualificação, saúde; exposição a riscos sociais: exposição sexual, violência, trabalho infantil, conseqüências do tráfico, aliciamento, fragilidades de vínculos familiares, abandono; não acesso a lazer, trabalho, cultura, saúde, habitação, educação, infra-estrutura urbana; enfim, desamparo institucional por parte do Estado.

#### 4.1 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA

A assistência social juntamente com a saúde e a previdência, compõe o chamado tripé da Seguridade Social Brasileira, uma política social pública que é dever do Estado e um direito de toda população que dela necessitar. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta o direito de acesso a essa política, direito este conquistado devido a promulgação da Constituição Federal de 1988, define a “Política de Seguridade Social (como) não contributiva, que provê

---

<sup>2</sup> Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima.

<sup>3</sup>“Vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Assim, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc.” IPVS – Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo – Metodologia, p. 3.

<sup>4</sup> Para a Assistência Social, é necessário adotar uma noção de fragilidade enquanto conceito multidimensional, não restringindo esta à percepção de pobreza, associada à posse de recursos financeiros. Assim, ao identificar a situação de fragilidade, é tarefa da Vigilância associar as informações de renda, os indicadores referentes à dificuldade de acesso a direitos e a serviços, assim como perceber níveis de autonomia e autoestima das famílias e indivíduos. (MDS, p.01, 2012)

os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população” (Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993).

De acordo com o Art. 2º é objetivos da política de assistência social a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Segundo o Relatório de Atividades 2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina o público atendido ou usuário é composto por indivíduos e/ou grupos em situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; em desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; com identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; usuários de substâncias psicoativas; vítimas de diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de outras instituições sociais indivíduos; pessoas precariamente inseridos ou às margens do mercado de trabalho formal e informal; fazendo uso de estratégias de sobrevivência que representem risco pessoal e social (LONDRINA, 2011).

A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão gestor da política pública de assistência social no Município de Londrina, instituída pela Lei nº 11.088/2010, de 03 de dezembro de 2010. O Município possui a Gestão Plena da Assistência Social estabelecida pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. (LONDRINA, 2011).

Para o Perfil 2012 do Município de Londrina conforme o SUAS os serviços da assistência estão organizados, tendo como base dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial - média e alta complexidades. Estes níveis são operacionalizados por redes socioassistenciais compostas por serviços governamentais e não governamentais, sustentados por convênios estabelecidos entre o município e organizações da sociedade civil, através das deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social (LONDRINA, 2012).

A **Proteção Social Básica** tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e promoção do acesso às políticas sociais básicas como: saúde, educação, cultura, trabalho, etc. Ou melhor, a famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (LONDRINA, 2011).

A organização da proteção social básica se dá através do território, tendo como unidade de referência os Centros Regionais de Assistência Social (CRAS), que referenciam a rede de serviços e as famílias. Compete a ele também a execução de programas e projetos, o repasse de benefícios federais e municipais: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefícios Eventuais: Natalidade, Funeral e outros regulamentados (federais); Transferência de Renda (federal e municipal) e Cupom Alimentação (municipal). (LONDRINA, 2011).

Com base na regulação do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, os serviços da Proteção Social Básica, oferecidos pelo Município de Londrina no ano de 2011 eram divididos em:

- Serviço de Proteção Sociofamiliar (quando prestados por instituições não governamentais devem estar, necessariamente, referenciados a um CRAS);
- Serviço de Educação Socioprofissional e Inclusão Produtiva;
- Serviços de Convivência Socioeducativo para: infância (6 a 9 anos), pré-adolescência (9 a 12 anos), adolescência (12 a 14 anos) e juventude (15 a 17 anos);
- Serviços de Convivência para Idosos.

Para garantir uma sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, a fim de superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as ocorrências que sugerem risco potencial os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica devem estar articulados com as políticas públicas locais para realizar os devidos encaminhamentos (BRASIL, 2005).

Já a **Proteção Social Especial** objetiva oferecer proteção voltada às famílias e indivíduos em situação de risco social, que precisam de acompanhamento individualizado, bem como maior flexibilidade nas ações de proteção que exijam atenções de maior complexidade. A unidade de atendimentos são os Centros de

Referência Especializado de Assistência Social (LONDRINA, 2011). Os serviços da Proteção Social Especial oferecidos pelo Município de Londrina no ano de 2011 eram divididos em:

- Média complexidade: compreende os serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados cujos vínculos familiares e comunitários não tenham sido rompidos.
- Alta complexidade: Abarca os serviços que garantem proteção integral que são voltados aos indivíduos que se encontrem sem referência e/ou em situação de ameaça que exija o afastamento do núcleo familiar e/ou comunitário de sua referência.

<b>Atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade</b>	<b>Atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de alta Complexidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de orientação e apoio sócio-familiar;</li> <li>• Plantão Social;</li> <li>• Abordagem de Rua;</li> <li>• Cuidado no Domicílio;</li> <li>• Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;</li> <li>• Medidas sócio-educativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento Integral Institucional;</li> <li>• Casa Lar;</li> <li>• República;</li> <li>• Casa de Passagem;</li> <li>• Albergue;</li> <li>• Família Substituta;</li> <li>• Família Acolhedora;</li> <li>• Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada);</li> <li>• Trabalho protegido.</li> </ul>

Tabela 01: Atividades desenvolvidas pelo Serviço de Proteção social Básica e Especial.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- Secretaria Nacional de Assistência Social. 2006. Adaptada pela autora.

Desta forma, verifica-se que o público usuário da política de assistência social é constituído por famílias e/ ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de modo com que juntamente com à condição de pobreza, outros indicadores são agregados, tais como: família monoparental, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, habitação precária, baixo acesso ou uso dos serviços públicos, dentre outros. Nesta perspectiva, evidencia-se que a renda não é o único critério de inserção das famílias nos programas socioassistenciais.

## 4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CIDADE DE LONDRINA

A análise de diversos indicadores do IBGE (CENSO 2010) demonstram algumas disparidades socioeconômicas e socioespaciais encontradas na cidade de Londrina.

E, é nesta perspectiva que buscou-se a partir da cartografia a espacialização dos dados e, por conseguinte o dimensionamento das áreas de vulnerabilidade da cidade.

Atualmente a área urbana de Londrina está dividida em 55 bairros de acordo com a divisão estipulada pelo IBGE em setores censitários (CENSO 2010), demonstrada na figura 05 e conta com uma população de 479.411, sendo 47,68% homens e 52,32% de mulheres. (Tabela 02)

REGIÃO	POPULAÇÃO	TOTAL MASC.	% HOMENS	TOTAL FEM.	%MULHERES
Total da região Norte	126304	61215	12,76	65079	13,57
Total da região Sul	84308	40921	8,53	43385	9,04
Total da região Leste	94407	45319	9,45	49088	10,23
Total da região Oeste	88578	42390	8,84	46188	9,63
Total da região Central	86114	38884	8,11	47230	9,85
<b>TOTAL</b>	<b>479.711</b>	<b>228.729</b>	<b>47,68</b>	<b>250.970</b>	<b>52,32</b>

Tabela 02: Dados Populacionais da Cidade de Londrina por Regiões  
 Fonte: IBGE 2010  
 Org.: AUTORA

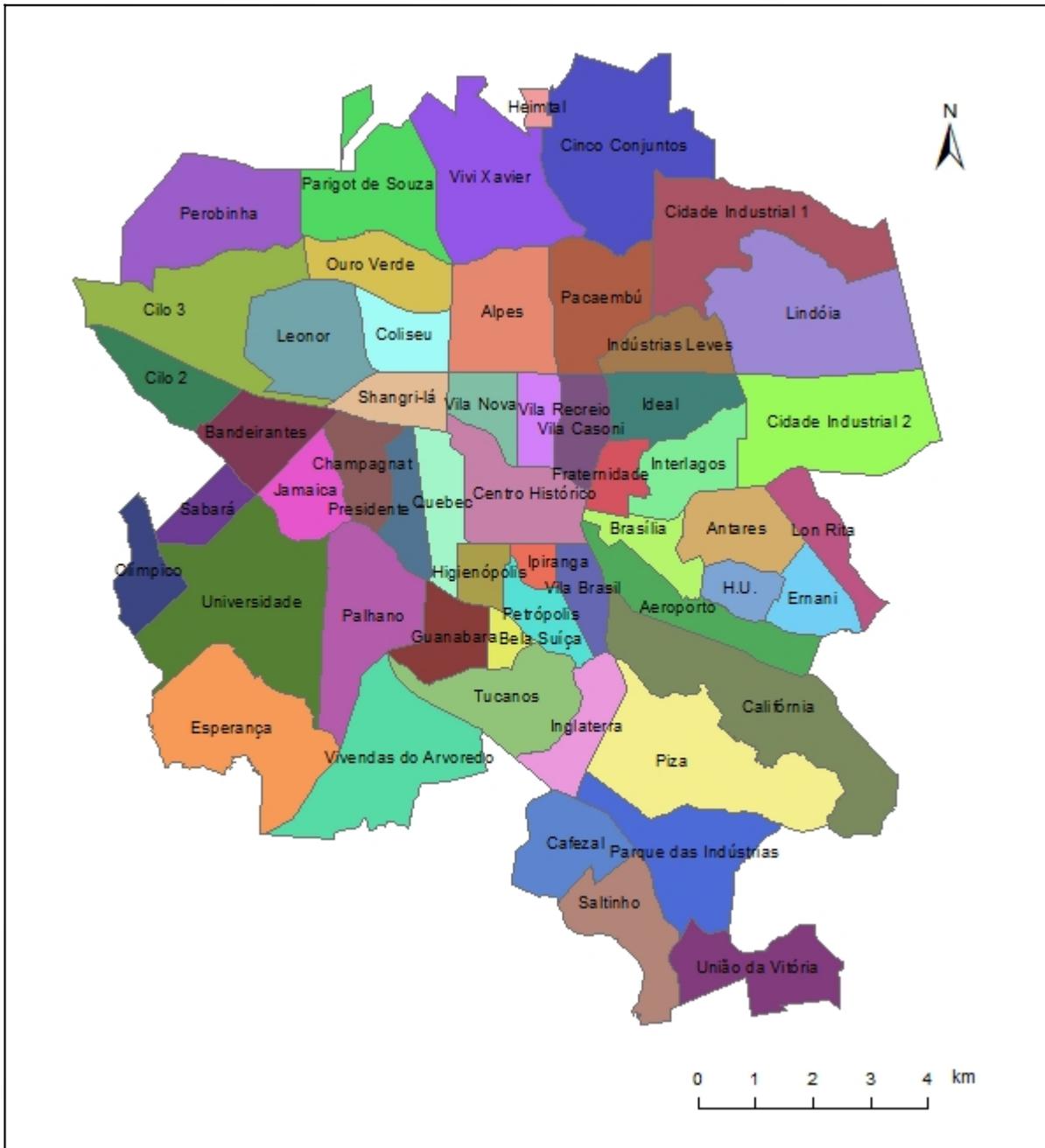


Figura 05: Bairros de Londrina em 2010.  
 Fonte: IPPUL  
 Org.: Autora

Os 479.711 habitantes estão distribuídos no município em 156.894 domicílios, o que gera uma média de 3,05 pessoas por moradia, evidentemente esses números variam de acordo com cada moradia dos 55 bairros do município.

A região norte é a mais populosa com mais de 26% da população e onde concentram mais de 25% das residências. Nas demais regiões a população se distribui de forma igualitária no entanto o número de moradia na região leste é reduzido refletindo no aumento de número de pessoas por residência.

A distribuição da população e de domicílios por região na cidade de Londrina (Tabela 3 e Figura 6) demonstram proporcionalidade na distribuição de pessoas por domicílio nas regiões norte, sul e leste em torno de 3 pessoas por domicílio enquanto na região oeste este índice é superior a 4 pessoas vivendo em uma residência e na região central é próximo a 2.

REGIÕES	POPULAÇÃO	% POPULAÇÃO	Nº DE BAIROS	% BAIROS	Nº DOMICÍLIOS	% DOMICÍLIOS
Total da região Norte	126304	26,33	10	18,18	39460	25,15
Total da região Sul	84308	17,57	10	18,18	26152	16,66
Total da região Leste	94407	19,68	13	23,63	29750	18,96
Total da região Oeste	88578	18,68	12	21,81	28698	18,29
Total da região Central	86114	17,95	10	18,18	32834	20,92
<b>TOTAL</b>	<b>479711</b>	<b>100,00</b>	<b>55</b>	<b>100</b>	<b>156894</b>	<b>100</b>

Tabela 03: Distribuição dos dados populacionais e domiciliares por regiões em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org: Autora

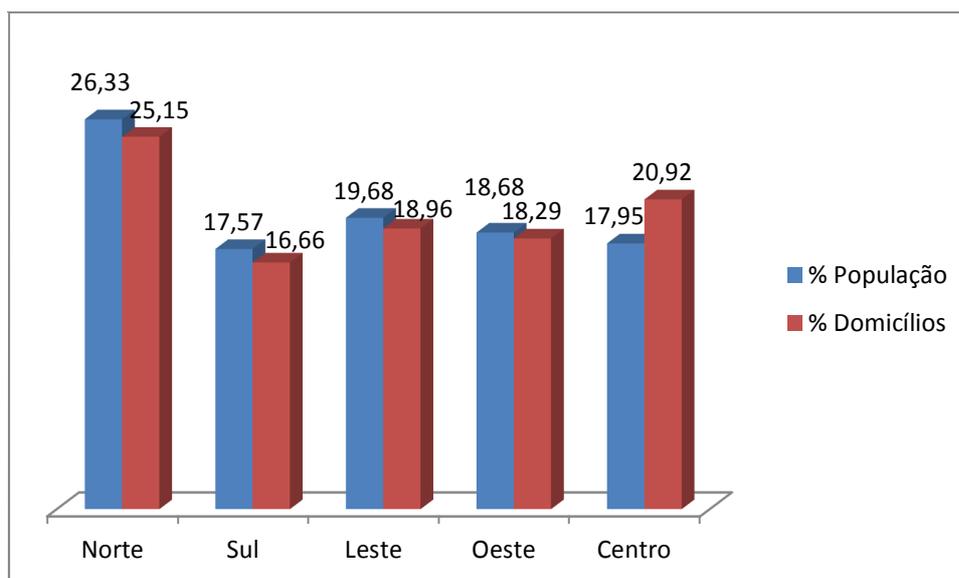


Figura 06: Gráfico de Percentual de Domicílios e População por Regiões em Londrina  
 Fonte:  
 Org: Autora

Ao analisar a figura 07 e a tabela de População e número de Domicílios por Bairros em Londrina em anexo nota-se que os 10 bairros com maior população são: Cinco Conjuntos, Vivi Xavier, Parigot de Souza (REGIÃO NORTE),

Parque das Indústrias e Cafezal (REGIÃO SUL), Interlagos e Lindóia (REGIÃO LESTE), Leonor e Jamaica (REGIÃO OESTE) e Centro Histórico (REGIÃO CENTRAL).

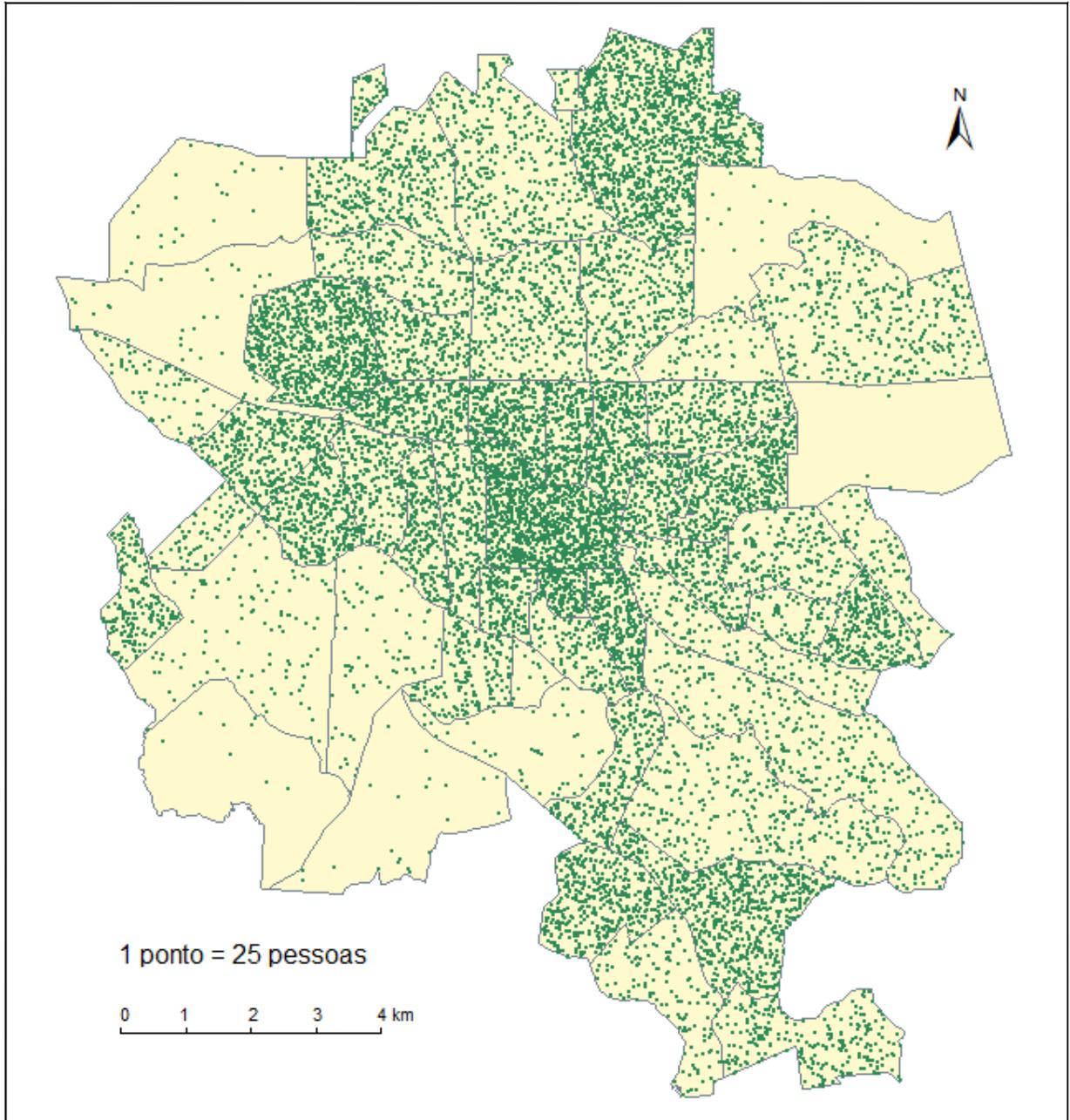


Figura 07: População na cidade de Londrina em 2010.  
Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
Org. Autora

Considerando a distribuição populacional e a área dos bairros, tem-se a densidade populacional (por Bairro) que nos revela um maior adensamento na Região Central, Norte e Sul enquanto as áreas mais periféricas apresentam menores densidades (Figura 08).

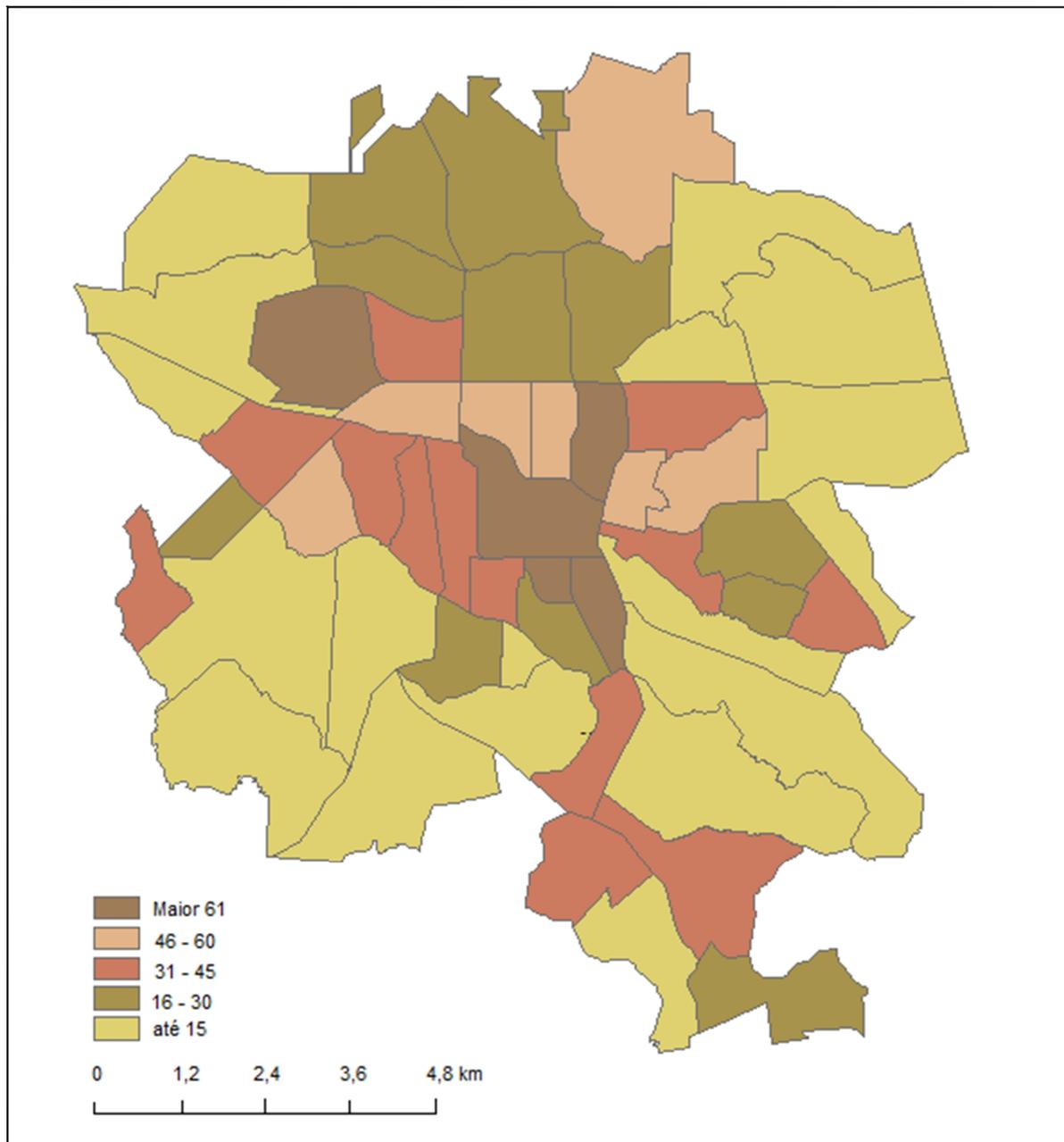


Figura 08: Densidade Demográfica de Londrina em 2010.

Fonte: IPPUL

Org: Autora

Os problemas sociais mais graves em cidades de grande porte, é configurado pela distribuição desigual do produto e da riqueza. De acordo, com o Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo (PLAS, 2010) essa distribuição desigual tende a se manifestar no território em forma de déficits das mais variadas ordens, como nos padrões de urbanização “impressos na modernidade e que concentram muitos moradores historicamente excluídos tanto pelo mercado como pelo Estado” (PLAS, 2010, p.23)

Neste sentido, verifica-se que um dos indicadores que é mais utilizado nas políticas públicas é o rendimento. Pois é a partir dele que os programas sociais realizam os critérios de seleção para o recebimento ou não de algum benefício, verificando a renda per capita ou a familiar. No entanto, o PLAS (2010) acredita que somente o indicador de renda não é o suficiente para demonstrar o estado real de privações das famílias e assim, salienta que outros fatores podem ser somados a ele, como:

O acesso a bens e serviços públicos ou privados que diferencia de modo significativo as famílias quanto ao estado de privação; os que se encontram sob medida de proteção especial; as pessoas com deficiência; os casos de desnutrição; a presença de trabalho infantil; a situação conjugal do responsável; o grau de instrução do responsável; o tipo de inserção no mercado de trabalho; as condições da moradia; o padrão de consumo de bens duráveis; o acesso a bens simbólicos etc. (PLAS, p. 23, 2010).

Desta maneira, surge a necessidade de estudar outros indicadores, que permita um melhor entendimento do contexto social no qual os indivíduos estão inseridos. Por isso, destaca-se os indicadores de Renda que ainda é fundamental para entender o contexto econômico do extrato social, o indicador de Cor e Raça, de Escolaridade, Idade e algumas características dos Domicílios.

Ao observar a distribuição de renda da cidade de Londrina percebe-se uma desigualdade evidente, nota-se que quanto maior o rendimento a concentração se situa nas regiões do Centro e Sudoeste da cidade, nos bairros de Tucanos, Guanabara, Bela Suíça, Ipiranga, Palhano, Centro Histórico, Vila Brasil, Higienópolis, Aeroporto, Esperança, Quebec, Petrópolis, Presidente e Vivendas do Arvoredo em que uma grande parcela da população recebe renda per capita de até mais de 10 salários mínimos (Figura 09).

Os sem rendimento encontram-se nos bairros Universidade, Parigot de Souza, Centro Histórico, Cidade Industrial, interlagos, Fraternidade, Brasília, Cilo 2, Olímpico, União da Vitória, Palhano e Higienópolis como pode ser observado na figura 10.

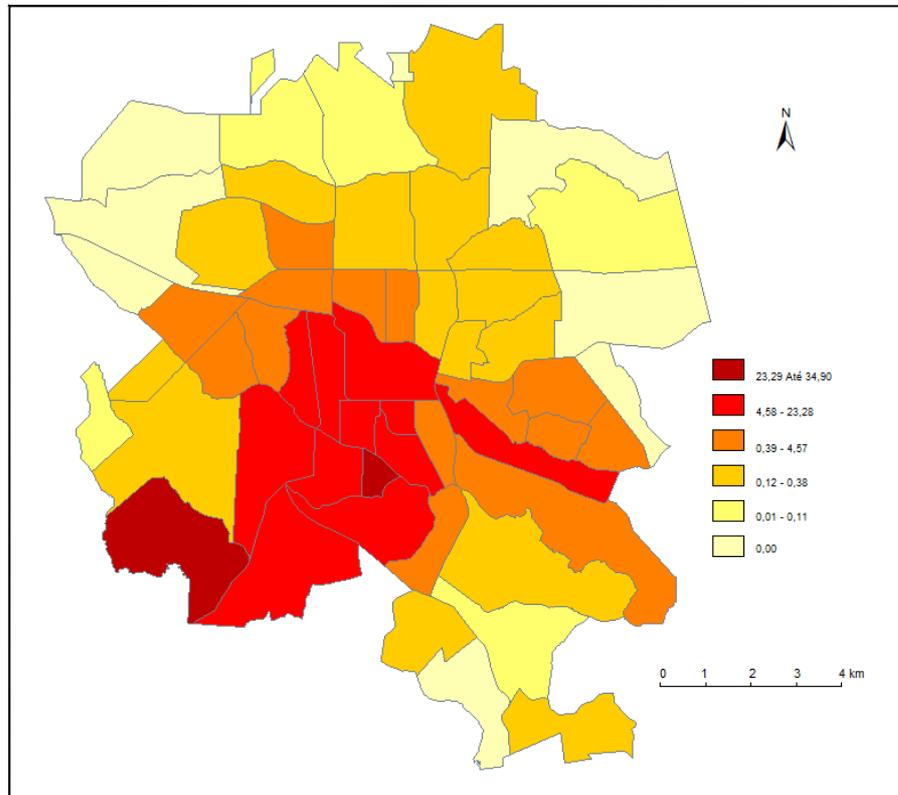


Figura 09: Percentual de Domicílios particulares Permanentes com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per Capita de mais de 10 salários mínimos.

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Org: Autora

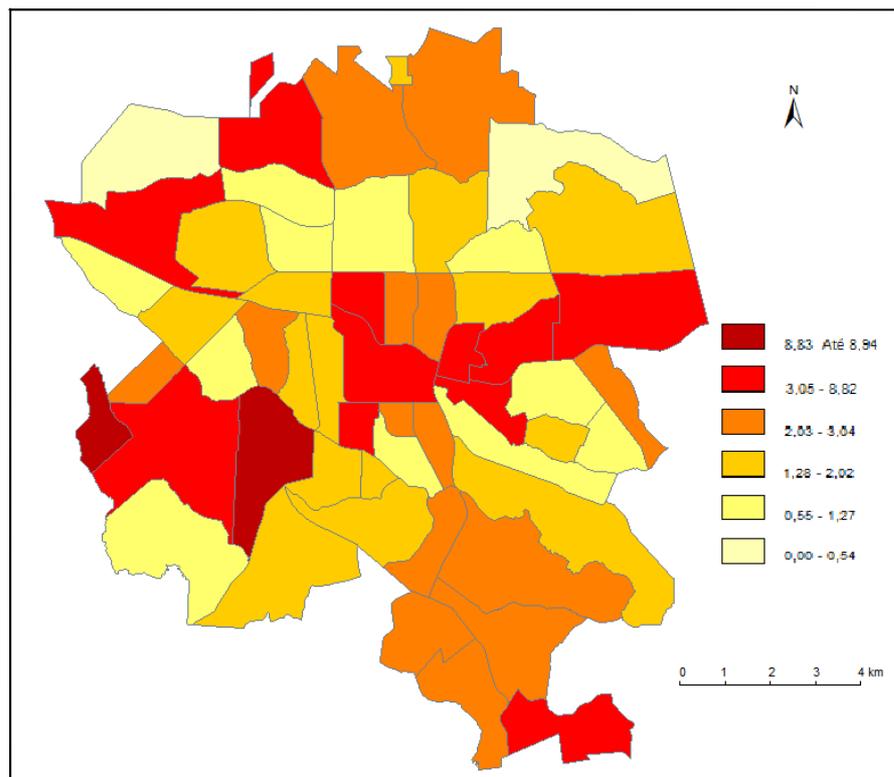


Figura 10: Percentual de Domicílios particulares Permanentes sem Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per Capita.

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Org: Autora

Quanto ao indicador de Cor ou Raça, foram elaborados 5 mapas correspondendo a Cor ou Raça, Amarela, Branca, Parda, Preta e Indígena, pois entende-se que este indicador demonstra uma característica especial da população, bem como favorece na caracterização de determinadas áreas do município (figuras 11, 12, 13, 14 e 15). Apesar das legendas não permitirem o comparativo entre os mapas por se tratarem de classes diferentes, no qual os mínimos e máximos são expostos a fim de representar a localização de cada Cor ou Raça, pode-se ter uma noção da distribuição de pessoas por raça ou cor na cidade de Londrina.

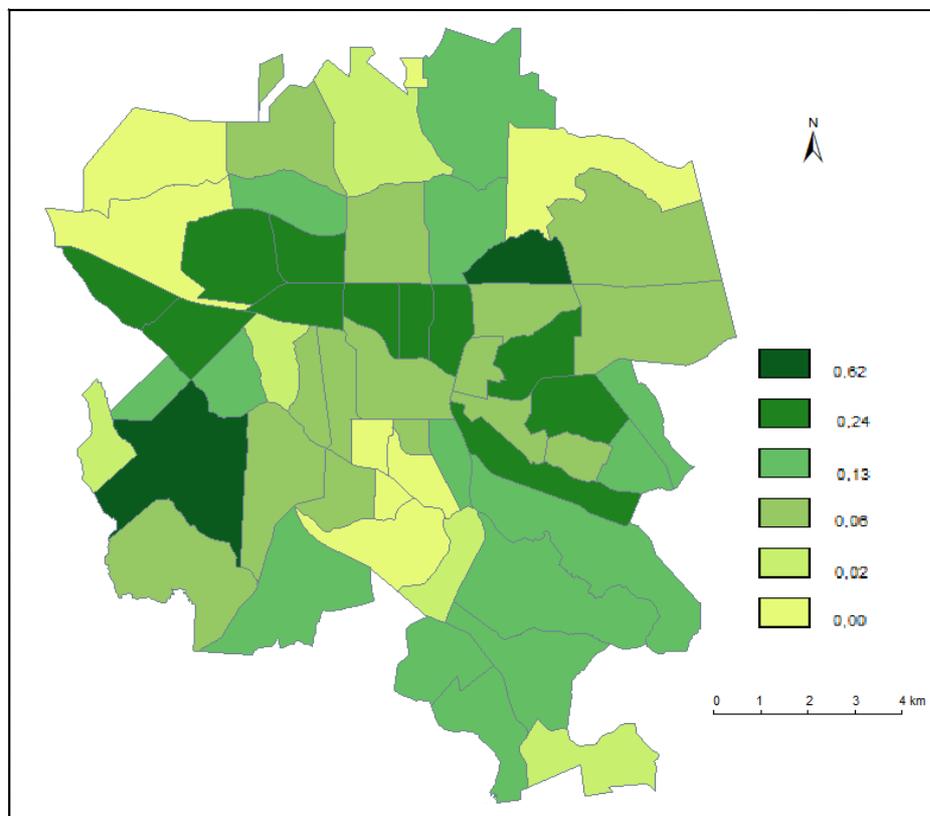


Figura 11: Percentual de População de Cor ou raça Indígena em Londrina  
Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
Org: Autora

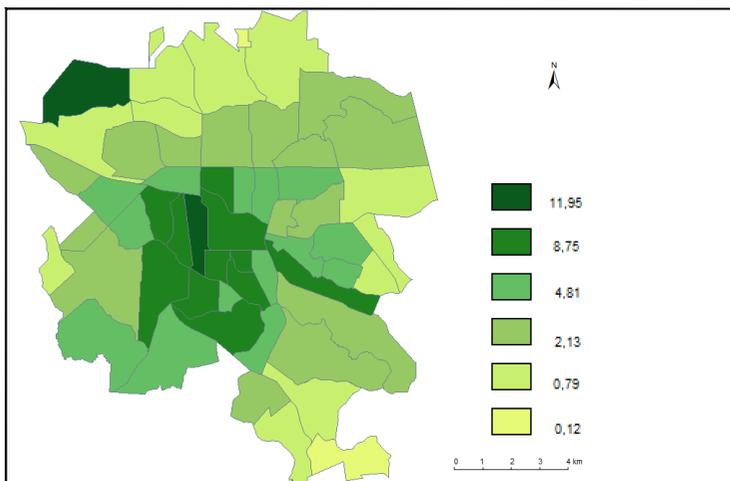


FIGURA 12: Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Amarela  
 Fonte: IBGE (Censo 2010)  
 Org: Autora

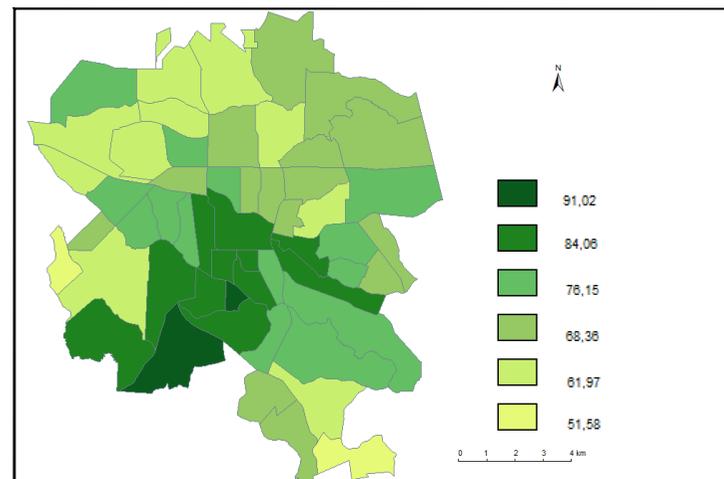


FIGURA 13: Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Branca  
 Fonte: IBGE (Censo 2010)  
 Org: Autora

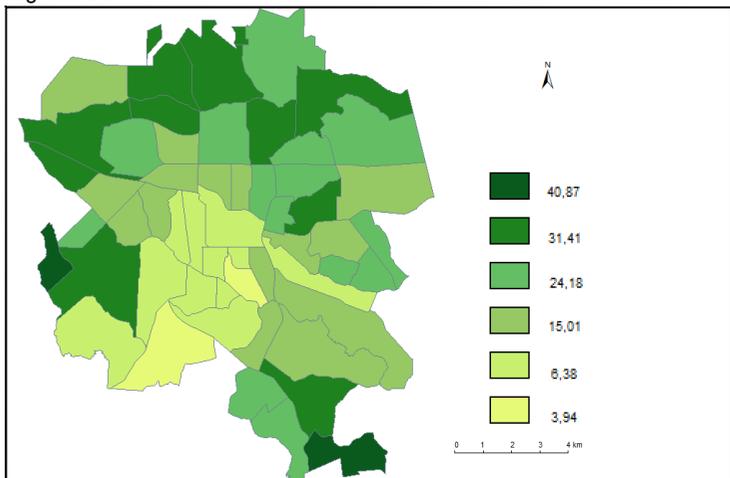


FIGURA 14: Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Parda  
 Fonte: IBGE (Censo 2010)  
 Org: Autora

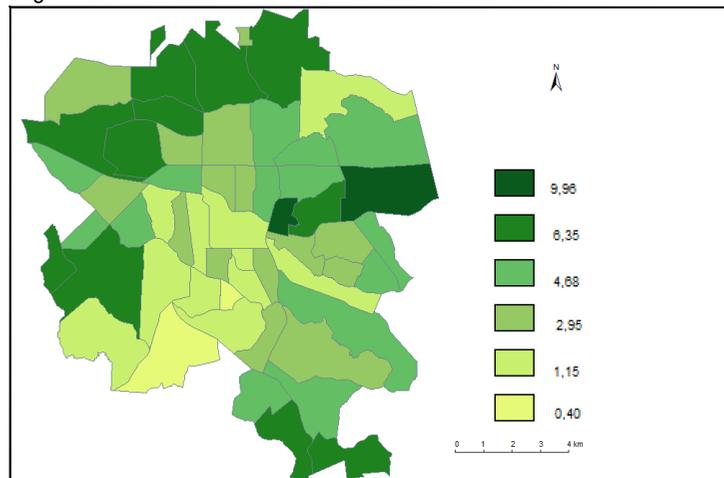


FIGURA 15: Percentual de Pessoas Residentes por Cor ou Raça Preta  
 Fonte: IBGE (Censo 2010)  
 Org: autora

Outro indicador importante na busca de caracterizar áreas de vulnerabilidade é o nível de escolaridade e instrução da população, pois sabemos que este é um dos fatores fundamentais para a emancipação do indivíduo e, por conseguinte, esta atrelado a pobreza, riqueza, oportunidades e políticas públicas. Desta maneira, buscamos evidenciar a partir do número de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas da cidade (Figura 16), as localidades que necessitam de maior investimento público para o rompimento da Não Alfabetização apesar de termos um número baixo de 3,82% de pessoas que se auto declaram não alfabetizadas que correspondem a 15.973 habitantes. Assim, nota-se na representação que os bairros que se destacam são Cinco Conjuntos, Vivi Xavier, Parigot de Souza na Zona Norte, o Bairro Leonor na Zona Oeste, Interlagos e Lindóia na Zona Leste, Piza e União da Vitória na Zona Sul.

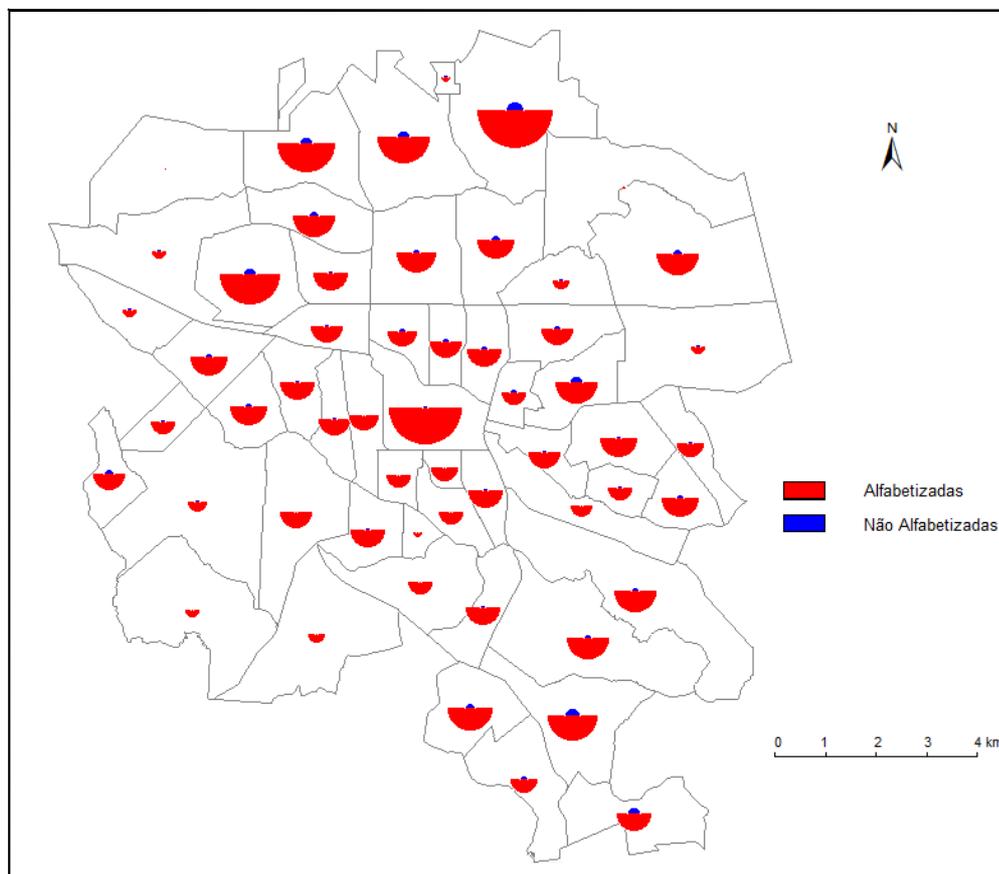


Figura 16: Pessoas Alfabetizadas e Não-Alfabetizadas em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org: Autora

Do total da população urbana, 13% da população não apresenta escolaridade enquanto que próximo de 30% possui o ensino Fundamental e próximo disto o Ensino Médio. Apenas 25% possui o Ensino Superior, o que

evidencia a baixa qualificação da população e também da mão de obra e um percentual inferior a 2% da população possuem pós-graduação nos níveis mestrado e doutorado, considerando que a cidade é um polo Educacional importante estes índices estão muito abaixo das expectativas de uma cidade do porte de Londrina (Figura 17). No entanto, cabe salientar que estes dados são referentes ao Censo 2000 (IBGE) e atualmente o perfil de escolaridade tende a ser diferente.

Além disso, também buscamos demonstrar por meio dos mapas o nível de Escolaridade da população no qual as variáveis estudadas foram Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Completo, Ensino Superior Completo e Pessoas com Mestrado e Doutorado e Nenhum curso.

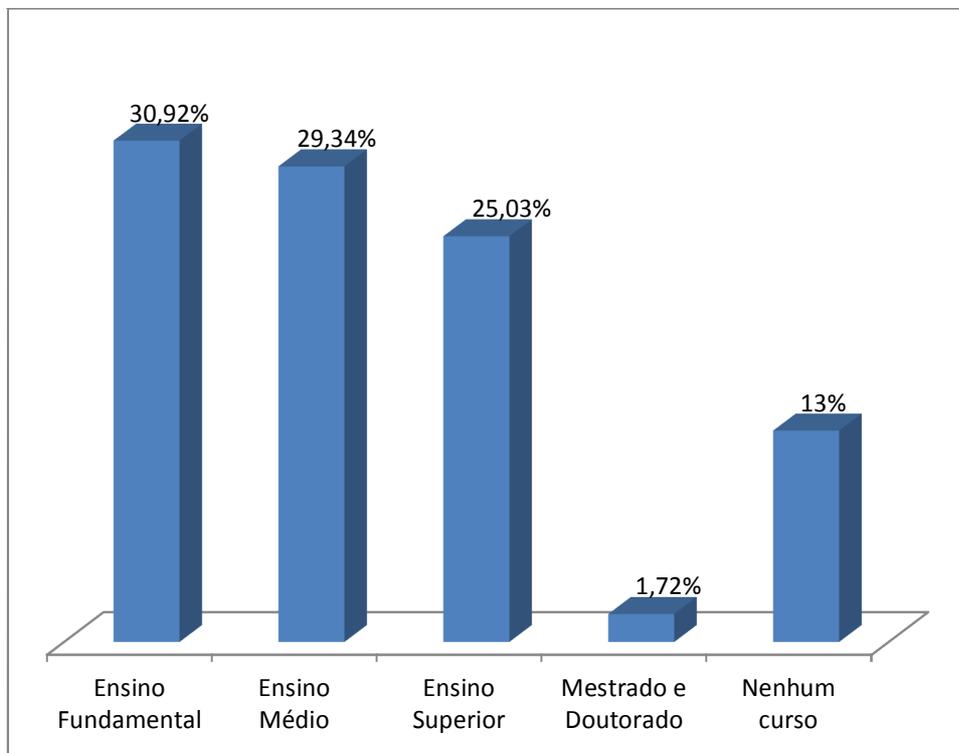


Figura 17: Percentual do Nível de Escolaridade em Londrina em 2000

Fonte: IBGE (CENSO 2000)

Org: AUTORA

Pode-se observar na figura 18 as pessoas que possuem Ensino Fundamental Completo em sua maioria concentram-se nas áreas periféricas e destacam-se os bairros Cidade Industrial, Lon Rita, Antares, Ernani, Olímpico, Piza, Parque das Indústrias e União da Vitória.

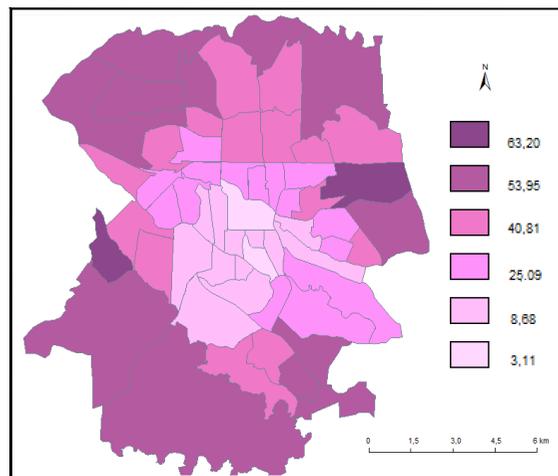


Figura 18: Percentual de Pessoas com Ensino Fundamental completo em Londrina  
 Fonte: IBGE (Censo 2000)  
 Org:Autora

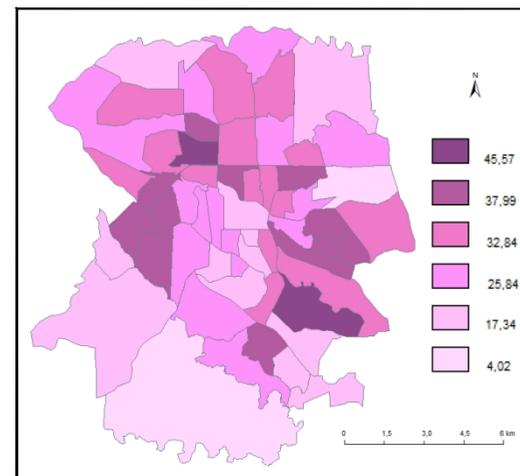


Figura 19: Percentual de Pessoas com Ensino Médio completo em Londrina  
 Fonte: IBGE (Censo 2000)  
 Org:Autora

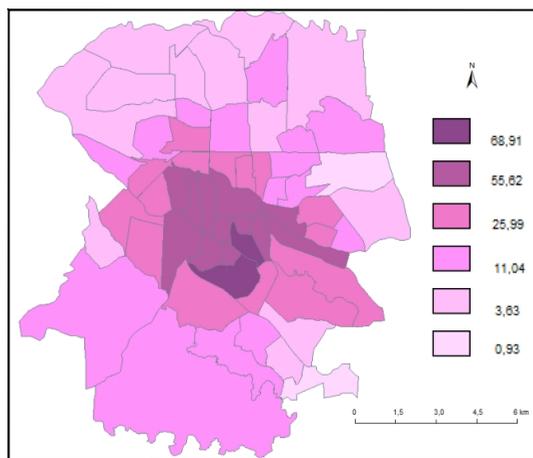


Figura 20: Percentual de Pessoas com Ensino Superior completo em Londrina  
 Fonte: IBGE (Censo 2000)  
 Org:Autora

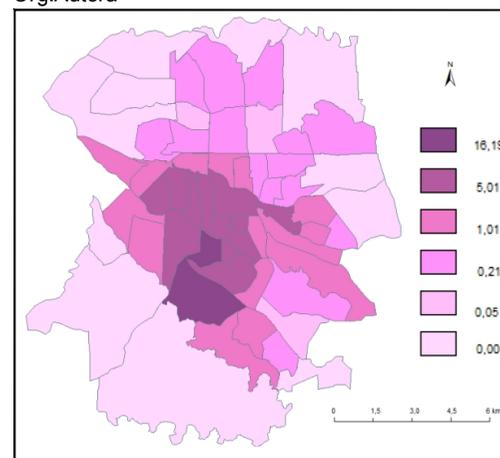


Figura 21: Percentual de Pessoas com Mestrado e Doutorado em Londrina  
 Fonte: IBGE (Censo 2000)  
 Org:Autora

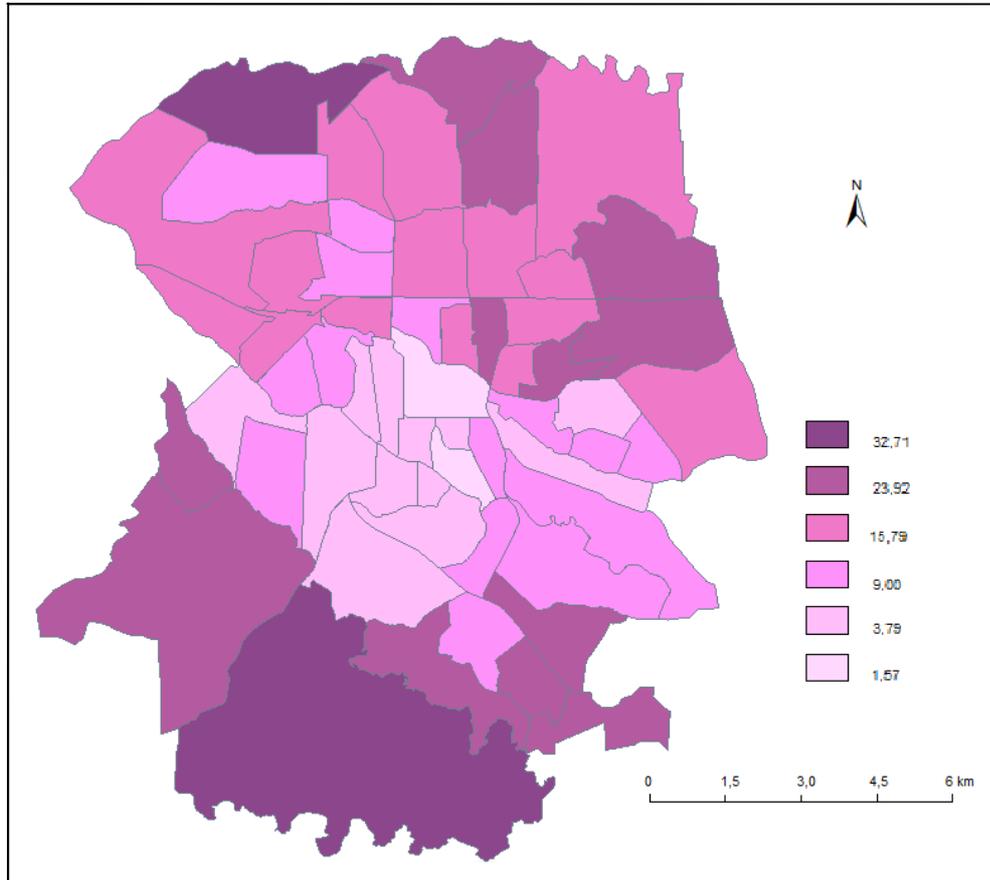


Figura 22: Percentual de Pessoas sem nenhum Curso  
 Fonte: IBGE (CENSO 2000)  
 Org.: Autora

Já na figura 19 verifica-se que as pessoas que possuem ensino Médio Completo localizam-se principalmente nos bairros Ouro Verde, Coliseu, Vila Nova, Ideal, Aeroporto, Brasília, Antares, R.U, Ernani, Piza, Cafezal, Universidade, Jamaica, Sabará e Bandeirantes. Enquanto a parcela da população com nível de Ensino Superior, Mestrado e Doutorado (Figura 20 e 21) concentra-se em sua maioria na região Central e Sul da cidade. O que nos remete a associação com as classes de renda, em que quanto maior o poder aquisitivo maior tende ser o nível de escolaridade, devido às oportunidades e incentivos para o estudo. E, por fim as pessoas que declararam não possuir nenhum curso 13% é representada no mapa tendo significância principalmente nos bairros: Cinco Conjuntos, Lindóia, Cidade Industrial, Interlagos, Vila Cazoni, Parque das Industrias, Saltinho, Cafezal, União da Vitória e Olímpico (Figura 22).

Em relação à distribuição da população por idade, inicialmente tivemos que separar os dados por idade, e realizamos um agrupamento por classes para melhor entendimento das categorias. Desta maneira, foram assim:

- 0 a 11 anos que deram origem a categoria Crianças;
- 12 a 17 anos Adolescentes;
- 18 a 59 anos Adultos e;
- 60 anos ou mais aos Idosos.

Esse agrupamento permitiu a realização do gráfico de Percentual de idade em Londrina como mostra a figura 23 que demonstra a proporção de Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos na cidade.

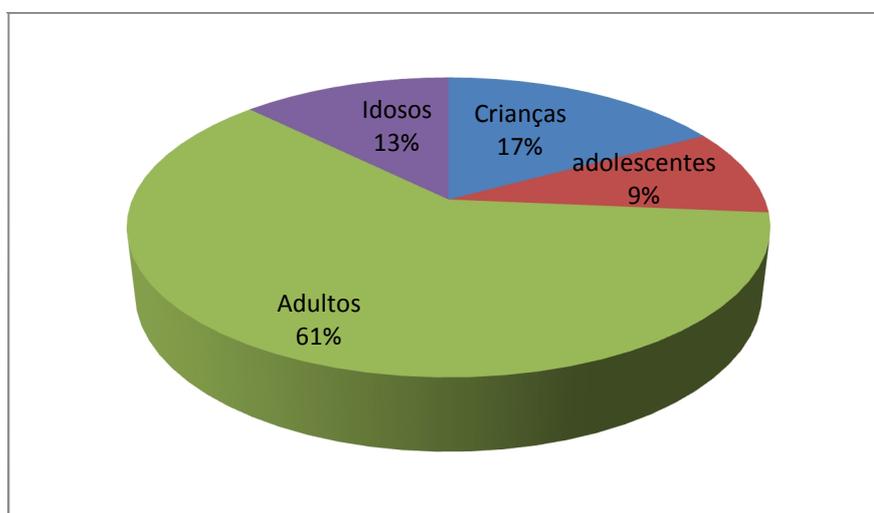


Figura 23: Distribuição da população por idade  
Fonte: IBGE (Censo 2010)  
Org.: Autora

Na cidade predomina a população de adultos, com mais de 60%, seguido de 17% de crianças que somados aos 9% adolescentes correspondem a apenas 26% da população. A população adulta indica corresponde a um grande percentual de pessoas ativas e que necessitam de trabalho e também de moradia e muitas são potencialmente candidatas a constituírem novas famílias e necessitam de moradias. O numero de criança e jovens indicam a necessidade de escolas e programas voltados para esta faixa etária inclusive para poder coloca-los no mercado de trabalho. Os 13% de idosos que correspondem a 61.139 da população necessitam de programas que estimulem a atividade física, que permitam aos idosos a volta pra sala de aula, programas que facilitem o acesso ao atendimento público nas áreas de saúde tendo em vista a fragilidade que muitos se encontram, bem como o acesso a moradia digna, a fim de lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida.

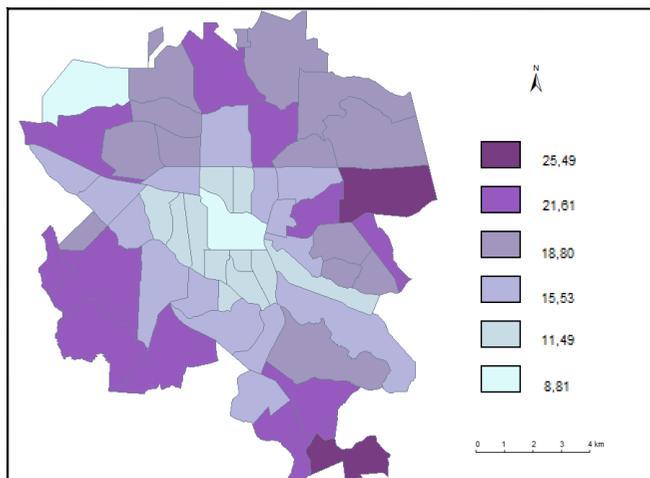


Figura 24: Percentual de Crianças em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org.:Autora

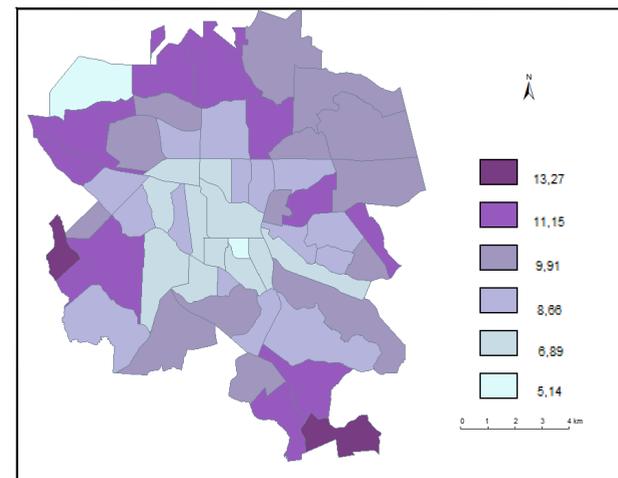


Figura 25: Percentual de Adolescentes em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org.:Autora

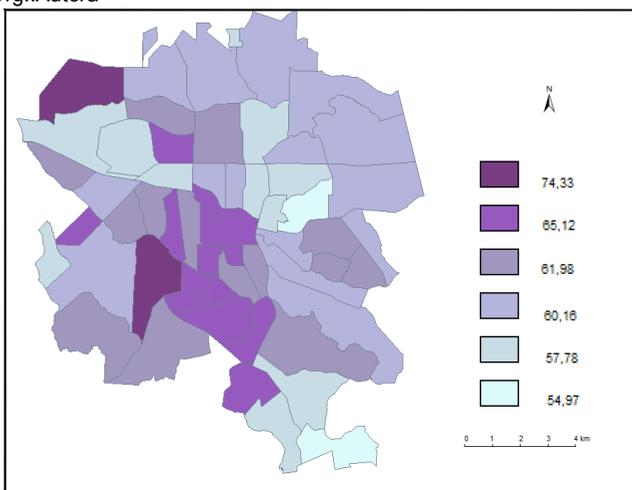


Figura 26: Percentual de Adultos em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org.:Autora

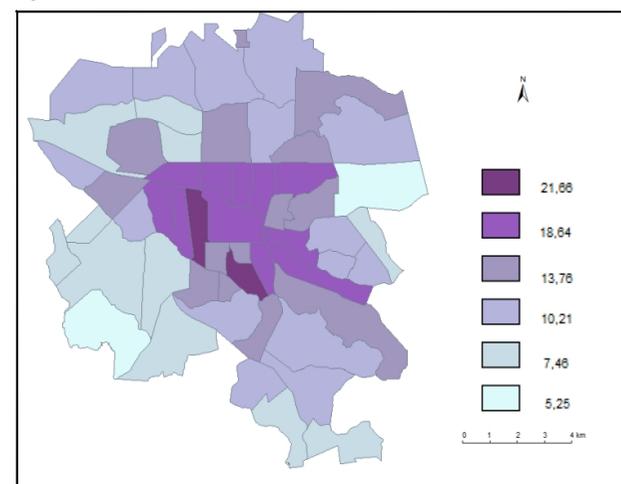


Figura 27: Percentual de Idosos em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org.:Autora

A localização por faixa etária indica um percentual significativo de Crianças e Adolescentes nos bairros União da Vitória, Piza, Saltinho, Cafezal e Parque das indústrias na região sul da cidade, tendo também importância na região oeste nos bairros Universidade e Olímpico, na região norte nos Cinco Conjuntos e Pacaembú, já na região leste destacam-se Lon Rita e Interlagos (Figura 24 e 25). Desta maneira, nota-se que na região central o número de crianças e adolescentes é mínimo e, por conseguinte percebe-se que nesta a população residente predominante é de Adultos e Idosos como demonstra a representação da figura 26 e 27.

Além dos indicadores já citados, outros que podem ajudar a distinguir as famílias que possuem mesma renda, nível de escolaridade, idade e Cor ou Raça são as variáveis relacionadas às condições do Domicílios.

A partir disso, realizamos um levantamento segundo os dados do IBGE (Censo 2010) sobre as condições dos domicílios, no intuito de verificar a precariedade dos mesmos, bem como identificar as áreas que detêm de menor infraestrutura e necessita de intervenção pública.

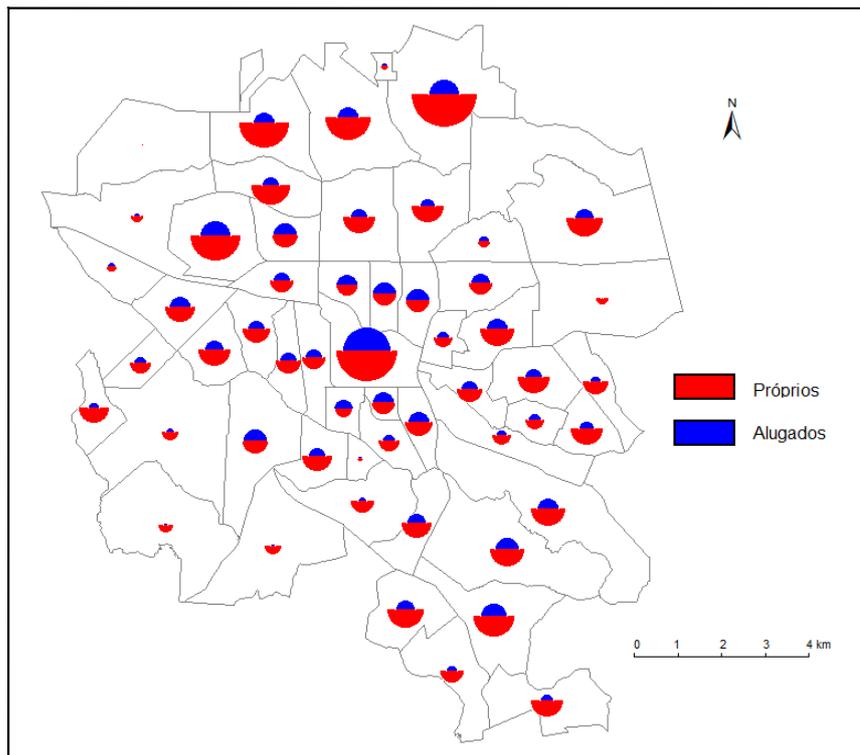


Figura 28: Domicílios Alugados e Próprios em Londrina  
 Fonte: IBGE (CENSO 2000)  
 Org.: Autora

A condição de domicílios próprios e alugados está atrelada a condição financeira do indivíduo, na figura 28 observa-se que na região central há uma grande parcela da população que vivem em domicílios alugados. De modo geral, a cidade detém de um maior número de domicílios próprios e somente no bairro Higienópolis o número de domicílios alugados sobressai sobre os domicílios próprios. No entanto, a cidade ainda possui uma grande parcela da população residindo em casas alugadas.

Nos mapas representados nas figuras 29 e 30 observa-se a questão da infraestrutura no que diz respeito ao número domicílios com banheiro e sanitário e domicílios sem energia. Neste sentido, verifica-se que apesar de ser relativamente baixo o número de domicílios sem banheiro e sanitário na cidade eles existem e configuram a situação precária em que algumas pessoas do bairro Cinco conjuntos, Interlagos, Parque das Indústrias e União da Vitória convivem. Também cabe salientar o bairro Olímpico sendo um dos que detém menor infraestrutura concentrando de 10 a 17 domicílios sem Energia.

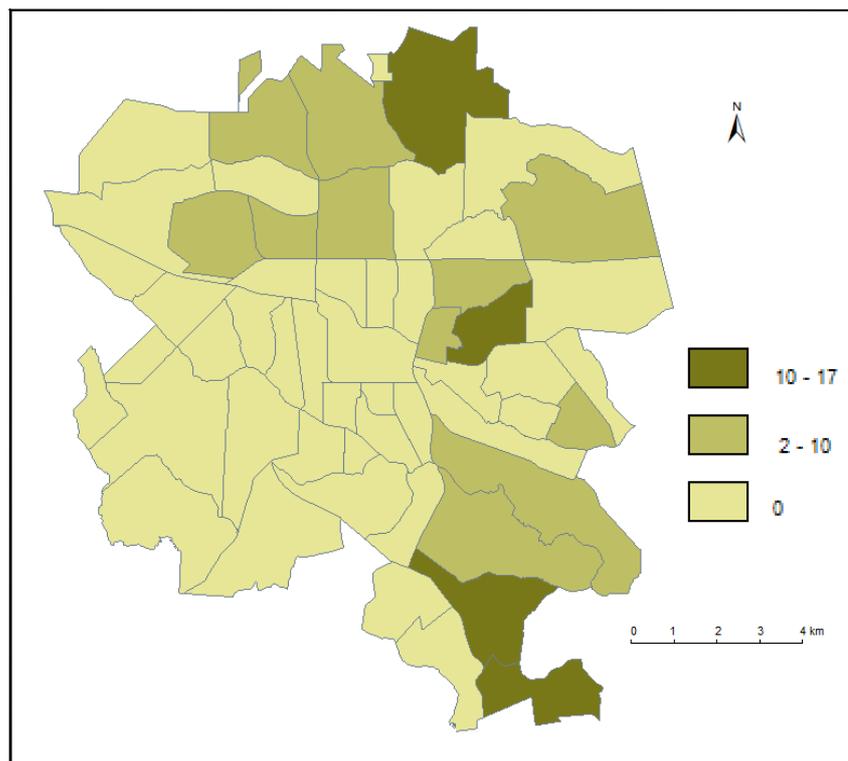


Figura 29: Número de Domicílios sem Banheiro ou Sanitário  
 Fonte: IBGE (CENSO 2000)  
 Org.: Autora

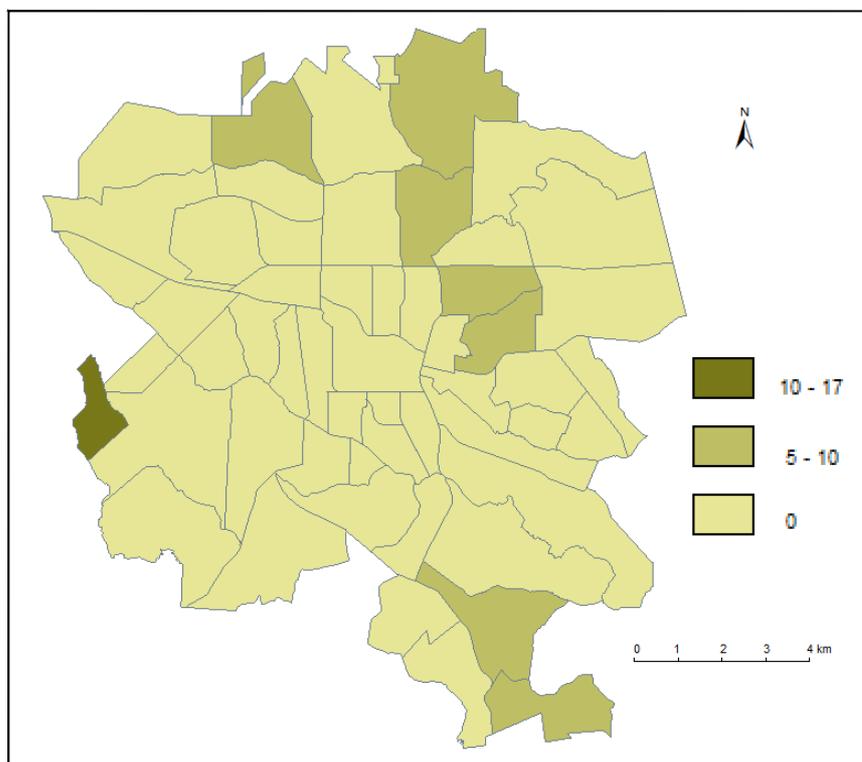


Figura 30: Número de Domicílios sem Energia  
Fonte: IBGE (CENSO 2000)  
Org.: Autora

Neste contexto, a partir do levantamento dos dados do Censo 2010 (IBGE) foi possível a elaboração de um mapa de vulnerabilidade (figura 41) que reuniu as seguintes variáveis:

- Cor ou Raça Preta;
- Cor ou Raça Parda;
- Cor ou Raça Branca;
- Cor ou Raça Amarela;
- Cor ou Raça Indígena;
- Domicílios Sem Rendimento;
- Domicílios com Rendimento de até 1/8 de Salário Mínimo;
- Domicílios com Rendimento de mais de 1 a 3 Salários Mínimos;
- Domicílios com Rendimento de mais de 3 a 10 Salários Mínimos;
- Domicílios com Rendimento de mais de 10 Salários Mínimos;
- Crianças Residentes;
- Adolescentes Residentes;
- Adultos Residentes;

- Idosos Residentes;
- Pessoas Alfabetizadas;
- Pessoas Não Alfabetizadas;
- Domicílios sem Energia e;
- Domicílios sem Banheiro ou Sanitário.

Após a elaboração do mapa foi possível caracterizar as áreas de vulnerabilidade através da análise das discrepâncias evidenciadas no gráfico que segue junto ao mapa (figura 41). Assim como, na tabela 05 sistematizada abaixo:

<b>NÍVEIS DE VULNERABILIDADE</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Nenhuma Vulnerabilidade	Concentração significativa de pessoas de Cor ou Raça Branca; Presença de Rendimento de Alto a Muito Alto; Presença de População Adulta Alta; Nível Muito Baixo de Pessoas Não Alfabetizadas e sem Energia, Banheiro ou Sanitário.
Vulnerabilidade Muito Baixa	Poucos de Cor ou Raça Negra e Parda e Muitos Amarelos, Presença significativa de Rendimento de Alto a Muito Alto, Muita População Idosa, Média de Alfabetizados e Não Alfabetizados, Nível Muito Baixo de Domicílios sem Energia, Banheiro e Sanitário.
Vulnerabilidade Baixa	Variáveis Pouco Discrepantes, Rendimento Médio.
Vulnerabilidade Média	Todas as Cores ou Raças; Concentração de Rendimento Médio, População média de Adultos, baixa de Idosos e alta de Crianças e Adolescentes, Nível Médio de Pessoas analfabetas e de domicílios Sem Energia, Banheiro ou Sanitário.
Vulnerabilidade Alta	Concentração de pessoas da Cor ou Raça Preta e Parda; Presença significativa de pessoas sem Rendimento ou Até 1,8 Salário Mínimo; Número elevado de Adolescente e Crianças; Alto índice de analfabetismo e Alto índice de Domicílios sem Banheiro ou Sanitário.
Vulnerabilidade Muito Alta	Concentração de pessoas de Cor ou Raça Preta e Parda; Presença significativa de pessoas sem Rendimento e Rendimento Muito Baixo; Concentração de População de Adolescentes e Crianças; Nível Muito Alto de analfabetismo e de Domicílios Sem Energia, Banheiro e Sanitário.

Tabela 04: Nível de Vulnerabilidade em Londrina  
Org.: Autora

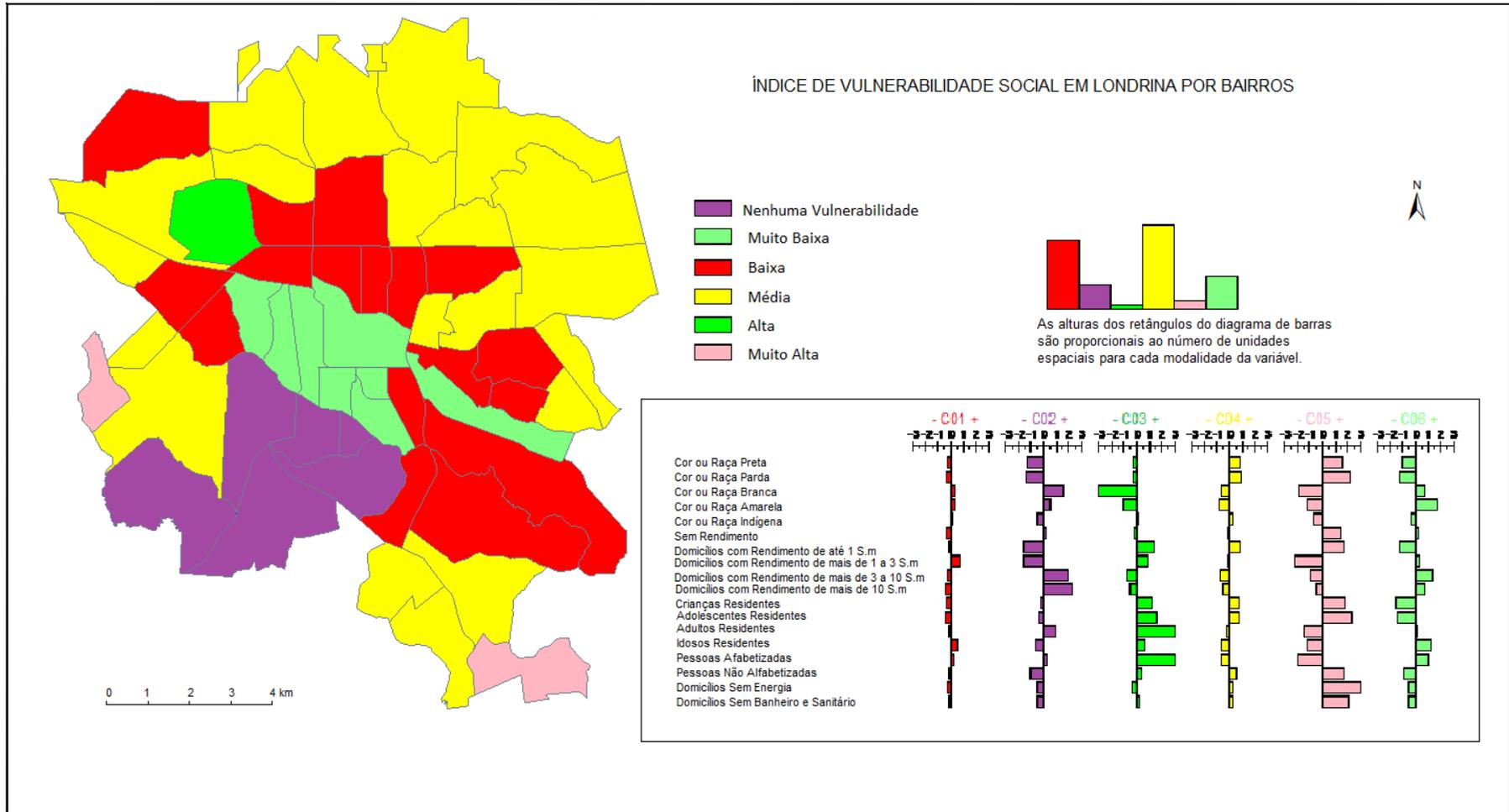


Figura 31: Índice de Vulnerabilidade Social em Londrina por Bairros  
 Fonte: IBGE (CENSO 2010)  
 Org.: Autora

### 4.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA

Atualmente, no âmbito das políticas públicas o termo Exclusão Social vem sendo muito empregado para caracterizar deficiências de várias ordens e ausência de proteção social. De acordo com Rolnik (1999) isso pode ser visto como um processo que fere os direitos dos cidadãos e não lhes garante o mínimo social e material.

Muitas cidades brasileiras tem sofrido com o aprofundamento do processo de exclusão social, o que tem como consequência uma mudança na dinâmica e na estrutura das cidades. É preciso estudos que retratem as desigualdades intraurbana e subsidie as políticas públicas municipais.

Para Nahas (2000, p. 477) o processo de entendimento da realidade “mostra-se dinâmico em termos temporais e contém um aspecto territorial (ou espacial), uma vez que não se apresenta de forma homogênea nos diversos espaços da cidade, podendo ser compreendido como um processo sócio-espacial.” (NAHAS, p. 477, 2000). Neste sentido, é importante buscar retratar as disparidades sociais, as características populacionais e domiciliares por meio do território, pois é nele que as relações de poder, relações sociais e culturais acontecem e, a partir disso poder oferecer um direcionamento às políticas públicas no que diz respeito às áreas prioritárias.

Neste contexto:

pensar em políticas públicas na ótica do território e dos vínculos sociais não significa buscar a homogeneização das condições sociais e das realidades, mas buscar uma visão estratégica para otimização dos recursos e esforços públicos. (ANDRADE, 2009, p. 128)

Isso nos remete a pensar em territorialização dentro da Política de Assistência Social, e desta maneira por meio do SUAS em sua forma operacional básica conhecida como NOB/SUAS, prevê como eixo estruturante a condição de territorialização e destaca a necessidade de uma concepção aprofundada e sistematizada da mesma já que a condição de desigualdade vivida no Brasil atinge elevados índices. (ANDRADE, 2009)

Deste modo, Andrade (2009) aponta que o SUAS tendo em vista as disparidades dos Territórios, estabelece como unidade pública estatal de base pública territorial os CRAS. Na cidade de Londrina estes estão divididos

territorialmente e possui no mínimo uma Unidade de atendimento em cada Território (figura 32). Cada território é subdividido em micro territórios para uma melhor organização e atendimento ao público como mostra a figura 33, totalizando 35 micro territórios nos 9 CRAS representados. Os CRAS foram estabelecidos na representação de acordo com os loteamentos que cada unidade atende, e não são nem homogêneos com relação ao tamanho da área atendida nem contínuo, ocorrem descontinuidade com intercalações de micro territórios CRAS. Exemplo os micro territórios da região central que são dispersos por várias áreas peri central. Esta dispesão dificultou em muito a representação espacial dos dados e sua comparação com os dados do IBGE e por isto foi necessário apresenta-los de forma separada.

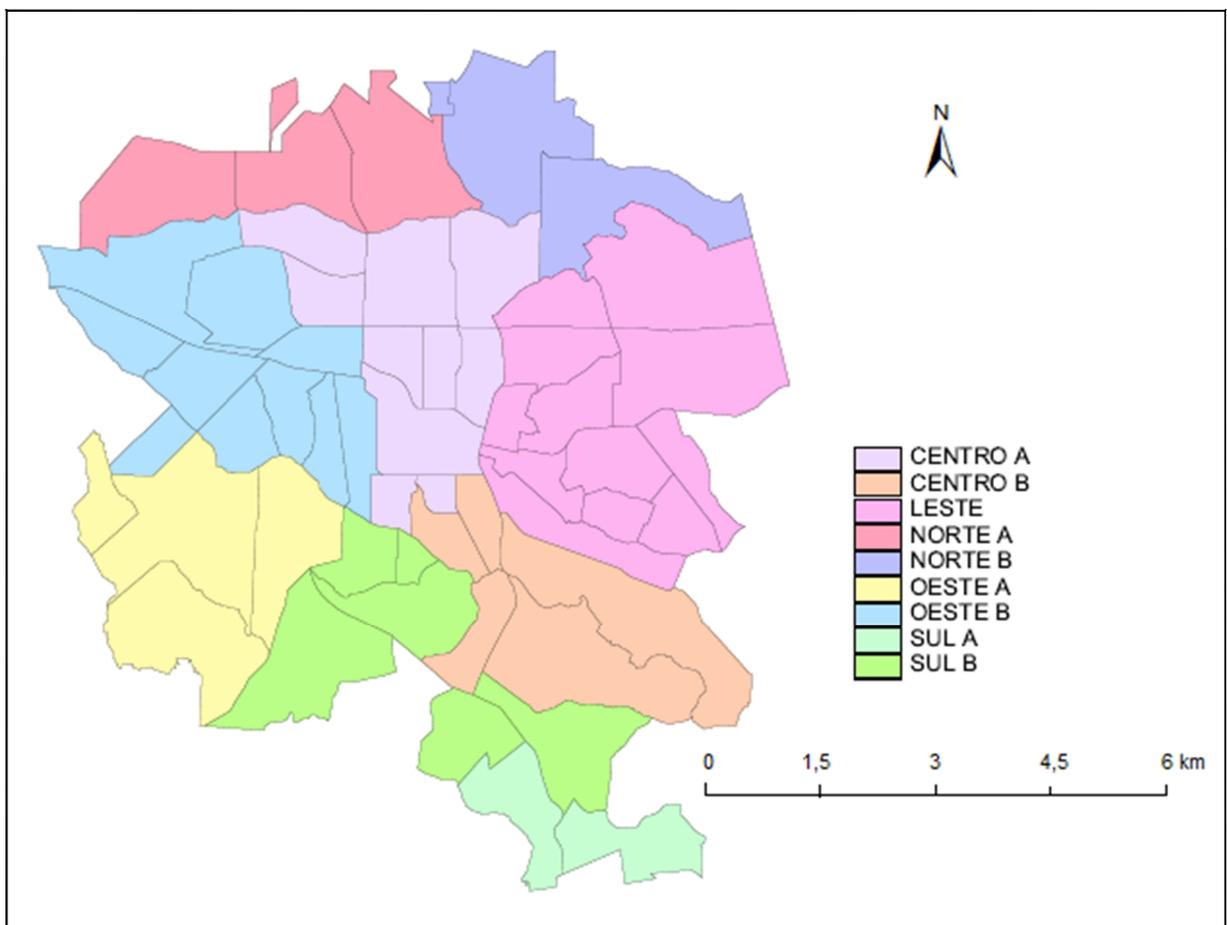


Figura 32: Divisão Territorial dos CRAS em Londrina  
Fonte: SMAS  
Org.: Autora

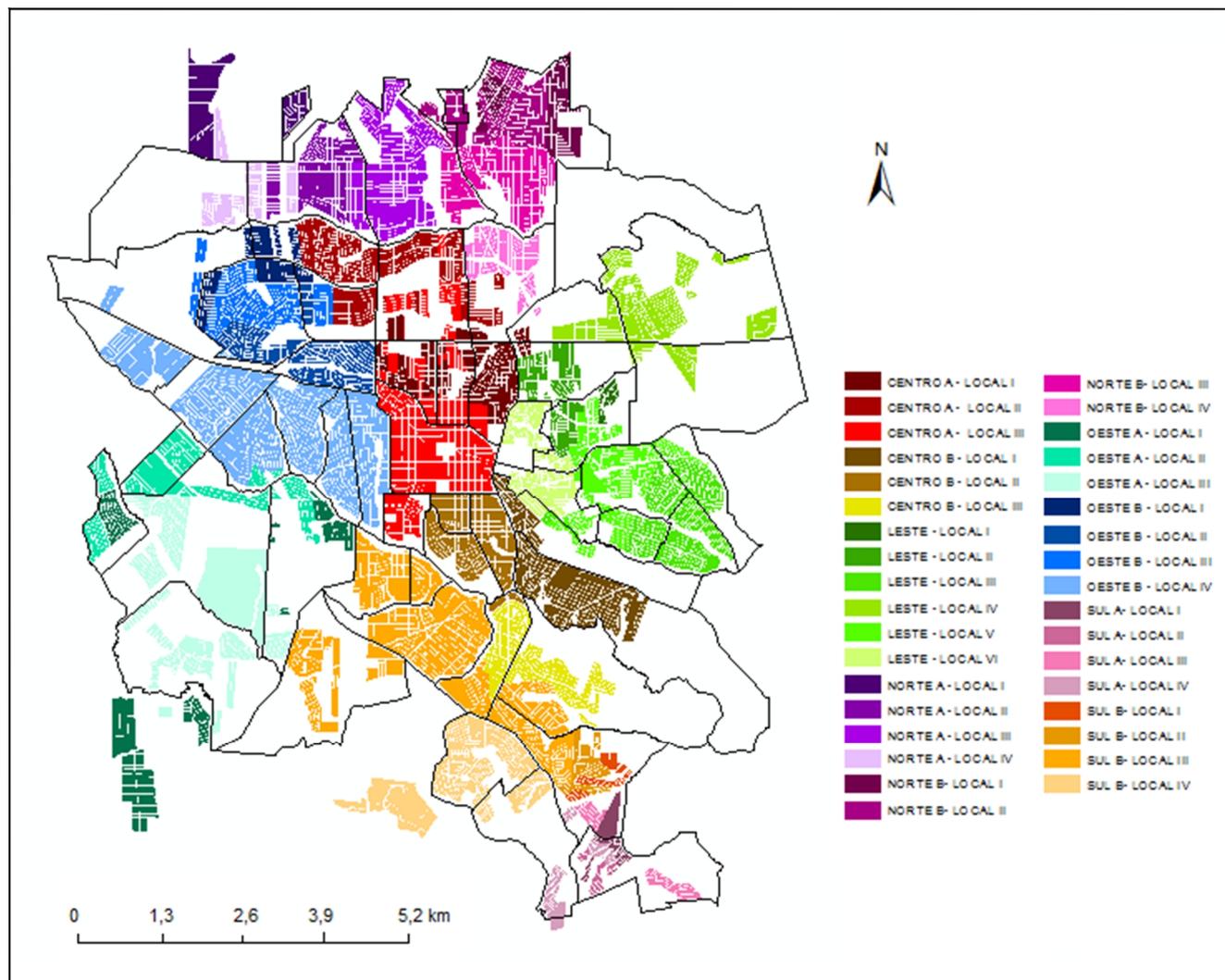


Figura 33: Micro Territórios CRAS em Londrina  
 Fonte: SMAS  
 Org.: Autora

Para facilitar a comunicação com a rede municipal, promover de modo ágil e fácil o gerenciamento das entidades socio-assistenciais governamentais e não governamentais bem como compreender e gerenciar os territórios e micro territórios da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina criou o IRSAS (Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social), tendo como desenvolvedor do sistema Marcos Alexandre Pastori, sob orientação da Assistente Social Sâmia Machado Mustafá, da gerência de Informação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina que considera o IRSAS como:

um sistema de cadastro e controle, sua utilização destina-se a todas as entidades sócio-assistenciais governamentais e não governamentais do município de Londrina. Através do IRSAS, essas entidades compartilham o cadastro de todas as pessoas atendidas pela rede de serviços, tornando dessa maneira possível obter-se um cadastro atualizado e completo, com diversas informações de diferentes tipos de serviços assistenciais. (LONDRINA, 2012)

Neste sistema de Informação pode-se coletar várias informações como identificação, escolaridade, cor/raça, composição familiar, tipos de benefícios, idade, dentre outros, que irá nos permitir um melhor entendimento de como se dá a Política de Assistência Social no município de Londrina.

Atualmente tem-se no IRSAS cerca de 156.893 pessoas referenciadas, ou seja, pessoas que estão cadastradas no sistema, destas pessoas tem-se um total de 55.082 famílias (Tabela 05 e 06). O número de atendidos por micro territórios varia muito de próximo a 2500 pessoas a mais de 7700. Os CRAS norte A e Leste são os com maior número de assistidos, evidenciando uma sobrecarga de atendimento no território Norte A que se subdivide em apenas quatro micro territorios enquanto que o Leste em seis.

Quanto às Famílias referenciadas no IRSAS nota-se que os maiores percentuais estão nos CRAS's Norte A 15,6%, Leste 14,6% e Norte B 13,3% que por consequência também são os CRA's que possuem maior número de pessoas cadastradas com respectivamente 15,4% 14,8% e 13,1%. Já as menores concentrações de famílias estão nos CRAS's Centro B 4,8%, Oeste A 5,9% e Sul A 7,7%.

PESSOAS REFERENCIADAS NO IRSAS								
	TERRITÓRIOS						TOTAL	TOTAL
CRAS	I	II	III	IV	V	VI	Nº	%
CENTRO A	4763	5229	2526				12.518	8,0%
CENTRO B	3992	1147	2207				7.346	4,7%
LESTE	3044	3338	5059	4110	4932	2776	23.259	14,8%
NORTE A	3709	6148	6500	7727			24.084	15,4%
NORTE B	4927	5765	6201	3642			20.535	13,1%
OESTE A	3412	4470	1680				9.562	6,1%
OESTE B	3760	4496	3948	4904			17.108	10,9%
RURAL	4595	3728	1083	4523	1366		15.295	9,7%
SUL A	2601	3019	2568	4092			12.280	7,8%
SUL B	2187	3072	4769	4878			14.906	9,5%
<b>TOTAL</b>							<b>156.893</b>	<b>100,0%</b>

Tabela 05: Pessoas referenciadas no IRSAS em Londrina

Fonte: SMAS

Org.: Autora

FAMÍLIAS REFERENCIADAS IRSAS								
		TERRITÓRIOS						
CRAS	TOTAL	I	II	III	IV	V	VI	TOTAL %
CENTRO A	4.847	1836	1847	1164				8,8%
CENTRO B	2.647	1363	486	798				4,8%
LESTE	8.049	1057	1215	1641	1335	1783	1018	14,6%
NORTE A	8.616	1455	2285	2393	2483			15,6%
NORTE B	7.303	1708	2068	2228	1299			13,3%
OESTE A	3.239	1163	1521	555				5,9%
OESTE B	6.150	1311	1604	1421	1814			11,2%
RURAL	4.685	1384	1127	307	1481	386		8,5%
SUL A	4.235	924	1011	881	1419			7,7%
SUL B	5.311	735	1091	1793	1692			9,6%
<b>TOTAL</b>	<b>55.082</b>							<b>100%</b>

Tabela 06: Famílias referenciadas no IRSAS em Londrina

Fonte: SMAS

Org.: Autora

O percentual de mulheres referenciadas é maior que o de homens 54% e 46% respectivamente. De acordo, com o Perfil Socioassistencial de Londrina (2010) o número de mulheres cadastradas é maior devido a preferência na distribuição de benefícios como o Programa Bolsa Família prevista pela Lei Federal nº 10.836/2004.

Ao observarmos a distribuição dos benefícios por território nota-se que as famílias que recebem o Bolsa Família em maior número estão localizadas

nos CRAS's Norte A, Norte B e Leste, enquanto os menores números de bolsas estão localizados nos CRAS's Centro A e B. Já os benefícios de Transferência de Renda são em menores quantidades que o Bolsa Família, no entanto sua distribuição em menor proporção ganha significância nos mesmos CRAS's. Além destes benefícios a Assistência Social também distribui o Cupom Alimentação, que se distinguem em duas formas: o primeiro é o programado no qual a pessoa recebe todos os meses e o segundo é de caráter emergencial distribuído conforme a necessidade e procura as entidades CRAS's. (Figura 34)

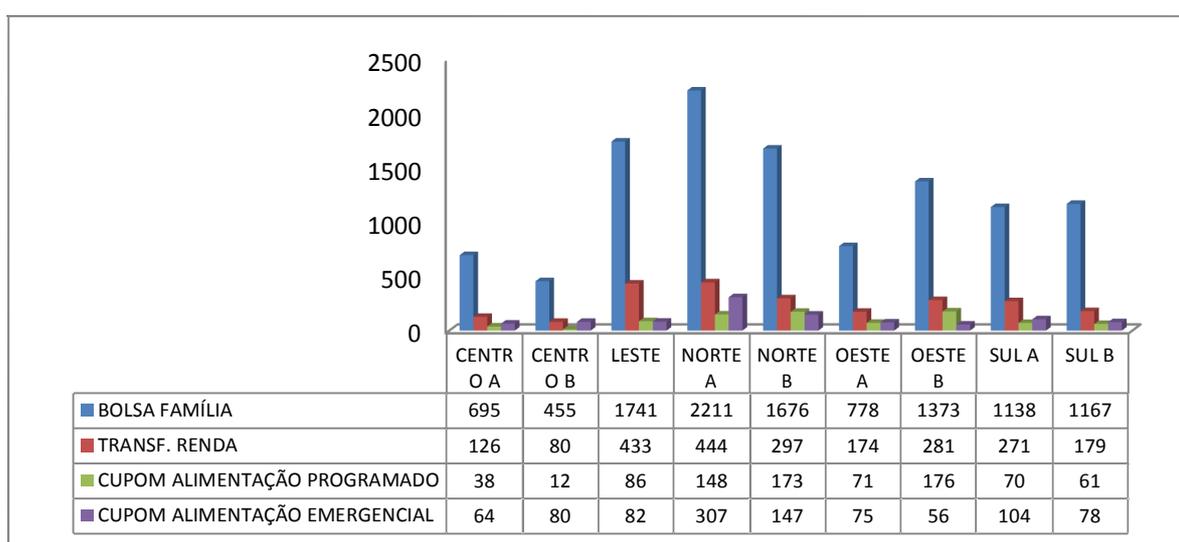


Figura 34: Distribuição dos Benefícios por CRAS em Londrina no mês de Agosto de 2012.  
Fonte: SMAS/IRSAS (referente ao mês de agosto/2012)  
Org: Autora

Os dados do Irsas também nos permite delinear um perfil do público atendido pela Política Municipal de Assistência Social no que diz respeito a idade, escolaridade e raça.

Comparando a faixa de idade dos atendidos com a faixa de idade da população urbana de Londrina, tem-se uma semelhança, com algumas pequenas diferenças, por exemplo, enquanto o percentual de crianças em Londrina é de 17% as atendidas é de 21%, o mesmo acontecendo com os adolescentes que é de 10% para mais 13% de atendidos mostrando a amplitude do bolsa família, por outro lado enquanto os idosos correspondem a 13% da população os atendidos correspondem a quase 10%, que indicam que são atendidos pelas famílias, ou que ainda é necessário melhoria nos programas para esta faixa etária (Figura 35).

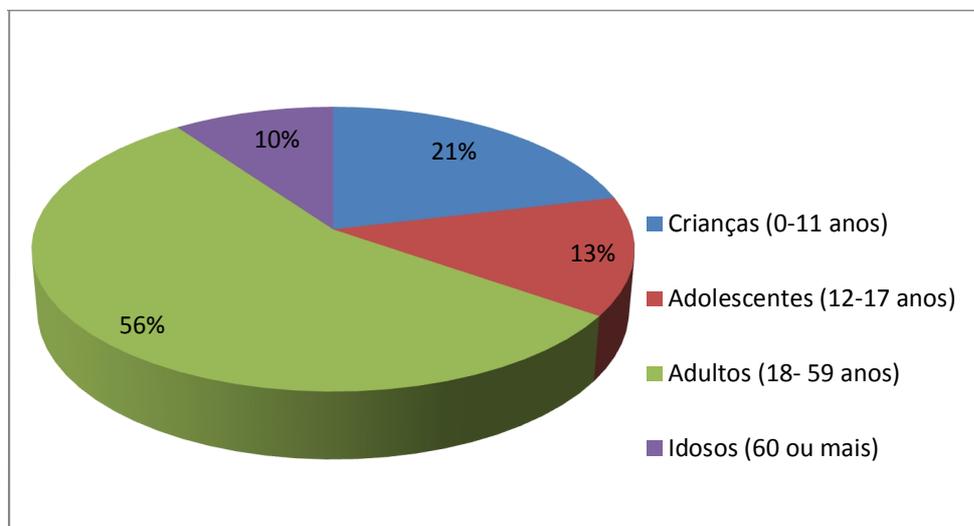


FIGURA 35: Percentual de Distribuição de Benefícios por CRAS em Londrina  
 Fonte: SMAS/IRSAS  
 Org.: Autora

Segundo a distribuição por CRAS observa-se na tabela 07 que a concentração de adultos em maior índice se encontra no Sul A, e um dos menores índices de idosos 7% . Já o Centro A e B possuem um menor número de crianças e Adolescentes, e mantém um número elevado de adultos e Idosos. No CRAS Norte A destaca-se o baixo índice de idosos 8% e elevado de Crianças 23%. O CRAS Oeste A também detém de um número relativamente baixo de idosos com pouco mais de 7% e o maior índice de adolescente com 14%. E o Leste destaca que 21% de sua população referenciada é Crianças e somente 9% são idosos.

CRAS	Crianças (0-11 anos)	Adolescentes (12-17 anos)	Adultos (18-59 anos)	Idosos (60 ou mais)
CENTRO A	18,74%	12,06%	56,09%	13,10%
CENTRO B	18,73%	13,71%	55,34%	12,22%
LESTE	21,51%	13,68%	54,91%	9,90%
NORTE A	23,59%	13,80%	54,54%	8,07%
NORTE B	21,13%	13,51%	55,56%	9,79%
OESTE A	20,77%	14,21%	57,07%	7,95%
OESTE B	20,59%	13,41%	54,56%	11,44%
SUL A	22,07%	13,72%	57,11%	7,11%
SUL B	21,96%	12,91%	55,55%	9,58%
total	21,24%	13,44%	55,45%	9,86%

Tabela 07: Percentual de Idade Distribuidos nos CRAs em Londrina  
 Fonte: SMAS/IRSAS  
 Org.: Autora

Quanto a Escolaridade os níveis de ensino que destacam são de 5º a 8º série Incompleta que representa 29,6%, 4º série Incompleta com 24,1% e

Analfabetos com 13,4 %, o que demonstra o baixo nível de escolaridade da população atendida pela Assistência Social de Londrina e somente 8,33% da população atendida possui o Ensino Médio Completo considerado como Nível Básico de Ensino. Ou seja, a maior parte do público atendida pela Assistência não possuem ao menos o Nível Básico de Escolaridade (Figura 36).

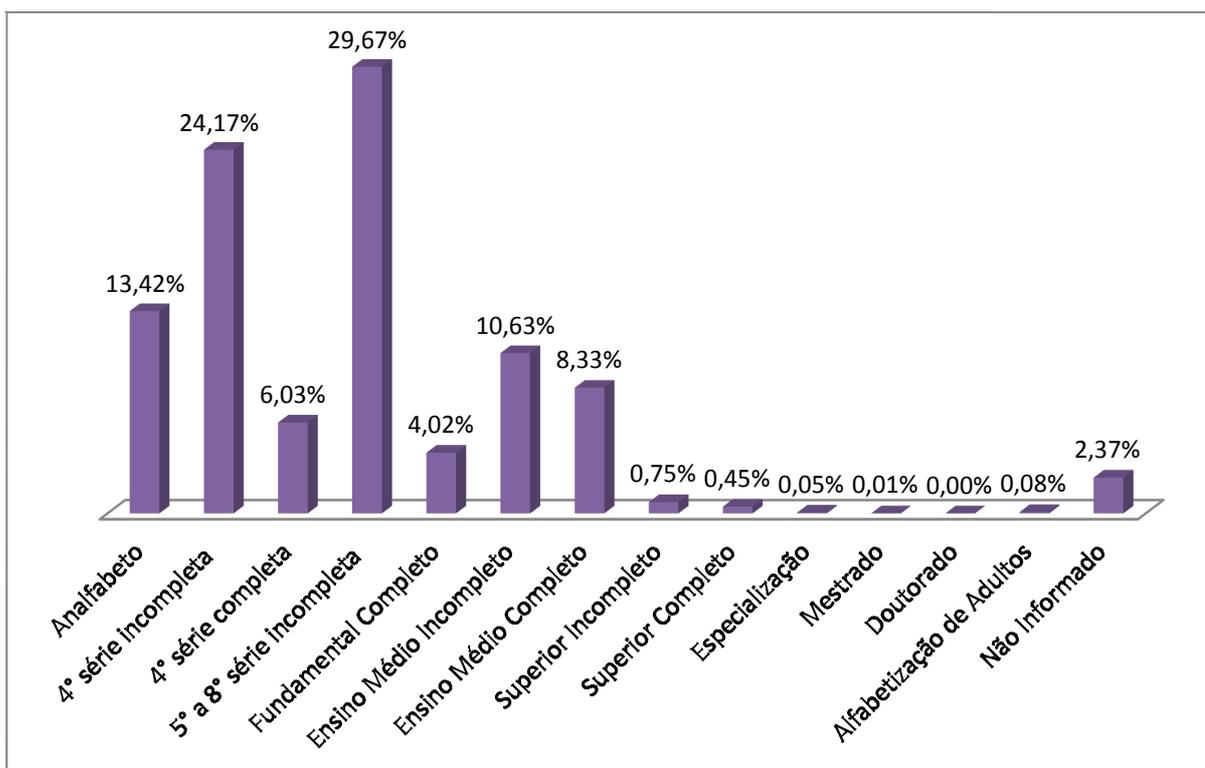


Figura 36: Nível de Escolaridade do Público da Assistência Social de Londrina  
 Fonte: SMAS/IRSAS  
 Org.: Autora

Nota-se também que o CRAS Norte A possui o maior percentual de analfabetismo, seguido do Norte B, Sul A, Sul B e Leste. Já os melhores percentuais de pessoas que possuem o Ensino Médio Completo está localizada nos CRAS's Centro A, Centro B e Oeste B. (Tabela 09)

Quanto a Cor ou Raça verifica-se que uma grande parcela do público referenciado se auto declaram Brancos 46,27% e Pardos 40,2% e em terceiro lugar encontram-se os Negros com 7,68%, já os Amarelos e Indígenas ocupam uma posição pouco significativa. (Figura 37)

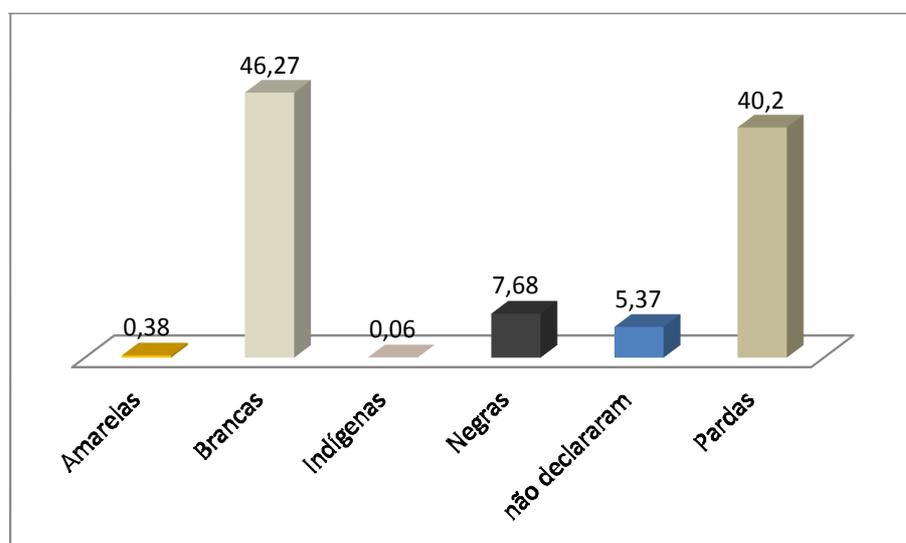


Figura 37: Percentual de Pessoas Referenciadas no IRSAS segundo declaração de Cor ou Raça  
 Fonte: SMAS/IRSAS  
 Org.: Autora

Quanto a distribuição nos CRAS's percebe-se que o maior percentual de população Branca encontra-se no CRAS Sul B, Leste e Oeste B. É interessante também perceber que 50% da população do CRAS Sul A se auto declararam Pardas e 35% Brancas, configurando 85% do público referenciado. Em relação ao público que se auto declararam Negros o maior percentual é de 9,41% no CRAS Oeste B 9,41% e Sul A 8,96%. E o percentual de Amarelos e Indígenas não chegam à 1% (Tabela 10).

CRAS	Amarelas	Brancas	Indígenas	Negras	não declararam	Pardas
CENTRO A	0,78%	45,69%	0,03%	6,17%	6,92%	40,42%
CENTRO B	0,40%	43,92%	0,20%	8,26%	10,86%	36,36%
LESTE	0,40%	50,53%	0,05%	7,27%	3,99%	37,75%
NORTE A	0,25%	46,06%	0,06%	7,15%	3,50%	42,99%
NORTE B	0,39%	43,90%	0,12%	8,09%	3,47%	44,04%
OESTE A	0,11%	38,85%	0,11%	7,75%	7,44%	45,72%
OESTE B	0,56%	49,42%	0,04%	9,41%	6,29%	34,28%
SUL A	0,04%	35,29%	0,04%	8,96%	5,54%	50,12%
SUL B	0,42%	54,52%	0,02%	6,28%	5,88%	32,88%
TOTAL	0,38	46,27	0,06	7,68	5,37	40,2

Tabela 08: Percentual de Pessoas Referenciadas no IRSAS segundo a declaração de Cor ou Raça.  
 Fonte: SMAS/IRSAS  
 Org.: Autora

Em relação a distribuição de renda 34% do público da Assistência

recebem até 1/2 salário mínimo e 20% não possuem rendimento, ou seja 54% do referenciados estão vivendo em situação de pobreza e indigência considerando a definição do PNAS (Figura 38).

O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas. [...] A questão central a ser considerada é que este modelo de desigualdades do país ganha expressão concreta no cotidiano das cidade, cujos territórios internos (bairros, distritos, áreas censitárias ou de planejamento) tendem a apresentar condições de vida também desiguais. Porém, ainda considerando as medidas de pobreza (renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo) e indigência (renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo) pelo conjunto dos municípios, o que supõe a necessidade de conjugar os indicadores de renda a outros relativos às condições de vida de cada localidade. (BRASIL, 2005, p.10)

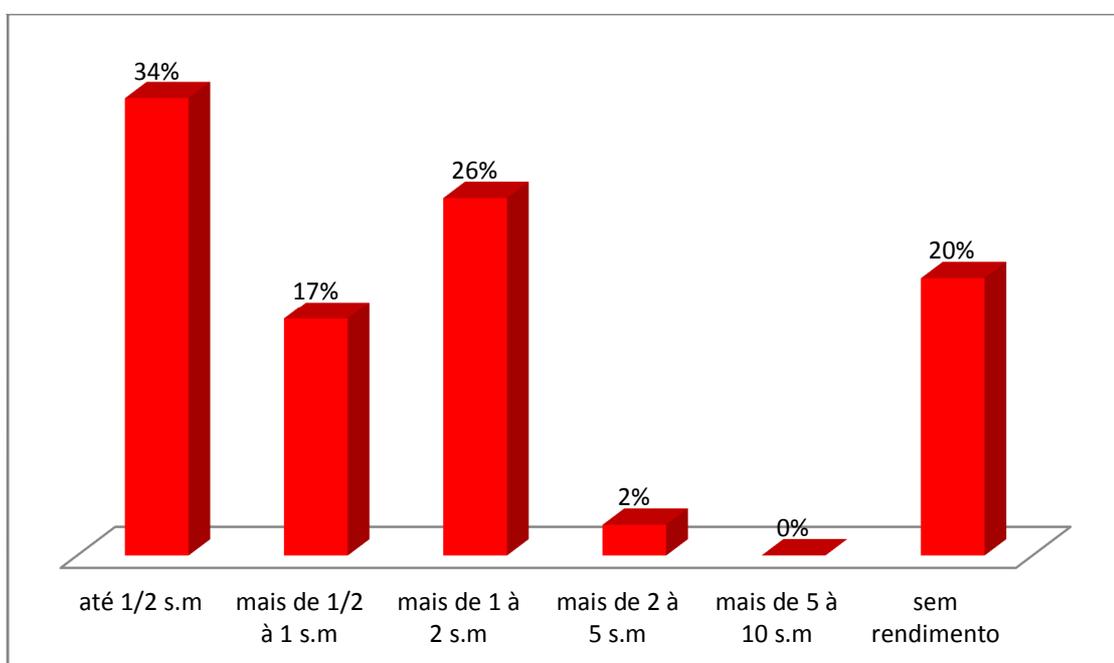


Figura 38: Rendimento das Pessoas referenciadas no Irsas em Londrina em 2012.  
Fonte: SMAS/IRSAS  
Org.: Autora

A classe que recebe até 1/2 salário mínimo tem maior proporção nos CRAS's: Oeste A 40%, Oeste B 37% e 36% no Sul B respectivamente, tendo também um grande percentual de pessoas sem rendimento, no entanto o CRAS que se destaca nesta categoria é o Norte A com 26% e Sul A com 23%. Os rendimentos de mais de 2 a 5 salários mínimos fazem parte de uma pequena população no qual se destacam o CRAS Centro A e Centro B (Tabela 09).

CRAS	até 1/2 s.m	mais de 1/2 à 1 s.m	mais de 1 à 2 s.m	mais de 2 à 5 s.m	mais de 5 à 10 s.m	sem rendimento
CENTRO A	27%	21%	33%	5%	0%	14%
CENTRO B	28%	22%	28%	3%	0%	19%
LESTE	34%	18%	28%	2%	0%	18%
NORTE A	27%	15%	29%	3%	0%	26%
NORTE B	32%	17%	27%	2%	0%	21%
OESTE A	40%	18%	19%	1%	0%	21%
OESTE B	37%	16%	29%	2%	0%	16%
SUL A	34%	19%	22%	1%	0%	23%
SUL B	36%	17%	26%	2%	0%	19%
TOTAL	34%	17%	26%	2%	0%	20%

Tabela 09: Percentual de Rendimento das Pessoas Referenciadas no IRSAS em Londrina 2012.

Fonte: SMAS/IRSAS

Org.:Autora

Considerando os dados apresentados nas tabelas 07, 08 e 09, percebe-se algumas discrepâncias referentes aos CRAS's, no que diz respeito aos percentuais máximos e mínimos que podem ajudar na caracterização de cada CRAS e por conseguinte, no perfil do público atendido pela Política de Assistência Social da cidade de Londrina podem ser levantadas:

### **CENTRO A**

Possui os menores índices de Analfabetos e de pessoas com Ensino Fundamental Incompleto, e maior de Ensino Médio Completo. O número de pessoas com rendimento superior a 5 salários mínimos é elevado, ou seja existe 5% da população referenciada no IRSAS recebe esse salário e poucos estão na condição sem rendimento ou que recebem até 1 salário mínimo. O número de crianças e adolescentes é baixo diferentemente dos idosos que é alto. Concentra o menor índice de negros.

### **CENTRO B**

Baixo índice de Analfabetos e altode ensino médio completo. Predomínio de cor ou raça Branca e Parda. Quanto ao Rendimento o destaque é a renda familiar ser superior a 5 salários Mínimos, ou seja, 3% da população referenciada no IRSAS que recebe essa quantia. O número de crianças é pouco

elevado e o de idosos é alto.

## **LESTE**

O único índice que se destaca refere-se ao elevado número de população que se auto declaram brancas.

## **NORTE A**

Maior índice de analfabetos e de pessoas com ensino fundamental incompleto. Quanto a cor ou raça fica entre as médias. Maior número de pessoas sem rendimento e menor de pessoas que recebem até 1 salário mínimo. Alto número de crianças e baixo de adultos.

## **NORTE B**

Predomínio de população branca e parda. Índice médio de pessoas com ensino fundamental e médio completo. Maior parte da população recebe até meio salário mínimo.

## **OESTE A**

Elevado número de pessoas com ensino fundamental incompleto e baixo de pessoas com ensino médio completo. Concentra um dos maiores índices de pessoas pardas. Muitas pessoas com rendimento superior a 1 salário mínimo e baixo de mais de 5 salários mínimos. Alto nível de adolescentes e adultos e baixo de idosos.

## **OESTE B**

Não se destaca quanto aos níveis de escolaridade. Possui os menores índices de pessoas brancas e pardas e maiores de negros. Menores índices de pessoas sem rendimento. Baixa quantidade de população adulta.

**SUL A**

Maiores índices de Analfabetos e Ensino Fundamental Incompleto e baixo de Ensino Médio Completo. Menor índice de Brancos e Maior de Negros e Pardos. Segunda maior concentração de pessoas sem rendimento e de até 1 salário mínimo e menor de mais de 5 salários mínimos. Alto nível de Crianças e Adultos e baixo de Idosos.

**SUL B**

Não apresenta mínimos e máximos em relação a Escolaridade. Elevado número de pessoas Brancas e baixo de Pardas. Não se destaca nos Rendimentos. E possui baixo nível de Adolescentes.

Muito embora as análises por micro territórios permita obter alguns parâmetros da distribuição desigual e diferenciada das variáveis analisadas é preciso considerar as diferenças internas de cada um destes territórios, e, para tanto uma análise de maior detalhe seria indicada. Uma ocupação irregular por exemplo pode concentrar uma série de indicadores negativos e influenciar no índice de um micro território, para isto o uso do solo se faz imprescindível.

## 5 ÁREAS DE POBREZA X ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após a caracterização do perfil socioassistencial da cidade de Londrina podemos perceber que apesar de estar na 10<sup>o</sup> posição entre os municípios brasileiros e com os maiores índices do Estado do Paraná, nota-se uma desigualdade no que diz respeito a distribuição de renda, pois somente uma pequena parcela da população londrinense detém das maiores rendas, enquanto a maior parte recebem um pouco mais de 1 a 3 salários mínimos, tendo ainda um número significativo de pessoas sem rendimento e em 1,7% situação de extrema pobreza (IBGE, 2010).

Estes dados somados a outros como ausência de infraestrutura, o não acesso a bens e serviços, dentre outros, indicam que as famílias pobres da cidade se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Para Souza e Torres (2003) o perfil da população varia ao longo da dimensão espacial, tanto em estrutura etária e taxa de crescimento quanto em termos socioeconômicos.

Em outras palavras, em função da grande dinâmica demográfica intra-urbana podem existir escolas em locais sem crianças e crianças em locais sem escolas, mesmo se a taxa de cobertura para todo o município se aproxima de 100%. Isso indica que, até quando existentes equipamentos sociais têm de ser adaptados ao perfil da população local, suas características sociodemográficas; (SOUZA; TORRES, 2003, p.36).

D'Almeida (2011) aponta que as ações públicas da área da Assistência Social devem ser planejadas territorialmente a fim de possibilitar a superação da fragmentação, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, bem como o alcance da universalidade de cobertura, deve também promover a vigilância social das exclusões e estigmatizações que estão presentes nos territórios de maior vulnerabilidade e carência.

De acordo com Koga (2002) ao se falar em políticas públicas, torna-se importante fazer as diferenciações entre as localidades, principalmente no que diz respeito aos contextos de altas desigualdades sociais.

Neste contexto, D'alge (2001) afirma a Cartografia pode nos oferecer um modelo de representação de dados no espaço geográfico e, por conseguinte auxiliar no entendimento dos lugares, espaços e territórios. E, é nesta perspectiva que elaboramos o mapa de vulnerabilidade da cidade de Londrina segundo os

dados do IBGE e através dele podemos identificar as áreas que necessitam de maiores investimentos por parte do poder público.

Além disso, torna se importante o comparativo com os serviços oferecidos pela Secretaria de Assistência Social. Para melhor entender é interessante observar o mapa abaixo (figura 39) que representa a rede de serviços socioassistenciais da cidade de Londrina, e a partir dele temos uma noção das áreas que possuem uma maior e menor cobertura da rede.

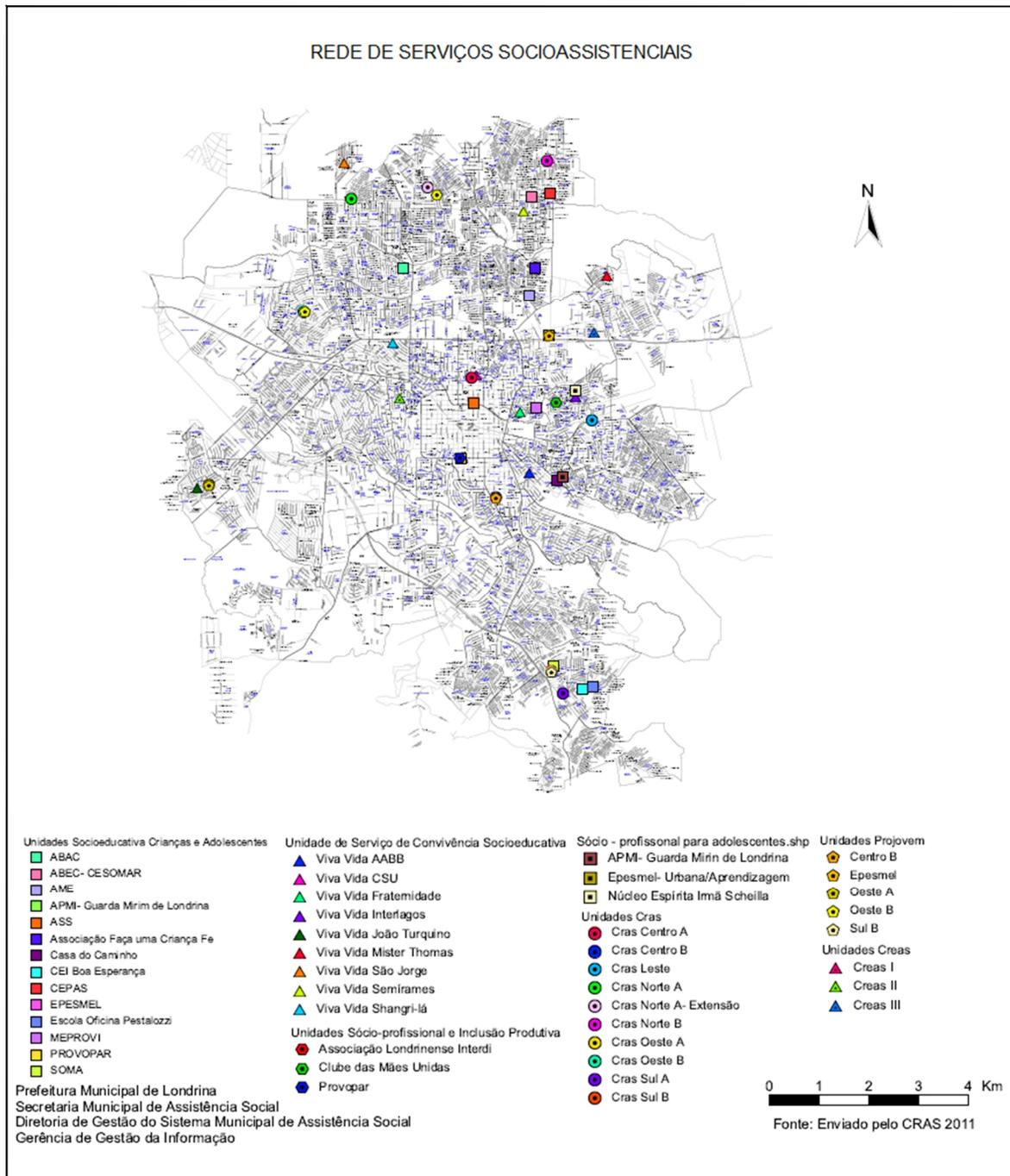


Figura 39: Rede de Serviços Socioassistenciais de Londrina em 2012

Fonte: SMAS

Org: Autora

Assim, à medida que a política pública conseguir associar as áreas de vulnerabilidade da cidade de Londrina considerando as relações que os indivíduos estabelecem no seu território com os serviços oferecidos pela assistência eles poderão atender de modo mais fidedigno os princípios da Constituição Federal de 1988, que define a “Política de Seguridade Social (como) não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população” (Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993).

Neste sentido, torna-se imprescindível o delineamento dos territórios de cobertura da Assistência Social para que as políticas públicas consigam cumprir com os objetivos do LOAS. E assim repensar e redefinir as áreas de implantação e cobertura dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e dos CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) a fim de atender de modo mais direcionado e eficiente a população que necessita dos seus serviços.

Contudo, para isso é necessário o entendimento conceitual sobre território, pois segundo D’ Almeida (2011, p.03) “o município pode ser considerado um território, com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam uma malha de diferentes arranjos e configurações socioterritoriais”. Neste sentido, delimitar estes múltiplos espaços intra-urbanos não é tarefa fácil.

Considerando estas premissas a Cartografia tem muito a contribuir com a representação dos mapas e à medida que a Assistência Social entende o território como construção social em constante mutação e se adequa a essa concepção melhorias poderão ser realizadas.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas, em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólica” sobre o espaço onde vivem (sendo também, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1995, p. 42).

Desta forma, a noção de território estará sempre atrelada à relação que um grupo estabelece com uma determinada porção do espaço e, por conseguinte suas ações geram a delimitação. Para Andrade (1995) as territorialidades estão amplamente associadas às relações sociais, bem como ao

sentimento de pertencimento e de apropriação de um determinado território, o que leva a territorialização.

Para Koga (2003) a cidade pode ser vista como palco de relações sociais e de diversidade de comportamentos, que configuram uma gama de lugares heterogêneos, que devem ser tratados de formas diferentes. Assim, a cidade pode ser considerada como “um território múltiplo, como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva” (KOGA, 2003, p.33).

Desta forma, é no território social que se constroem as várias desigualdades e devido sua dinamicidade suas partes possuem um desenvolvimento próprio que evidenciam e configuram os conflitos contidos nos lugares bem como seus reflexos em toda a cidade. E, por conseguinte à medida que o território é tratado sobre a ótica social ele passa a destacar as diferenças “existentes entre os indivíduos pobres e os não pobres que moram em lugares pobres e em lugares não pobres, respectivamente” (FELIX, 2010).

E assim, voltamos ao mapa de vulnerabilidade que nos ajuda a identificar as diferenças “entre os lugares dos pobres e dos não pobres”, destacando com Vulnerabilidade Alta no bairro Leonor que possuem uma população significativa de pessoas adultas e adolescentes de cor ou raça preta, parda e indígena que se autodeclararam alfabetizadas com rendimento predominantemente baixo e alguns domicílios sem banheiros ou sanitários.

Contudo, os bairros que mais se destacam é o União da Vitória e João Turquino considerados neste estudo como de Vulnerabilidade Muito Alta, tendo um nível muito alto de pessoas de cor ou raça preta e parda, com rendimento muito baixo e um elevado número da população são adolescentes e crianças, concentra também número significativo de pessoas não alfabetizadas e com alguns domicílios sem energia, banheiro e sanitário.

Já na perspectiva os lugares para os “não pobres” se destacam os bairros Vivendas do Arvoredo, Palhano, Guanabara, Bela Suíça, Tucanos e Esperança, onde o predomínio de cor ou raça é branca, o rendimento vai de alto a muito alto, o nível de pessoas não alfabetizadas é muito baixo, predomínio de população adulta e praticamente inexistem domicílios sem energia, banheiros e sanitários.

Isso tudo realça a desigual distribuição de recursos e tende a determinar a existência de zonas de risco social intensos, fazendo com que os

moradores estejam mais susceptíveis a esse tipo de risco, esse processo é chamado por Torres (2004) como “externalidades negativas”.

Refere-se aos bairros com alta concentração de pobres, onde a escola é pior, as possibilidades de acesso ao emprego formal é menor, pois é menor o número de empregados, diminuindo as redes de relações das pessoas e onde os moradores estão muito mais expostos a riscos provenientes da falta de infraestrutura urbana, da instabilidade da propriedade da terra e da violência e violação de direitos. (FELIX, 2010, p.03).

Deste modo, verifica-se a importância do entendimento do espaço social, no que diz respeito à coleta de dados e exploração dos mesmos para uma melhoria na política de desenvolvimento das políticas sociais. Assim, a dinâmica interna do espaço social poderá levantar vários elementos que poderão contribuir na redistribuição de investimentos públicos e, por conseguinte na transformação destes em indicadores sociais extremamente válidos no combate a exclusão.

No entendimento do espaço social urbano de Londrina no âmbito da Secretaria de Assistência Social os indicadores que podem auxiliar são aqueles extraídos do IRSAS, como escolaridade, idade, rendimento, cor ou raça, benefícios, dentre outros, que nos permite a caracterização do público atendido por cada CRAS e assim também pode-se verificar os Territórios que necessitam de maiores intervenções.

Pensar em políticas públicas na ótica do território e dos vínculos sociais não significa buscar a homogeneização das condições sociais e das realidades, mas buscar uma visão estratégica para otimização dos recursos e esforços públicos. (ANDRADE, p. 128, 2009)

É neste sentido que as políticas sociais devem atuar buscar entender o território e fornecer alternativas que o torne melhor e minimize os problemas de exclusão.

Apesar de entendemos a necessidade da delimitação enquanto sistematização dos serviços, também acreditamos que os territórios devem estar interligados no que diz respeito às relações sociais, econômicas, culturais, buscando o rompimento com a desigualdade. E, para isso tem como aliado o conceito de Multiterritorialidade que de acordo com Haesbaert (*apud*, ROCHA, 2006) é visto como a capacidade de um grupo ou até mesmo um indivíduo de conectar ou acessar vários territórios, podendo manter relação com uma diversidade muito maior de

territórios/territorialidades no sentido de ligar diversas territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, ou com o deslocamento.

Neste contexto, entende-se que a caracterização de um perfil socioassistencial não passa somente pelo domínio das Leis, vai além disso aborda questões das mais variadas áreas e um dos conceitos muito discutido é o de Território que tem grande afinidade com a Geografia e pode contribuir de modo significativo no entendimento dos mesmo.

E deste modo, retorna-se à contribuição da Geografia não só na definição de termos, mas também através dos recursos que proporcionam um melhor entendimento do espaço por meio das representações cartográficas. De acordo com Barros e Polidoro (2012) na realização de um tratamento cartográfico-estatístico algumas questões são colocadas de imediato. Dentre elas os autores afirmam que a escala é fator primordial em um estudo geográfico, no entanto na maioria das vezes necessitamos de dados de vários órgãos, e aí nos deparamos com o problema da incompatibilidade de escalas que não possibilita comparação e, por conseguinte dificulta ou até mesmo exclui a possibilidade de representação.

Portanto, é interessante em nível local que haja uma integração entre as Secretarias Municipais para que as informações sejam sistematizadas em uma mesma escala e possibilite a comparação de dados, pois à medida que isso for possível novas perspectivas irão se abrir e novos estudos poderão contribuir de modo significativo para melhorias na cidade de Londrina.

E assim, no domínio da Assistência Social teremos subsídios para a criação de bases cartográficas e estatísticas que possibilitem a integração de dados do IBGE e IRSAS facilitando a compreensão dos territórios e gerando políticas públicas direcionadas que atendam de modo ágil e eficiente às pessoas que dela necessitar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo, percebeu-se que a Política de Assistência Social, a partir da Constituição de 1988, quando passou a fazer parte do tripé da seguridade social, fez com que esta começasse a ser vista com maiores cuidados.

A implantação dos CRAS's como espaço público estatal de proteção social básica fez com que surgissem as discussões em torno da dimensão territorial no âmbito socioassistencial, pois à medida que se entende o território e as relações que nele são estabelecidas mais direcionada poderá ser a intervenção. Entende-se que a questão da localização de cada unidade de atendimento permite uma maior proximidade com a população que por ali reside, bem como a compreensão das relações que os indivíduos estabelecem com o meio, através do trabalho e do convívio social e assim facilita a identificação das áreas que evidentemente possuem maior vulnerabilidade e por conseguinte demonstra as localidades que necessitam de maiores intervenções por parte do poder público.

E, é nesta perspectiva que a Geografia tem muito a contribuir nos estudos socioassistenciais, começando pelo fato de ter o Território como categoria de estudo, ou seja no campo teórico as discussões geográficas tendem a proporcionar uma forte gama de conceitos que auxiliam na caracterização do mesmo. Além disso, a Geografia ganha relevante importância devido a possibilidade de representação cartográfica, que pode auxiliar no delineamento das unidades CRAS, na cobertura de serviços oferecidos pela Assistência Social e na identificação de áreas com maior e menor vulnerabilidade.

Na representação Cartográfica a Geografia tem como aliado os SIG's e alguns programas como o ArcMap e Philcarto que facilitam o trabalho com um número elevado de dados estatísticos e, por conseguinte permite sua representação de modo mais ágil.

Mas para que isso ocorra é necessário que os dados estejam dispostos em uma mesma escala, pois geralmente o que acontece nas Secretarias é uma coleta de dados sem padrão, uns obedecem as escalas dos Territórios dos CRAS, outros obedecem os loteamentos, bairros o que dificulta o cruzamento dos dados e inviabiliza as pesquisas.

Neste sentido, torna-se interessante que haja a conscientização dos coletores de dados, para que nos sistemas como o IRSAS as informações possam oferecer dados nas mais variadas escalas, seguindo o padrão dos órgãos oficiais do país como o IBGE, pois à medida que isso acontecer será possível realizar a representação cartográfica e o cruzamento de informações o que enriquecerá as pesquisas e sobretudo permitirá as cidades um material mais fidedigno e condizente com a realidade.

Os mapas neste estudo contribuíram significativamente na caracterização do perfil socioassistencial, pois através deles conseguimos identificar as áreas de maior e menor vulnerabilidade da cidade de Londrina, tendo como base estatística diversos dados do censo 2010 (IBGE).

Além disso, o trabalho com os dados extraídos do IRSAS permitiu o entendimento do perfil do público atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina bem como a compreensão dos Centros de Referências como um lugar estratégico que produz informações que podem contribuir na distribuição dos microterritórios de cada CRAS. No entanto, acredita-se que deve haver uma maior integração entre os Centros, pois à medida que foi realizada a espacialização dos dados para a representação dos territórios e microterritórios percebeu-se a descontinuidade dos mesmos o que dificulta a própria ação dos profissionais, bem como estudos mais aprofundados no que diz respeito aos territórios e sua representação espacial.

Tem-se que reconhecer os avanços da assistência social nos últimos anos, através das estratégias assumidas no intuito de sistematizar uma rede de proteção integrada e resolutive, no entanto o alcance de resultados positivos e negativos ainda está em construção, pois entende-se que estes estão totalmente atrelados ao modo com que a sociedade brasileira vê e convive com as situações de desigualdade, fragilidade, pobreza, violência, sofrimento e abandono familiar.

Apesar da cidade de Londrina ser considerada um pólo de desenvolvimento regional e nacional e ser uma das cidades mais importantes da região sul do país nota-se grandes disparidades relacionadas a distribuição desigual do produto da riqueza começando pelas condições de renda em que grande parte da população concentra a menor parte da riqueza e pouca parte da população detém dos maiores rendimentos. Além disso, outros aspectos vem reforçar as condições de pobreza, como por exemplo as oportunidades para se continuar os

estudos, pois muitos tem que trabalhar desde cedo para ajudar na complementação da renda familiar e assim caso necessite posteriormente não estará qualificado para competir no mercado de trabalho aos melhores empregos.

Conclui-se então que existem desigualdades sociais na cidade de Londrina o que compromete a vida de muitos cidadãos. No entanto é possível que haja uma redução da exclusão social através de políticas públicas competentes e comprometidas. Alguns programas governamentais como o bolsa família pode ser visto como um auxílio na minimização dos problemas, no entanto ainda não é a chave para o rompimento da exclusão. Acredita-se que para isso é necessário investimento em outras estruturas sociais como educação de qualidade, emprego, habitação, saúde, dentre outros que permitirão ao indivíduo condições dignas de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Graça. **Sistemas de informação Geográfica: Conceitos**. 1998, Disponível em: < [http://www.isa.utl.pt/dm/sigdr/sigdr01-02/SIGconceitos.html#\\_Toc473971415](http://www.isa.utl.pt/dm/sigdr/sigdr01-02/SIGconceitos.html#_Toc473971415)> Acesso em 11 de abril de 2012.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANDRADE, Fabrício Fontes. Considerações sobre a perspectiva territorial na política de Assistência Social no Brasil. **Revista Urutáguá: Revista Acadêmica Multidisciplinar**. Nº 18- mai./jun./jul./ago.2009. Quadrimestral- Maringá- PR.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios as mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

BARROS, Mirian V. F.; BARROS, Omar Neto; CAVIGLIONE, João Henrique. Sig: uma ferramenta útil na análise urbana. In: ARCHELA, R. FRESCA, T. SALVI, R (org). **Novas Tecnologias**. Londrina: Ed. UEL, 2001a. p. 13-40 (Série Geografia em Movimento, 1).

BARROS, Mirian Vizintim F.; BARROS, Omar Neto; CAVIGLIONE, João Henrique. Uma proposta para Implantação do SIG na Cidade de Londrina. **Geografia**. Londrina.v.10 nº02, p. 211-224, jul/dez.2001b.

BARROS, Omar Neto Fernandes; POLIDORO, Maurício. Utilização de índices na definição da região metropolitana de Londrina. **Revista Confins** [Online], v.14, 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7394> ; DOI : 10.4000/confins.7394 Acesso em 25 Junho 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p. - (Série textos básicos; n. 25).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: [http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/politica\\_nacional\\_assistencia\\_social.pdf](http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/politica_nacional_assistencia_social.pdf) Acesso em 10 de julho de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Londrina. Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010.** Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em 11 mai. 2012.

CAMPOS, Filipe Gáudio. **Mapeamento da Susceptibilidade de Doenças Respiratórias e Oftalmológicas Associadas a Ambientes Poluídos, segundo a rede pública de Saúde do Município de Vitória- ES.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFES- Centro de Ciências Humanas e Naturais – Departamento de Geografia, 2005. Disponível em: [http://www.mundogeomatica.com.br/home%20page/Monografia\\_FGC.pdf](http://www.mundogeomatica.com.br/home%20page/Monografia_FGC.pdf) > Acesso em 08 de junho de 2012.

CARDIA, N. **Os impactos da exposição à violência: aceitação da violência ou horror continuado? O caso de São Paulo.** Trabalho apresentado no encontro CULTURE, CITIZENSHIP AND URBAN VIOLENCE. Cuernavaca, México, 1999.

CASSAB, Maria Ap<sup>o</sup> Tardin; RIBEIRO, Luiz Cláudio; SCHETTINO, Priscila. **Desigualdade Social do Território:** uma breve reflexão. II Jornada de Políticas Públicas. São Luiz – MA. 2005. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Maria\\_Aparecida\\_Luiz\\_Claudio\\_Priscila297.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Maria_Aparecida_Luiz_Claudio_Priscila297.pdf)> Acesso em 07 de maio de 2012.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

D'ALMEIDA, Liliane Cardoso. A incorporação da Topografia Social no Processo de Gestão da Política Pública de Assistência Social: O Território e a Inserção do Conceito Operacional de Práticas Espaciais Aplicados à Dinâmica do Financiamento e da GI. **IV Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional,** da Universidade Federal Fluminense – UFF, realizado em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, em março de 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST02/ST02.4%20Liliane%20Cardoso%20Almeida.pdf> Acesso em 26 de junho de 2012.

D'ALGE, Júlio Cezar Lima. **Cartografia para Geoprocessamento.** 2001. Disponível em: < <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap6-cartografia.pdf>> Acesso em 19 de novembro de 2012.

FELIX, Mara Rúbia de Souza Albano. **O território social:** uma nova abordagem para a implantação de ações de políticas sociais. Disponível em: <http://www.favelaeissoai.com.br/upload/territ%F3rio%20social%20revisto2.pdf> Acesso em 16 de maio de 2012.

FRAGA, N. C. (Org.). **Territórios e Fronteiras:** (re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo. Atlas, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Manual de Utilização do programa Philcarto.** 2007. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/manual-philcarto-pt-pdf-d68618663> Acesso em 13 de agosto de 2012.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004a.

\_\_\_\_\_. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliana Cabral (org). **Identidades: recortes multi e Interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004b.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Elias de et al. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução por Tomaz Tadeu da SILVA, Guaracira Lopes LOURO. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARRIES, Keith. **Mapping Crime: Principle and Practice (Mapeamento da criminalidade: Princípios e Práticas)**, National Institute of Justice/NCJRS, United States, 1999. Tradução. [http://www.crisp.ufmg.br/artigos\\_publicacoes/livros\\_traducoes](http://www.crisp.ufmg.br/artigos_publicacoes/livros_traducoes).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=411370>>. Acesso em 15 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. **Resultados Preliminares da Amostra**. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)>. **Acesso em 15 de abril de 2012.**

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Londrina- PR. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 06 de julho de 2012.

IPEA. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise. nº 20, 2012. Disponível em:** [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15011&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15011&Itemid=9). Acesso em 21 de novembro de 2012.

IPPUL- **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina**. Base Cartográfica Digitalizada. CD-ROM. Londrina, 2011.

KOGA, Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Editora: Cortez. ano XXIII, nº 72. Nov.2002.

\_\_\_\_\_. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez. 2003.

LONDRINA. **Perfil de Londrina 2011 (ano base 2010)**. Secretaria Municipal de Planejamento. 36ª edição. Londrina- Prefeitura Municipal de Londrina– Secretaria de Planejamento– DP/GPI. 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Documento interno da Prefeitura Municipal de Londrina. 2011.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Municipal de Londrina: Secretaria Municipal de Assistência Social**. 2012 Disponível em:

[http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=frontpageplus&Itemid=178](http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpageplus&Itemid=178) . Acesso em 08 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento. **Perfil do Município de Londrina**. 2011.

Disponível em:

[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=546&Itemid=560](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=546&Itemid=560)> Acesso em 13 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Perfil Socioassistencial de Londrina**. 2010. Disponível

em:[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_assistencia/Perfil%20Socioassistencial\\_set.%202012\\_vers%C3%A3o%20preliminar.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/Perfil%20Socioassistencial_set.%202012_vers%C3%A3o%20preliminar.pdf). Acesso em 25 de setembro de 2012.

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social**. 2012. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia/riscos-e-vulnerabilidades/vigilancia-de-riscos-e-vulnerabilidades>> Acesso em 19 de novembro de 2012.

MORELLI, Luiz Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Meio ambiente, território e identidade Cultural- Estudo de caso da Aracruz Celulose do RS.

**Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 430-435, 2009.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Metodologia de construção de índices e Indicadores, como Instrumentos balizadores da Gestão Municipal da Qualidade de Vida Urbana**: Uma síntese da experiência de Belo Horizonte. 2000 Disponível em:

[http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4059\\_NAHAS\\_M\\_\\_Metodologia\\_de\\_Construcao\\_de\\_Indices\\_e\\_Indicadores.pdf](http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4059_NAHAS_M__Metodologia_de_Construcao_de_Indices_e_Indicadores.pdf) Acesso em 05 de novembro de 2012.

NOGUEIRA, Jaqueline Moreira. **Avaliação da relação espacial entre homicídios e aspectos socioeconômicos utilizando técnicas e ferramentas de geoprocessamento**.

Monografia (Especialização) – UFMG. Belo Horizonte, Instituto de Geociências, 2010. Disponível em:

<http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/JAQUELINE.pdf> Acesso em 05 de maio de 2012.

OLIVEIRA, Dannel Madson Vieira; MOREIRA, Tiago Silva; REGO, Josoldo Lima. Processo de (re)construção da identidade sócio-territorial no sujeito (pós) moderno. **Ciências Humanas em Revista**, v.7, n.2, São Luis/MA, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. – 5. ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Contexto, 2007, p. 63-110.

PLAS. Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo. 2010. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/arquivos/plas.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/plas.pdf) Acesso em 07 de novembro de 2012.

PNUD. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil 2000**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx) Acesso em 06 de julho de 2012.

POLIDORO, Maurício; LOLLO, José Augusto de; BARROS, Mírian Vizintim Fernandes. Impactos Decorrentes do Sprawl urbano em Londrina. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, V.2, N.1 (2011), 1:24 ISSN: 2177-4366.

PORTAL ODM. Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Relatórios Dinâmicos**: Indicadores Municipais. Disponível em: < <http://www.portalodm.com.br/relatorios/pr/londrina>>. Acesso em 10 de julho de 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Betty Nogueira. “**Em qualquer chão: Sempre gaúchu!**”: A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. 2006.157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Ciências humanas e sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m\\_betty\\_rocha\\_2006.pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_betty_rocha_2006.pdf) Acesso em 21 de outubro de 2012.

ROCHA. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos. 2002.

ROLNIK, R. Regulação urbanística e exclusão territorial. **Revista Polis32**, São Paulo, 1999

SACK, R.. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SALLES, Moacir Mello. **O uso do SIG na Análise Morfométrica da Bacia Hidrográfica do Rio São João- MG**. UFMG Instituto de Geociências, Departamento de Cartografia.2010. Disponível em: <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/MOACIR.pdf> Acesso em 23 de maio de 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 2ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SOUZA, Gustavo O. C; TORRES, Haroldo da Gama. O Estudo da Metrópole e o uso de Informações Georreferenciadas. **São Paulo em Perspectiva**. p. 35-44, 2003.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas - MS, v 1, n.º6 - ano 4, Novembro de 2007, p. 126-148.

TERRA, Ademir. Evolução Histórica da Categoria Geográfica Território e a sua atual Multiplicidade Interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol.1, nº31,. p. 17 - 31, 2009.

TORRES, H. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.54, 2004.

TSJP. João Pessoa (cidade) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, Prefeitura Municipal de João Pessoa Sposati; Aldaíza (coord.); Ramos, Frederico; Koga, Dirce; Conserva, Marinalva; Silveira Jr., Constantino; Gambardella, Alice – **Topografia Social de João Pessoa**. Cedest/IEE/PUCSP. 2009. Disponível em: [http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/TOPOGRAFIA-SOCIAL-DE-JOAO-PESSOA\\_2009.pdf](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/TOPOGRAFIA-SOCIAL-DE-JOAO-PESSOA_2009.pdf)  
Acesso: 08 de outubro de 2012.

**ANEXOS**

REGIÃO	BAIRROS	TOTAL	TOTAL MASC.	TOTAL FEM.	Nº de DOMICÍLIOS
	PEROBINHA	26	13	13	8
	HEIMTAL	673	340	333	197
	PARIGOT DE SOUZA	23276	11338	11938	7074
	VIVI XAVIER	19544	9608	9936	5994
NORTE	CINCO CONJUNTOS	41285	19891	21394	12926
	CIDADE INDUSTRIAL 1	101	56	45	31
	ALPES	10603	5094	5509	3295
	PACAEMBÚ	9686	4651	5035	2960
	COLISEU	8618	4164	4444	2906
	OURO VERDE	12492	6060	6432	4069
	BELA SUÍÇA	485	245	240	149
	GUANABARA	8241	3910	4331	2804
	VIVENDAS DO ARVOREDO	2210	1087	1123	650
	TUCANOS	4332	2138	2194	1346
SUL	INGLATERRA	8351	3955	4396	2907
	PIZA	12386	5990	6396	3985
	UNIÃO DA VITÓRIA	10086	5037	5049	2822
	PARQUE DAS INDÚSTRIAS	19027	9136	9889	5790
	CAFEZAL	13715	6775	6940	4070
	SALTINHO	5475	2648	2827	1629
	INDÚSTRIAS LEVES	2382	1162	1220	722
	LINDÓIA	13612	6683	6929	4225
	IDEAL	6947	3291	3656	2314
	INTERLAGOS	13478	6474	7004	4171
	FRATERNIDADE	4003	1924	2079	1313
	CIDADE INDUSTRIAL 2	1618	788	830	549
LESTE	ANTARES	9935	4780	5155	3145
	LON RITA	5784	2846	2938	1752
	BRASÍLIA	6661	3038	3623	2286
	AEROPORTO	3396	1621	1775	1070
	CALIFÓRNIA	12361	5862	6499	3828
	H.U.	4277	2070	2207	1326
	ERNANI	9953	4780	5173	3049
	CILO 3	1622	828	794	492
	CILO 2	1591	792	799	494
	BANDEIRANTES	9674	4518	5156	3169
	CHAMPAGNAT	8245	3855	4390	2702
	JAMAICA	10243	4833	5410	3407
OESTE	PRESIDENTE	6764	3199	3565	2337
	SABARÁ	4705	2293	2412	1505
	PALHANO	7201	3419	3782	2897
	ESPERANÇA	1792	881	911	498
	OLÍMPICO	8073	3907	4166	2288

	UNIVERSIDADE	3238	1666	1572	932
	LEONOR	25430	12199	13231	7977
	SHANGRI-LÁ	6601	3058	3543	2161
	HIGIENÓPOLIS	3715	1713	2002	1572
	IPIRANGA	5009	2276	2733	2232
	PETRÓPOLIS	4068	1864	2204	1359
CENTRO	VILA BRASIL	7636	3477	4159	2808
	QUEBEC	5427	2515	2912	1969
	CENTRO HISTÓRICO	32601	14137	18464	13540
	VILA RECREIO	7001	3246	3755	2426
	VILA NOVA	6025	2790	3235	2107
	VILA CASONI	8031	3808	4223	2660

Tabela 10 População e número de Domincílios por Bairros em Londrina

FONTE: IBGE (CENSO 2010).

ORG: Autora

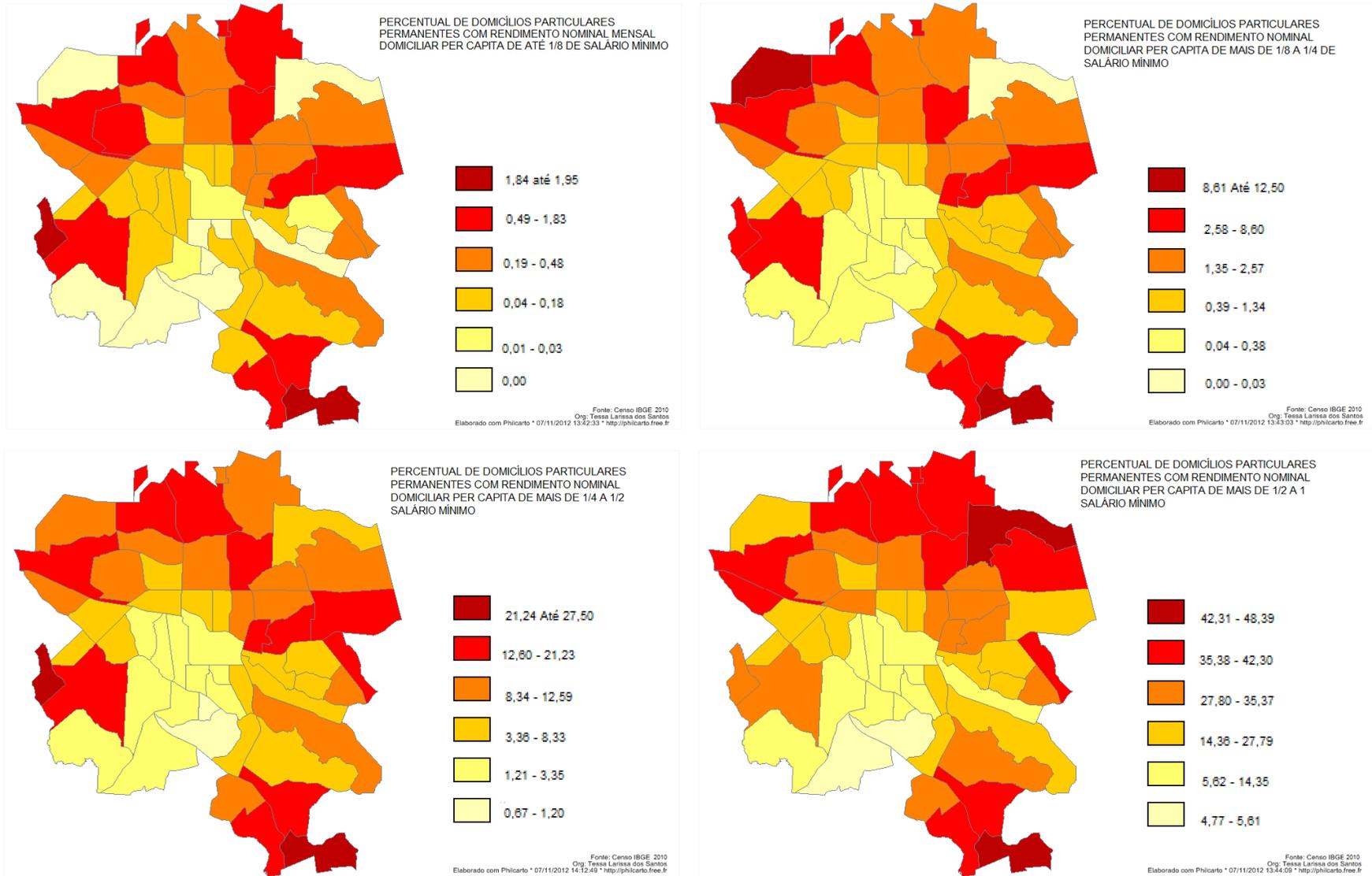


Figura40: PERCENTUAL DE RENDIMENTO PER CAPITA DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO FONTE: IBGE (CENSO 2010) ORG: AUTORA

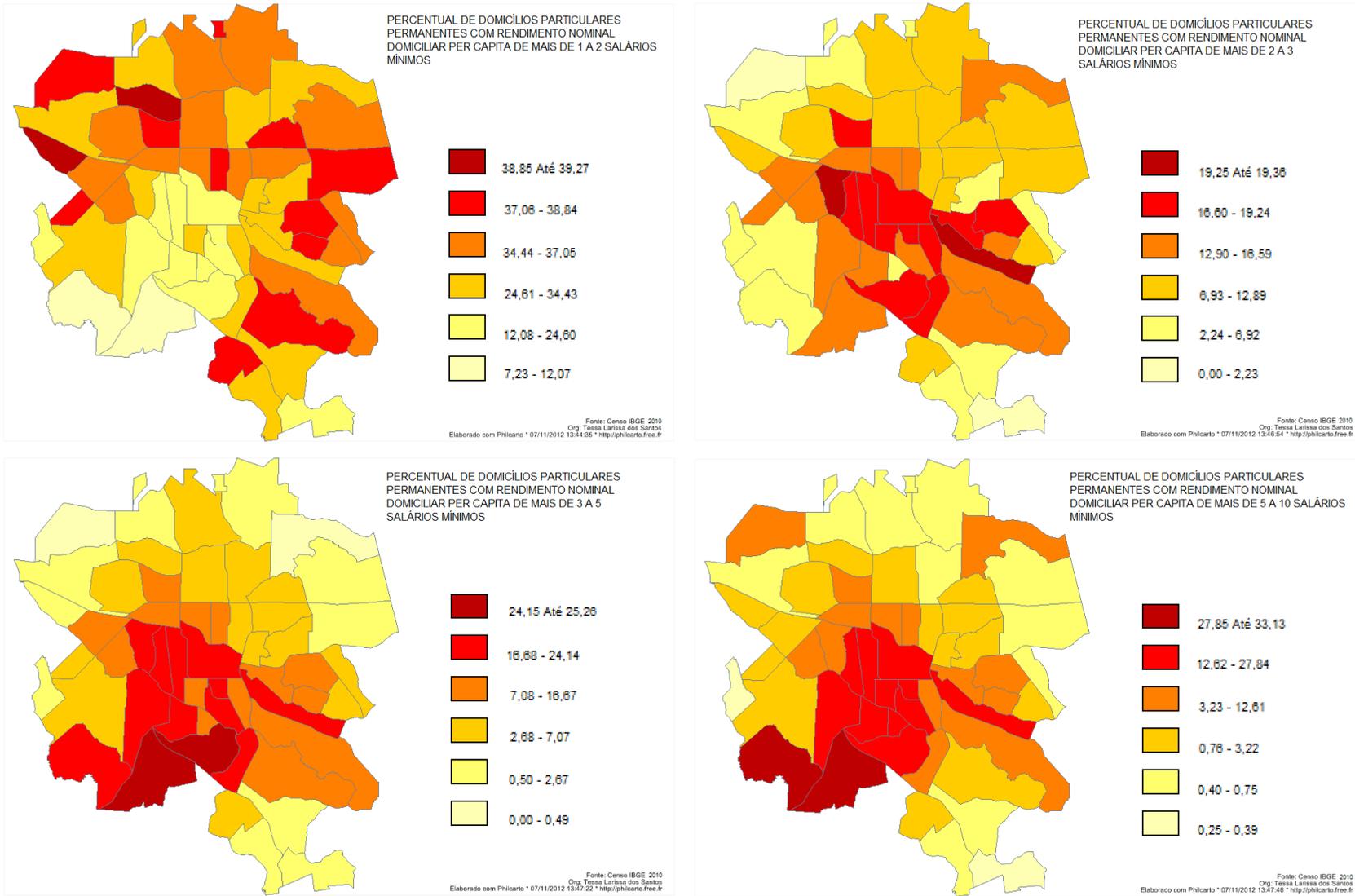


Figura 41: PERCENTUAL DE RENDIMENTO PER CAPITA DE MAIS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO ATÉ 10 SALÁRIOS MÍNIMOS FONTE: IBGE (CENSO 2010) ORG: AUTORA